



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 31

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 11 de julho de 2013

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, foram apresentados diversos votos. A saber:

- Voto de Congratulação pela “obtenção da distinção atribuída a Juan Nolasco, como professor do ano de 2013”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Duarte Moreira, usou da palavra a Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- Voto de Congratulação pelo “25º Aniversário do Jornal Ilha Maior”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, o qual também foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação ao Clube de Patinagem de Santa Cruz da Lagoa, pela vitória alcançada no Campeonato Nacional de Patinagem Artística no escalão de Cadetes, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça, para a apresentação do respetivo voto e o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

- Voto de Congratulação pelo “título de Campeão da 2ª Divisão Nacional do escalão de juvenis masculinos, do Sporting Clube da Horta”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre este voto, usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Garcia, para fazer a respetiva apresentação, e Lúcio Rodrigues (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “pela passagem dos 25 anos da criação do Grupo de Teatro Sortes à Ventura”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Costa Pereira (*PSD*).

Aquando da votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Protesto pela “falta de respeito manifestada pelo atual Secretário Regional da Saúde por não suspender a aplicação de medidas previstas no documento de reestruturação de saúde”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Artur Lima, iniciou-se o debate no qual usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Domingos Cunha (*PS*) e Luís Maurício (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

- Voto de Protesto pela “conduta sectária do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores quando utiliza um Serviço Oficial ao serviço dos interesses do Partido Socialista”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade, seguindo-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para uma interpelação à Mesa usaram da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Usou ainda da palavra para um protesto o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e para um contraprotesto o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi rejeitado por maioria.

- Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*), para fazer a sua apresentação, e Lúcio Rodrigues (*PS*).

De seguida, e pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), foi proferida uma Declaração Política.

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

Na **Agenda da Reunião**, foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- Projeto de Resolução n.º 18/X – “Criação do Canal Parlamento/Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), iniciou-se o debate no qual participaram o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Pedro Moura (*PS*), José Andrade (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Luís Silveira (*CDS-PP*) e Aníbal Pires (*PCP*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/X – “Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, o qual foi rejeitado por maioria e,

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 12/X – “Segunda alteração ao Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”, aprovado por maioria.

Após a apresentação dos diplomas pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e pelo Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), usaram da palavra o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Nuno Melo Alves (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Judite Parreira (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*). Proferiram declarações de voto o(a)s Sr(a)s. Deputado(a)s Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Nuno Melo Alves (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8 /X – “Altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE e,

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 11/X – “Proposta de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”.

Os diplomas foram novamente apresentados pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e pelo Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*), iniciando-se o debate no qual usaram da palavra o(a)s Sr(a)s. Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Nuno Melo Alves (*CDS-PP*).

A continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte, uma vez que se atingiu a hora regimental para encerramento dos trabalhos.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 59 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada, à qual responderam o/as seguintes Deputado/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Carlos Martins Maciel

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputadas/os.

Temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reserva ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos.

Sr. Deputado Francisco César, pede a palavra?

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 10 horas e 45 minutos.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 47 minutos.

Vamos passar à apresentação dos votos.

Para um voto de congratulação referente ao Professor do Ano de 2012, apresentado pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restantes Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

“Professor do ano” é uma iniciativa do DN, que desde Outubro de 2012, vem distinguindo e divulgando, mensalmente, exemplos de profissionalismo, empenho e dedicação ao ensino e aos alunos, tendo culminado no passado dia 4 de julho, no hotel D. Pedro, em Lisboa, com a consagração dos vencedores mensais e consequente eleição do vencedor final.

Esta iniciativa, que teve no Júri várias personalidades como Adriano Moreira, Roberto Carneiro, Viriato Soromenho-Marques, Albino Almeida e a escritora Alice Vieira, tem como regra elementar que os candidatos sejam propostos pela comunidade escolar educativa em que se inserem.

Juan Carlos Ferreira Nolasco foi o escolhido para ser considerado o Professor do Ano de 2013 no culminar de todo o evento do Diário de Notícias onde já arrecada o título de professor do mês de outubro de 2012.

Juan ou professor Juan, como é conhecido em Santa Maria, nasceu na Venezuela há 36 anos, onde permaneceu até aos sete anos de idade e desde então em Portugal já com nacionalidade portuguesa, Reside em Vila do Porto desde 2009 onde leciona na Escola Básica e Integrada de Santa Maria para regozijo de todos os marienses, e em particular dos alunos da escola.

Casado, licenciado em engenharia eletrotécnica e em informática, no ramo do ensino, trabalhou no departamento de manutenção industrial da multinacional FINSA SA., tendo o gosto pelo ensino e a busca da realização pessoal, falado mais alto, pelo que optou pela via do ensino.

Na Escola Básica Integrada de Santa Maria, que Juan Nolasco qualifica de “muito organizada e onde tudo funciona bem”, tem vindo a notabilizar-se pela dedicação, empenho e profissionalismo, mas sobretudo pela interação com os jovens, levando-os a participarem de forma empenhada em projetos de cariz tecnológico, destacando-se em 2011-2012 a construção de um minissatélite artificial, que consistiu em colocar uma lata num foguete que mediu a pressão, temperatura e a altitude, tendo alcançado o terceiro lugar no CANSAT, no campeonato europeu organizado pela ESA, feito que viria a ser reforçado já este ano de 2013, em que levou os seus alunos a um brilhante primeiro lugar.

Já antes havia promovido a participação na competição europeia “Zero Robotisc 2012”, tendo obtido um digno quinto lugar.

Por detrás do profissional, está o homem, de discurso humilde e que se desprende dos seus bens materiais em benefício dos alunos, e que faz da proatividade e do currículo informal trunfos, que o leva a estar associado a 11 projetos de cariz regional, nacional e internacional, incentivando o gosto pelo desafio junto dos alunos, delegando-lhes responsabilidades e espírito de equipa, que em última análise influenciará positivamente os mesmos nas suas opções e vocação profissional. Perante isso, constatamos com gosto que este professor, à semelhança de tantos outros do nosso sistema educativo regional, eleva o

currículo informal àquilo que deve ser na sua essência: uma premissa de motivação aos alunos para o seu empenho e desempenho nos currículos formais. Destaca-se a dedicação, empenho e espírito de inovação e mobilização da comunidade escolar, valorizando, por esta via, o ensino das nossas escolas e demonstrando que estas estão ao nível das melhores escolas europeias.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação pela obtenção da distinção atribuída a Juan Nolasco, como professor do ano de 2013, bem como a toda a comunidade escolar da ilha de Santa Maria.

Mais se propõe que seja dado conhecimento deste voto ao professor Juan Nolasco, à escola Básica e Integrada de Santa Maria, Secretaria Regional da Educação, bem como à Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Horta, sala das sessões, 10 de Julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Duarte Moreira, Berto Messias, Bárbara Chaves e Catarina Moniz Furtado*

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Aida Amaral.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É com muito agrado que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata se associa a este voto de congratulação.

O reconhecimento do Professor Juan como “Professor do Ano de 2013” não é mais do que um verdadeiro e merecido reconhecimento pelo trabalho, profissionalismo e empenho com que se dedica a todos os projetos, na maioria deles arrojados para uma pequena ilha como a ilha de Santa Maria.

O Professor Juan é a prova viva de que o facto de se viver numa pequena comunidade escolar não é impeditivo para se participar em projetos criativos e de merecido reconhecimento nacional e internacional.

De destacar ainda que em todos os projetos que o Professor Juan se envolve, até ao momento, tem saído sempre um vencedor.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação, pelo PSD, referente ao 25º aniversário do jornal *Ilha Maior*, tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25º ANIVERSÁRIO DO JORNAL “ILHA MAIOR”

“Ilha Maior no sonho e na desgraça...”!

Uma frase célebre que imortalizou o poeta Almeida Firmino, o grande poeta da ilha Montanha, de alma moldada pela insularidade, mas, paradoxalmente, universal.

Terá sido, porventura, esta frase célebre que inspirou o projeto, ou melhor o sonho, de Manuel Tomás, quando há 25 anos atrás decidiu “criar” o jornal *Ilha Maior*, na Vila da Madalena do Pico e, quiçá, poder, através deste veículo de informação e de opinião, denunciar todos aqueles que contribuem para a “desgraça” da ilha do Pico.

Manuel Tomás o grande obreiro deste projeto que veio a dirigir durante quase duas décadas, tem dedicado a este jornal uma boa parte da sua vida e emprestado muito do seu talento literário, quer através do editorial, quer posteriormente com artigos de opinião, onde a contundência e a argúcia da sua escrita se misturam na defesa da ilha do Pico e das suas gentes.

Fundado em 1988, o Ilha Maior, propriedade do Círculo de Amigos da Ilha do Pico, é um dos atuais três jornais semanários da ilha do Pico.

O Ilha Maior surge há 25 anos atrás num contexto jornalístico da Ilha em que apenas existia o semanário “O Dever”, da Vila das Lajes e após longo tempo que decorrera sobre o desaparecimento do anterior jornal da Madalena o “Bom Combate”.

O Ilha Maior, com mais de mil edições, tem-se afirmado ao longo destes 25 anos como um importante veículo de informação das notícias da ilha e de interesse para a ilha, bem como assumido um papel relevante na ligação afetiva entre os açorianos, mas sobretudo os picoenses, espalhados pelos 4 cantos do Mundo.

Este semanário picoense, tal como tantos outros nesta Região, tem conseguido sobreviver e vive, resistindo no seio de grandes dificuldades estruturais, geográficas e económicas, mas tem cumprido uma importante função cultural e política, contribuindo para a consolidação do nosso regime político-administrativo e, conseqüentemente, da nossa Autonomia Regional.

De relevar que a sua linha editorial se tem orientado sempre pelos princípios e valores mais elementares da democracia, como o da liberdade, o rigor, a isenção e imparcialidade, a pluralidade de opinião e a independência dos vários poderes, sejam eles ideológicos, políticos ou económicos.

De realçar ainda o seu papel aglutinador de colaborações gratuitas e de boas-vontades que vão desde o trabalho de dobragem das suas páginas até à

participação escrita que vai preenchendo, semana após semana, as páginas deste semanário.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do partido social democrata apresenta este voto de congratulação pelo 25º aniversário do jornal Ilha Maior, propondo que do mesmo seja dado conhecimento ao seu empenhado e competente Diretor, David Borges, aos seus jornalistas e colaboradores, bem como à Direção do Círculo de Amigos da Ilha do Pico.

Horta, 11 de Julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Ventura, António Marinho, Cláudio Lopes, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a apresentação de um voto de congratulação sobre o Clube de Patinagem Santa Cruz da Lagoa, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

O Clube de Patinagem Santa Cruz da Lagoa, fundado no dia 12 de julho de 1993, incentivado pelo Padre José Francisco Pires, que inicialmente colocava 14 crianças curiosas a deslizar sobre rodas no Polidesportivo de Santa Cruz.

Em setembro de 1994, com o apoio dos pais dos atletas do clube, junta de freguesia de Santa Cruz e do Padre José Francisco Pires, o clube filiou-se na Associação de Patinagem de Ponta Delgada.

Nesta altura, foi criada a modalidade de Hóquei em Patins nos escalões de Iniciados e Juvenis. Enquanto a modalidade de Patinagem Artística foi continuando a ser desenvolvida através apenas do treino.

Desde a criação do Clube, este contou sempre com a Susana e Geraldo Andrade como monitores.

Em 1997, a Associação de Patinagem de Ponta Delgada realizou o I Torneio de Patinagem Artística de S. Miguel, que desde então houve uma evolução na modalidade nos Açores.

Muitos já foram os atletas que representaram não só o clube, como também os Açores nos Campeonatos Nacionais de Patinagem Artística em todos os escalões etários, destacando-se o patinador Idalécio Pacheco que, na época 99/2000 consagrou-se campeão nacional de Patinagem Artística, no escalão júnior, tornando-se o primeiro patinador açoriano a ser campeão nacional.

Em fevereiro de 2002, o clube deu um grande passo na sua história, participando pela 1ª vez na VI Taça de Portugal de Patinagem Artística, sendo o primeiro clube açoriano a participar nesta Taça de Portugal.

No dia 22 e 23 de junho, no Entroncamento, a equipa lagoense venceu o Campeonato Nacional de Patinagem Artística no escalão de Cadetes.

A nível individual e no que diz respeito a resultados finais, em Cadetes femininos Cátia Rebelo sagrou-se Vice-campeão Nacional, alcançando a medalha de prata. Tatiana Lopes ficou em 9º lugar, Mariana Botelho em 13º e Alexandra Albano em 16º lugar.

Em cadetes masculinos, Luís Lopes alcançou o 3º lugar do pódio, seguindo-se em 5º Daniel Moniz, Pedro Revoredo ocupando a 7ª posição e Rodrigo Coelho a 11ª posição, alcançando assim o título nacional de cadetes a nível de equipas.

Com 20 anos de vida, esta pode ser certamente uma das páginas mais douradas da história do Clube Patinagem Santa Cruz, mas também mais um feito histórico para o desporto açoriano, que enobrece todos os Açores.

Fica assim vincado na história do desporto açoriano mais um feito, que ao longo das épocas desportivas, muitas conquistas tem trazido à Região.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprove este voto de congratulação pelo feito alcançado pelo Clube de Patinagem de Santa Cruz, dando provas do excelente trabalho desenvolvido com os jovens atletas açorianos.

Importa dar conhecimento, além do clube, aos atletas, Associação de Patinagem de Ponta Delgada, Autarquia da Lagoa e Junta de Freguesia de Santa Cruz reconhecendo a todos o seu papel preponderante no desenvolvimento do desporto no concelho da Lagoa e respetiva Região.

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Carlos Mendonça, Miguel Costa, Maria da Graça Silva, Renata Correia Botelho, Pedro Moura e Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras para nos associarmos ao voto apresentado pelo Partido Socialista e pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Excelente maneira de comemorar 20 anos de vida!

Passados 20 anos, a preparar a comemoração dos 20 anos de vida, o Clube de Patinagem Artística Santa Cruz da Lagoa sagrou-se campeão nacional de patinagem artística no escalão de cadetes.

É com um sentimento de grande reconhecimento ao trabalho de duas pessoas, um homem e uma mulher, naquele clube, o Geraldo Andrade e a Susana (conheço um deles pessoalmente). A eles se deve a enorme dedicação e sucesso que aquele clube tem alcançado ao longo desses anos.

O trabalho de formação é um trabalho excelente e os resultados estão à vista. Parabéns ao Clube de Patinagem Artística Santa Cruz da Lagoa e também, naturalmente, o PSD associa-se ao voto (também felicitando o Deputado Carlos Mendonça), oportunamente apresentado nesta Assembleia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para a leitura de um voto de congratulação referente aos juvenis do Sporting Club da Horta e ao campeonato nacional da 2ª divisão, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Juvenis do Sporting Club da Horta Campeões Nacionais da II divisão

No passado dia 23 de junho, em Mafra, a equipa de andebol de juvenis masculinos do Sporting Clube da Horta sagrou-se campeã nacional da II divisão, ascendendo assim ao primeiro escalão nacional nesta modalidade.

Os juvenis do Sporting da Horta, antes de disputarem a fase final do campeonato da II divisão, venceram todos os jogos da fase intermédia, sendo que, na fase final, apenas empataram um jogo e venceram os restantes.

Esta vitória é um marco histórico para o desporto açoriano especialmente para os escalões de formação. Trata-se de uma vitória da humildade, do querer e da persistência de uma equipa composta exclusivamente por jovens açorianos.

Esta vitória é o resultado da aposta na formação desportiva feita pelo Sporting Clube da Horta, aposta essa que deve ser prosseguida e apoiada pelas entidades públicas.

O Sporting Clube da Horta tem sabido manter o andebol faialense e açoriano ao mais alto nível, nacional e até internacional, contribuindo para projetar a nossa Região.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do título de campeão nacional de andebol da II divisão, no escalão de juvenis, pelo Sporting Clube da Horta.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento aos órgãos sociais do Sporting Clube da Horta e à Associação de Andebol da Ilha do Faial.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Ventura, António Marinho, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A par do voto que o Partido Socialista apresentou ontem, nesta casa, naturalmente que o Partido Socialista se associa ao voto apresentado pelo Sr. Deputado Luís Garcia, desejando e saudando o Sporting e para que continue a apostar nos escalões de formação.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao voto de congratulação referente à passagem dos 25 anos da criação do grupo de teatro *Sortes à Ventura*.

Para a sua leitura, tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO CONGRATULAÇÃO

Pela passagem dos 25 anos da criação do Grupo de Teatro Sortes à Ventura.

O Grupo de Teatro Sortes à Ventura, pertencente à escola Secundária Manuel de Arriaga, comemorou 25 anos de existência em maio passado. Por influência da professora Maria do Céu Brito, iniciou a sua atividade em 1988, à qual se associaram, desempenhando um importante papel mobilizador e de incentivo junto dos alunos, os professores Pedro Monteiro, Fátima Ribeiro e Victor Rui Dorez.

Atualmente, este grupo de teatro reúne alunos do 3º ciclo e do ensino secundário, criando e apresentando uma média de uma peça por ano, onde destacamos sem qualquer ordem especial, pois todas elas foram realizadas com grande qualidade e empenho pelos intervenientes, “O Velho do Restelo” em 1989, “Quem não quiser que não brinque” em 1993, “Grimaneza” em 1999 e, mais recentemente, para assinalar os seus 25 anos de vida, “O Inverno nunca mais acaba e o Verão nunca mais chega”,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É verdade!

O Orador: ... no passado dia 11 de maio, no Teatro Faialense.

Durante a sua existência, muitos foram os que fizeram parte integrante, podendo mesmo afirmar-se que várias gerações de alunos deram o seu contributo e a ele emprestaram toda a sua dedicação e empenho.

Falar neste grupo de teatro é completamente impossível não associar o nome do professor Victor Rui Dores, que tem sido nos últimos 20 anos o seu encenador, angariando ao longo destes um palmarés invejável, destacando-se a participação, por seleção, em diversos encontros de Escolas, nomeadamente em Miranda do Corvo (1990), S. Pedro do Sul (1992), Porto (1993), Olhão (1995), Aveiro (1996), Setúbal (1997), Funchal (1998), Faro (1999), Alcochete (2000) e Lagoa, Ilha de S. Miguel (2003, 2005, 2007, 2009 e 2011).

Nas comemorações do dia 4 de julho de 1997, a Câmara Municipal da Horta, em sessão solene, conferiu ao Grupo de Teatro o diploma de mérito cultural.

Em 1999, participou nas comemorações do 2º centenário do nascimento de Almeida Garrett, que tiveram lugar em Angra do Heroísmo, em abril de 2008, por altura do seu vigésimo aniversário, apresentou na sua escola uma exposição fotográfica alusiva ao evento, tendo sido no mesmo ano feita uma homenagem a antigos encenadores e atores que corporizaram este projeto, sendo apresentada a peça “Líria”.

No ano letivo de 2011/2012, o “Sortes à Ventura” associou-se ao “Projeto Cidadania e Sustentabilidade para o século XXI. Caminhos para uma comunidade sustentável nos Açores”, coordenado pelo Conselho Nacional de Educação. Participou, ainda, no documentário “Família Dabney no Faial”, produzido pela Direção Regional do Ambiente e realizado pela RTP/AÇORES. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, os deputados do Partido Socialista propõem a aprovação deste voto de Congratulação ao Grupo de Teatro “Sortes à Ventura” pela passagem do seu vigésimo quinto aniversário, e que este seja dado conhecimento à Secretaria Regional de

Educação, Ciência e Cultura, à Escola Secundária Manuel de Arriaga, à Câmara Municipal da Horta, à Junta de Freguesia das Angústias e aos órgãos de comunicação Social.

Horta, sala das sessões, 11 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Lúcio Rodrigues, Berto Messias e Renata Correia Botelho*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Costa Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD se associa com gosto a este voto. Estes 25 anos do grupo de teatro *Sortes à Ventura* são a confirmação da importância do teatro na escola, e concretamente na Escola Manuel de Arriaga, num percurso que é de agora, mas também é do passado. E é importante lembrar o papel e a ação que o Prof.º António Duarte teve na Escola Manuel de Arriaga, no antigo Liceu Nacional da Horta e Escola Secundária da Horta, neste domínio.

Há dias eu ouvi o testemunho de um antigo aluno da escola, e que tinha sido membro do grupo de teatro *Sortes à Ventura*, que dizia que os alunos saíam do grupo diferentes e melhores do que quando para lá entravam.

Só por esta marca, que o grupo de teatro deixa naqueles que a ele pertenceram, este voto era, só por isso, e se fosse só por isso, já plenamente merecido.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apresentação dos votos de protesto.

Para a apresentação de um voto de protesto do CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

O Presidente do Governo Regional dos Açores, pouco depois de ser eleito e tomar posse, considerou que, depois de 16 anos de Governação do Partido Socialista, a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde era um dos maiores desafios com que a Região estava confrontada.

Assim afirmou que era *“chegada a hora de pensar o Serviço Regional de Saúde dos Açores, e a sua sustentabilidade, numa perspetiva mais alargada, pensando-o num horizonte temporal a 10 ou 15 anos”* e realçando a preocupação que *“as reformas que são necessárias fazer não devem ser reformas apenas do XI Governo, mas devem reunir os consensos necessários para que sejam estáveis no tempo e, por isso, possam produzir os seus efeitos na totalidade”*.

A 10 de maio de 2013 foram conhecidas as alterações que o XI Governo Regional se propõe efetuar no Serviço Regional de Saúde.

Os Açorianos foram então confrontados com o texto terrível da proposta do Governo Regional para reestruturar o Serviço Regional de Saúde que conceptualiza uma metamorfose profunda no seu funcionamento, tal como o conhecemos, tendo já provocado reações de repúdio generalizado, tal o ataque ao estado social tão defendido pelo Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): É o caso de Santa Maria!

O Orador: Ficamos também a saber que o documento seria colocado em audição pública. Todavia, num curto espaço de tempo, que mesmo assim foi suficiente para se ouvirem várias manifestações de repúdio tornadas públicas de vários quadrantes, desde logo pela voz de profissionais de saúde, autarcas, incluindo Socialistas, e partidos políticos.

Perante a extensão e complexidade das alterações propostas, o CDS-PP considerou urgente a intervenção deste Parlamento, para garantir que a revolução no Sistema Regional de Saúde, que o Partido Socialista quer provocar, fosse o mais amplamente debatido pela sociedade civil, pelos profissionais e utentes.

Assim, propusemos, e foi aprovado, o alargamento do prazo de audição pública da proposta; que o Governo publicitasse a sua proposta nos órgãos de comunicação social e promovesse a auscultação e pronúncia das Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Conselhos de Ilha, para que esta revolução fosse amplamente debatida e os Açorianos tivessem plena consciência das alterações propostas e das suas implicações.

Como disse, a proposta foi aprovada. Estão em curso auscultações a diversas entidades. Têm sido emitidos vários contributos da sociedade civil.

O Presidente do Governo Regional, no passado mês de junho, aqui, neste Parlamento, assumiu que até “16 de julho” a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde estaria em debate público, sendo depois recolhidos e contemplados os contributos, assumindo também que “a 1 de setembro” o Governo apresentaria uma outra proposta.

Perante isto, seria de esperar que nenhuma das medidas propostas pelo Secretário Regional da Saúde, no seu documento de destruição do Serviço Regional de Saúde, avançasse.

Porém, num ato de desrespeito pelo Povo Açoriano e pelos seus mais diversos representantes, o Secretário Regional da Saúde está a desenvolver diligências

no sentido de implementar medidas constantes do documento de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, atualmente, fazendo tábua rasa do processo de audição pública que ainda decorre.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é esquizofrenia política!

O Orador: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta veementemente pela total falta de respeito manifestada pelo Secretário Regional da Saúde do XI Governo Regional dos Açores aos Açorianos, seus representantes e profissionais de saúde, por não suspender efetivamente a aplicação de medidas concretas previstas no documento de reestruturação do Serviço Regional de Saúde que, segundo o próprio Presidente do Governo Regional, apenas seria tornado público,...

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata! Isso é esquizofrenia política!

O Orador: ... na sua versão definitiva, a 1 de Setembro próximo.

Muito obrigado.

Os Deputados: *Artur Lima, Luís Silveira e Nuno Melo Alves*

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM: Muito bem!

Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É cada uma!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um dia eu vou fazer o seu diagnóstico!

Deputado Berto Messias (PS): Diagnostique à vontade, quando o senhor quiser e onde o senhor quiser!

Deputado José San-Bento (PS): Comece por fazer o seu!

Presidente: Obrigada, Srs. Deputados.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP associa-se a este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS, porque considera que, efetivamente, a forma correta de tratar esta questão e de não adular ou asfixiar a discussão pública, que está a ser feita sobre a proposta do Governo, de reestruturação do Serviço Regional de Saúde...

Esta atitude do Governo de intervir e de ir anunciando a conta-gotas a aceitação de algumas críticas e de algumas sugestões que foram feitas durante a discussão pública não nos parece que seja a mais correta.

O Governo Regional deveria esperar que a audição pública e a discussão pública chegassem até ao fim, colher e aceitar aquilo que entendesse por bom e apresentar o documento com o acolhimento ou não de todas as propostas que forma feitas, ou que estão a ser feitas entretanto.

Daí, e visto que o voto de protesto é perfeitamente claro no seu objeto, a Representação Parlamentar do PCP dará o seu apoio a este voto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Vice-presidente tinha pedido a palavra para?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para uma intervenção.

Presidente: O Governo não pode intervir nesta fase do debate. Para os votos, o Governo não pode intervir.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso chama-se gozar com o Regimento da Assembleia!

(Risos e apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para dizer o seguinte.

Eu penso que é um dever dos membros do Governo Regional conhecerem o Regimento.

(Risos do Presidente do Governo Regional, do Vice-presidente do Governo Regional e de alguns Deputados da bancada do PS)

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Falta de memória!

O Orador: E essas perguntas repetidas a esse propósito, este desconhecimento do Regimento é algo absolutamente inaceitável para quem quer estar num parlamento. É preciso, de facto, que a Sra. Presidente diga ao Sr. Vice-presidente que neste momento regimental o Governo não pode.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É preciso uma ação de formação!

O Orador: Não tem nenhum problema falhar uma vez e demonstrar este desconhecimento uma vez, agora, demonstrar esse desconhecimento quatro, cinco, seis vezes é grave e demonstra que, de facto, o Governo Regional tem dificuldades em conviver com um Regimento que foi feito, aliás, com uma contribuição muito apreciável da parte do atual Presidente do Governo Regional, na altura em que era líder parlamentar do Partido Socialista.

Portanto, se se pode queixar de alguma coisa, tem de se queixar de si próprio,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Vamos discutir o Regimento noutra altura!

O Orador: ... com certeza, em relação às questões do Regimento, porque eu não estava cá, eu não tenho culpa. Eu não estava cá, neste Parlamento. O atual Presidente do Governo é que estava, é que fez uma parte da redação.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade!

O Orador: Uma parte considerável da redação. Toda a redação.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não é verdade! Não é verdade!

O Orador: Sr. Presidente, não é isso,...

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar.

O Orador: ... não é essa a informação que eu tenho.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mas o senhor tem muitas informações que não correspondem à verdade!

O Orador: Mas eu vou ao voto agora. Eu vou agora ao voto.

A questão fundamental é esta. Em relação ao voto de protesto do CDS, estou absolutamente de acordo com a redação do mesmo e o propósito do mesmo. De facto, o que nós verificamos é que todas as propostas de diálogo da parte do Governo são sempre propostas,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Todas as propostas por parte do Governo Regional em relação ao diálogo, aos consensos, estão sempre armadilhadas (estão sempre armadilhadas!), ou seja, o Governo quer negociar e quer consensualizar e depois apresenta praticamente aquilo que são as suas propostas. E mais! Quando se altera alguma coisa com o contributo dos outros, o Governo não

consegue fugir da fome de protagonismo, coloca-se logo em primeiro lugar na fotografia, “isto foi alterado, fui eu que fiz”.

E, portanto, este consenso e esta fome de protagonismo e esta mania de ficar sempre em primeiro lugar no primeiro ângulo da fotografia em relação às propostas que são feitas e que são pertença de diversos agentes sociais e políticos é algo que, de facto, acaba por prejudicar o debate político e acaba por prejudicar gravemente o clima de diálogo que o Governo diz que quer fazer,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diálogo bombástico!

O Orador: ... porque é sempre um diálogo armadilhado, é sempre um diálogo em que o Governo Regional aposta sempre numa perspectiva, que é a perspectiva da propaganda. Em primeiro lugar a propaganda, em primeiro lugar a glorificação da sua imagem, em primeiro lugar os seus interesses políticos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Concluindo, Sra. Presidente.

Dizer a esta Câmara que, de facto, as propostas que estão em discussão estão mesmo em discussão, estão mesmo em análise e então, sim, quando forem cumpridos aqueles que foram os compromissos assumidos por parte do Governo Regional nesta matéria, então, sim, serão implementadas. Agora, implementar aquilo que se diz que se está a discutir, tem alguma lógica? Mas tem alguma lógica? Demonstra algum espírito democrático? Isto demonstra que aquilo que nós estamos a fazer é, novamente por parte do Governo Regional, encenar situações, encenar diálogos, encenar consensos e encenar a procura de um falso consenso.

E, portanto, isto, de facto, é um comportamento grave e merece um voto de protesto por parte desta Assembleia.

Deputado José San-Bento (PS): Vocês estão todos a precisar de férias!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Sr. Deputado Domingos Cunha, tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este voto de protesto, no seu início, tem uma afirmação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre afirmou e vai aqui reafirmar, que é que, de facto, a saúde é um dos maiores desafios com que estamos confrontados. E é precisamente por essa ideia que o Governo tem vindo a fazer tudo e a disponibilizar a todos, quer aos grupos parlamentares, quer à população em geral, a possibilidade de discussão da proposta de reestruturação, que então é conhecida de todos.

Tem sido, ao longo deste período, um trabalho meritório de todos, pois têm querido contribuir para a melhoria deste documento, com as suas críticas, com as suas sugestões, com contributos muito válidos (e têm sido muitos). O Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se por essa medida.

Quero dizer, relativamente ao voto em si, que, de facto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que este é um voto despropositado, e é despropositado porque o processo de discussão está aberto. Tal como já foi aqui assumido pelo Sr. Presidente do Governo, a proposta final de reestruturação será pública e publicada a 1 de setembro; trará todos os contributos que sejam considerados uma mais-valia para o documento em discussão. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará contra este voto de protesto. E é porque também considera que, neste momento, não se conhecem nenhuma medidas que estejam a ser implementadas ou que já tenham sido implementadas no âmbito dessa proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Neste momento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não conhece, que esteja no presente, ou que esteja para acontecer, qualquer medida fora daquela que é o normal e o correto funcionamento do Serviço Regional de Saúde, porque é um serviço que não pode ter, de facto, interrupções nem suspensões.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Todas as medidas estruturais que possam acontecer serão sempre depois do dia 1 de setembro, tal como foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em devido tempo e no âmbito de debate de urgência que aqui ocorreu a propósito da reestruturação do Serviço Regional de Saúde, o PSD teve oportunidade de manifestar o seu posicionamento acerca desta proposta, que se veio a definir, de forma caricata, como uma proposta de sustentabilidade funcional. Ela ocultou, e tivemos oportunidade de escrever isso ao longo do tempo, aquilo que para nós era uma matéria fundamental, a que nomeadamente diz respeito à solução da dívida, essa, sim, um problema estrutural do Serviço Regional de Saúde, e veio a revelar-se uma proposta que, ao contrário dos seus intuítos, o de aumentar a acessibilidade dos cidadãos aos cuidados de saúde, veio, pelo contrário, restringir.

Veio restringir o acesso aos cuidados de saúde primários, nomeadamente propondo o encerramento de alguns serviços de atendimento permanente noturno; veio, ao contrário de opções tomadas no passado e num passado recente, por governos do Partido Socialista, contrariar essas mesmas opções políticas, transferindo especialidades de uns hospitais para outros, fazendo com que aquilo que tinham sido investimentos avultados e definidos pelo próprio Governo como investimento para o futuro e para os próximos 50 anos da saúde, esvaziar as competências dessas mesmas...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado, tivemos dois debates sobre a saúde, dois debates!

O Orador: ... unidades hospitalares, contrapondo aquilo que eram os princípios e a política definida por anteriores governos do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário anuncia que está disponível para aceitar alterações e os senhores insistem. Isto é preso por ter cão e preso por não ter!

O Orador: E o que é que aconteceu em relação a esta proposta? O que é que se verificou? Uma contestação generalizada dos cidadãos, dos profissionais de saúde, dos autarcas sociais-democratas, democratas cristãos, mas também socialistas, dos conselhos de ilha, no fundo uma contestação generalizada que está a fazer com que aquilo que se definia como uma reestruturação venha a ser um documento de base zero, ou seja, tudo aquilo que era proposto está agora a ser absolutamente invertido.

Deputado Berto Messias (PS): E os senhores protestam contra isso!

O Orador: E o que nós aqui já dissemos, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é que o Partido Socialista e o Governo se preparam para apresentar, no dia 1 de setembro, um documento que não é mais nem menos do que a inversão de tudo aquilo que se encontrava no seu conteúdo, defendido nas mais diferentes propostas que lá se encontravam. E como está em função da pressão dos açorianos e dos seus organismos representativos, rendido a essas mudanças, rendido ao abandonar de um documento que, pelas suas vicissitudes, se vai tornar um documento de base zero, ou seja, igual ao que estava antes,...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Berto Messias (PS): Isto é preso por ter cão e preso por não ter cão!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... sem que nenhuma proposta seja introduzida, prepara-se agora, sorrateiramente, vendo que nenhuma proposta nela contemplada mereceu a aceitação das açorianas e dos açorianos, para introduzir algumas alterações.

E é verdade, Sr. Deputado Domingos Cunha. O que se prepara antes da apresentação do documento, a 1 de setembro, o que se prepara no âmbito da tele triagem, com contratos de trabalho estabelecidos entre a Direção Regional de Saúde e os médicos “triadores”, enviados por mail a cada um desses médicos “triadores” no sentido de efetuarem por tele medicina a triagem de consultas, não é mais nem menos do que a concretização de uma das matérias que está contida no documento sem que, até agora, tenha sido dada como terminada a sua discussão, segundo o que o Sr. Presidente do Governo aqui afirmou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ou não é verdade?

O Orador: E, portanto, este é um exemplo bem concreto que lhe posso demonstrar de que sorrateiramente, e reconhecendo a recusa generalizada das açorianas e dos açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jobs for the boys!

O Orador: ... relativamente ao conteúdo deste documento – repito, sorrateiramente – introduziram algumas medidas que nele estão contidas, de modo a que não se possa dizer que nada ficou como dantes.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Deputado Domingos Cunha, tinha pedido a palavra, mas não pode intervir mais no debate.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem de fazer uma ação de formação sobre o Regimento!

Deputado Domingos Cunha (PS): E eu vou inscrever-me!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Tenho aqui a agenda do Sr. Secretário Regional da Saúde. Quinta-feira, às 18h30m, Luís Cabral é ouvido pelo conselho de ilha sobre a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde. Amanhã, sexta-feira, o Secretário Regional está na ilha do Corvo a ouvir o conselho de ilha sobre a proposta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por que é que será?

O Orador: ... de reestruturação. Também amanhã, sexta-feira, pelas 20h30m, o Sr. Secretário Regional estará na ilha das Flores, também a ouvir o conselho de ilha sobre a proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde. A isto chama-se hipocrisia política.

Deputado José San-Bento (PS): Ponha-se no seu lugar!

O Orador: Quando o mesmo senhor,...

Deputado Berto Messias (PS): Se fala é porque fala; se ouve é porque ouve; se vai fazer é porque vai fazer... Oh, Srs. Deputados!...

Deputado José San-Bento (PS): Logo o CDS a falar de hipocrisia!

O Orador: ... sorrateiramente e sub-repticiamente, anda a aplicar medidas já constantes do documento que propõe e que está aberto, está em discussão pública para haver contributos, eu quero saber é se, havendo contributos diferentes deste contrato que eu aqui tenho, que foi enviado por mail a vários médicos, a dezenas de médicos, e que é sobre a tele medicina e a tele triagem, sendo um médico “triador”, que vai ganhar a módica quantia de 14,75€ por cada quarto de hora que fizer de uma consulta, ou seja, 60€ por hora (isto na medicina privada era um luxo se se conseguisse ganhar), o que vai encarecer substancialmente custos e mais...

Tem outro objetivo, que é reduzir drasticamente a deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, aumentando substancialmente os custos com cada um destes médicos, que vão ganhar milhares, milhares de euros pela tele medicina. São dezenas, portanto, é uma falta de respeito absoluta pelo povo dos Açores, e não precisa mais. É uma falta de respeito por quem diz que põe um documento em discussão pública (por quem põe um documento em discussão pública) e depois anda sorratamente a fazer negócio já com o Serviço Regional de Saúde, contratando.

E depois a telemedicina fica instalada (fazendo obras, inclusivamente, em alguns sítios) no hospital ou em instalações a acordar entre as partes.

Há uma instalação que está vazia, que custou milhões de euros, que é o *bunker* da radioterapia...

Deputado José San-Bento (PS): É um bom sítio para a sede do CDS!

O Orador: ... no hospital da Terceira, que os senhores podem lá pôr isso tudo e mais alguma coisa.

E, portanto, isto é vergonhoso, é inadmissível que se diga ao povo que está em discussão pública, que se aceita contributos para mudar um documento e afinal de contas, nas costas do povo, nas costas dos deputados, nas costas dos profissionais de saúde, anda-se, não é sub-repticiamente, Sr. Deputado Luís Maurício, é afrontosamente a fazer contratos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... com quem se quer, quem se entende e da maneira que se quer e entende.

Isto é que é de lamentar, Sr. Deputado Domingos Cunha. É verdade, muita gente fez um trabalho meritório, muita gente deu contributos, muita gente se tem, efetivamente, aplicado, inclusivamente os conselhos de ilha socialistas, autarcas socialistas, presidentes de câmara socialistas e muitos médicos têm dado contributos. É pena, Sr. Deputado Domingos Cunha (reconheço-lhe que o

senhor referiu, e bem, os excelentes e vários contributos que têm sido dados por várias pessoas, até pelo Grupo Parlamentar do PS, como o senhor aqui acabou de dizer, mas que desconhecemos), que até os senhores sejam desprezados pelo seu próprio governo, que não tenham conhecimento disso e não saibam que o Secretário da Saúde, nas vossas costas, também anda a negociar saúde e a negociar preços de telemedicina, prejudicando, sobretudo, os utentes das ilhas sem hospital, que vão ficar praticamente sem se poder deslocar da sua ilha e que quem vai autorizar essa consulta e essa deslocação é o chamado médico “triador”, que estará à distância numa qualquer ilha, em São Miguel ou na Terceira, para autorizar se um doente do Pico, ou do Corvo, ou das Flores...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quiçá do Corvo!

O Orador: ... se desloca a uma outra ilha e se lhe é atribuída a passagem ou não. E mais, aquando da ida do especialista a essa ilha, é o médico “triador” que decide, e não o médico que está a ver o doente na ilha, se esse doente vai ao especialista quando o especialista se deslocar à ilha.

Isto é a subversão completa da medicina, dos cuidados de saúde humanizados.

Isto é vergonhoso para os açorianos e para os Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 19 votos a favor do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 voto a favor do PCP; e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para apresentação de um voto de protesto, pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores

O Governo Regional não deve estar ao serviço de um Partido, seja qual for o Partido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Deve estar ao serviço dos Açorianos – de todos os açorianos, independentemente das legítimas opções eleitorais de cada um.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ver!

O Orador: Um Partido que ganha eleições não fica dono do Poder. Fica mandatado para exercer o Poder a favor das Pessoas – de todas as pessoas e não apenas daquelas que o elegeram.

Um Governo que é para todos não pode colocar uns contra os outros.

Os Partidos passam e os Governos ficam.

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não têm feito outra coisa!

O Orador: O Governo só pode tirar partido pelos Açores.

A isenção da Administração Pública é uma regra basilar do regime democrático.

Deputado José San-Bento (PS): Temos discutido isso aqui!

O Orador: Sendo Pública, a Administração é de todos e, portanto, deve ser rigorosa, transparente, imparcial, suprapartidária.

Deve ser assim em todos os setores – mas também, e principalmente, no seu relacionamento com a comunicação social.

É natural e conveniente que um governo tenha um Serviço de comunicação institucional.

É inadmissível e condenável que esse Serviço esteja ao serviço de uma estratégia partidária.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Sobre esta matéria, o PSD denunciou e propôs no tempo certo e no espaço próprio.

O último programa eleitoral do PSD denunciou que *“urge uma relação limpa entre os poderes públicos e os jornalistas regionais, sem condicionamentos de qualquer tipo ou apoios subvertidos”*.

O último programa eleitoral do PSD propôs que o GACS – Gabinete de Apoio à Comunicação Social – deve *“ser reenquadrado, passando a divulgar apenas informação factual sobre a ação governativa e deixando aos jornalistas a liberdade de a tratarem como entenderem”*. Referia até que *“o seu know how deverá ser devidamente canalizado para a divulgação do que melhor têm os Açores na imprensa nacional e internacional”*.

Deputado Berto Messias (PS): A Câmara de Ponta Delgada fazia isso!

O Orador: E concluía que *“esta é, aliás, a única propaganda que pode servir verdadeiramente os açorianos e a sua Autonomia”*.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional, tal como está, não é uma plataforma de promoção da Região Autónoma dos Açores ou sequer um suporte institucional de comunicação factual da ação governativa.

O Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional, tal como está, é um Serviço do Governo dos Açores ao serviço do Partido Socialista!

Não é difícil comprovar esta acusação, que preferíamos não ter que fazer. Basta citar alguns títulos – apenas os títulos – de 10 notícias, entre outros exemplos possíveis, que foram difundidas pelos canais oficiais do Governo Regional desde as últimas eleições, sem oportunidade de contraditório por parte dos visados:

Deputado Berto Messias (PS): Isso é inacreditável!

O Orador: A 22 de outubro – “**Secretaria da Saúde contesta acusações do PSD da Graciosa**”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E muito bem!

O Orador: A 10 de outubro – “**Vítor Fraga diz que proposta do PCP reduz transferências da ERSE para a EDA e aumenta custos para o consumidor**”

A 30 de janeiro – “**Secretário Regional do Turismo e Transportes recusa críticas ‘alarmistas e infundadas’ do líder do CDS-PP**”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A 31 de janeiro – “**Sérgio Ávila afirma que contas da Saúde são conhecidas ‘ao cêntimo’ e dívida é metade do que diz o PSD/Açores**”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas isso é factual!

O Orador: A 21 de fevereiro – “**Vice-presidente acusa alguma oposição de ‘puxar para baixo’ em vez de defender os Açores**”

Deputado Berto Messias (PS) e Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A 19 de abril – “**Proposta do PSD é o reconhecimento de que a situação dos Açores é melhor do que a da República, afirma Vice-presidente do Governo**”

A 24 de abril (é mesmo um título à 24 de abril) – “**Nebulosa é a posição do PSD/Açores’ sobre a greve da SATA, afirma Victor Fraga**”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Também é um facto!

O Orador: A 17 de junho – “Vasco Cordeiro recebeu candidato à Câmara Municipal de Ponta Delgada”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: A 19 de junho – “Vasco Cordeiro lamenta que PSD/Açores queira fugir ao debate sobre a reforma da Saúde”

A 20 de junho – “Vice-presidente do Governo diz que PSD apresentou proposta de programa para a criação de emprego que ‘não serve para coisa nenhuma’”

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso não é verdade!

O Orador: Estes títulos não são de notícias do jornal “Ação Socialista”, pago com a quota dos militantes do PS.

Estes títulos são de notícias do gabinete...

Deputado Berto Messias (PS): Isto é o PSD-Açores!

O Orador: ... de comunicação do Governo dos Açores, que é pago com os impostos dos contribuintes açorianos,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de todos os contribuintes açorianos – os que votaram PS, mas também os que votaram PSD, CDS-PP, Bloco de Esquerda, PCP ou PPM. E pago também pelos contribuintes que não votaram em partido nenhum, porque estão fartos da *partidarice* de um governo que, exatamente por ser governo, devia ser o primeiro a dar o exemplo.

Deputado Berto Messias (PS): É isso que o senhor está a fazer com este voto! O senhor com este voto está a dar um ótimo contributo para a descredibilização da democracia!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado está muito incomodado com este voto!

O Orador: Esta conduta merece e exige um forte protesto do órgão máximo da Autonomia dos Açores, que tem a obrigação de representar e defender a Democracia nos Açores.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um **Voto de Protesto pela conduta sectária do Gabinete de Apoio à Comunicação Social do Governo Regional dos Açores quando utiliza um Serviço Oficial ao serviço dos interesses do Partido Socialista.**

Horta, Sala das Sessões, 11 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Ventura, António Marinho, José Andrade, Luís Garcia e Bruno Belo*

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Andrade vem aqui com uma intervenção que me fez lembrar aqueles malabaristas que vêm com o rufar dos tambores, começam a montar as suas peças e os seus primeiros atos e a coisa corre bem, com o seu fato de super-homem, com o foco da luz a incidir,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é um filme!

O Orador: ... mas que a meio do número estatela-se no chão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um orador magnífico!

O Orador: Sr. Deputado, com isso eu quero dizer que o senhor, de facto, começou bem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um humorista fantástico!

O Orador: ... o senhor começou bem, com um conjunto de proclamações com as quais nós concordamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é um malabarista extraordinário!

O Orador: E, portanto, os primeiros atos deste malabarismo, de facto, correram bem,...

(Não tenho sentido de humor, infelizmente!)

... mas logo a seguir a coisa correu-lhe mal.

Sr. Deputado, vamos ver se nos entendemos sobre estes assuntos.

Em primeiro lugar, aquilo que é óbvio.

O Governo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Compre um espelho!

O Orador: ... e todas as entidades públicas têm a obrigação de publicitar e de informar sobre a ação governativa, sobre aquilo que corresponde, no fundo, ao dispêndio de recursos públicos. É uma obrigação do Governo e este Governo faz o essencial dessa publicitação através de um serviço que já existe há muito tempo, e que existia, até, antes do PS chegar ao Governo, e que corresponde a uma estrutura equilibrada, a uma estrutura contida, que é suficiente para prestar esse trabalho e que presta um bom trabalho de informação a todos os açorianos e, em particular, à comunicação social.

E, portanto, esta visão que, Sr. Deputado,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o gabinete de propaganda?

O Orador: ... permita-me que lhe diga, faz parte de uma corrente conservadora e vagamente demagógica de que aquilo que corresponde a um órgão de informação de um governo deva ser uma entidade jornalística que tenha a preocupação de garantir...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De ser isento!

O Orador: ... o contraditório. Isto não existe,...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

... Sr. Deputado, esse trabalho é feito, obviamente, no âmbito daquilo que é a nossa vida democrática e o nosso saudável debate político. É isso que é feito, é isso que acontece em todas as sociedades avançadas e democraticamente maduras.

O Governo procede às suas comunicações e, com certeza, os partidos, as entidades que, no espaço público, acham que foram afetados e que de certa forma aquela informação merece ser contestada, ela deve ser contestada, naturalmente. Isso acontece com toda a naturalidade e, portanto, é, de facto, perfeitamente errada esta visão que o senhor apresentou aqui sobre aquilo que deve ser o papel do GaCS. É completamente errada.

Aliás, eu não resisto em recordar, Sr. Deputado, que nós fizemos parte (ambos) de uma câmara municipal, isto sim, que chegou a ter no seu *site* oficial, e que, já agora, nunca teve nenhuma das notas de imprensa da oposição (como é natural e como se compreende), mas que chegou a ter...

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Mas há um GaCS na Madeira?

O Orador: ... uma nota de imprensa da Presidente do PSD-Açores. Isso é que foi profundamente errado, é um péssimo exemplo. Sr. Deputado, eu denunciei esse caso e prontamente esse assunto foi corrigido, e o senhor certamente recorda-se disso. Pode ter sido um lapso, mas não deixa de ser um mau exemplo de algo que merece uma censura.

E, portanto, Sr. Deputado, nós temos que nos entender sobre isso e não há dúvida nenhuma que há aqui um outro aspeto que também deve ser abordado.

O senhor apresenta aqui um conjunto de exemplos que,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é o *Jornal da Madeira!*

O Orador: ... permita-me que lhe diga, correspondem não ao sectarismo do Governo que o senhor acusa, mas à impreparação do PSD-Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): Concentre-se no voto! O GPS está avariado!

O Orador: Esta é que é a verdade! É o mesmo PSD-Açores que apresenta aqui uma proposta sobre empreendedorismo jovem, que afinal visava apoiar a extração de petróleo e a extração de carvão; é o mesmo PSD-Açores que apresenta uma proposta de apoio para os compromissos de crédito à habitação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está a delirar! Agora está a delirar!

O Orador: ... de quem tem ordenados em atraso e que no fundo foi uma proposta completamente impreparada, esfrangalhada e que acabou com o Sr. Deputado Duarte Freitas a solicitar a passagem imediata para a votação, para já não falar do mesmo PSD que em relação à reforma do Serviço Regional de Saúde foi um ziguezague permanente.

(Risos do Deputado Jorge Macedo)

O Sr. Deputado Luís Maurício diz que a proposta é boa,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Depois a gente fala!

O Orador: ... o Sr. Deputado Duarte Freitas quer mais 30 dias para discutir, convoca um debate de urgência, 3 dias antes do debate de urgência pede ao Governo para retirar a proposta. Este é que é o problema: a impreparação do PSD-Açores, não é o sectarismo do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E este é um problema! Nós estamos aqui confrontados com um PSD envernizado e que só sabe trabalhar para a fotografia e isso é lamentável, os senhores têm outra responsabilidade que deviam procurar cumprir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, eu quero dizer-lhe o seguinte.

Deputado José San-Bento (PS): O voto é do PSD!

(Risos do orador)

O Orador: O senhor nunca conte histórias ou contos às criancinhas.

(Risos da Câmara)

O senhor não tem jeito nenhum!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

E ainda por cima, veja bem, na sua história, nem uma criancinha acredita. São incongruentes. Então, o super-homem cai e aleija-se?!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP e do BE)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Impreparação!

O Orador: Não, é que o super-homem não se aleija!

O senhor não tem jeito para contar histórias, mas também lhe quero dizer: o Gabinete de Apoio à Comunicação Social também não tem jeito para contar histórias, porque eu procurei outros títulos, procurei títulos alternativos.

Por exemplo, um título assim: “Governo Regional recua e considera justa a proposta do PPM de construir o Museu do Corvo”. Esta notícia não apareceu! Mas isto é um facto!

Ou outra notícia. Por exemplo: “Governo Regional dá razão às oposições e retira as coimas às famílias no sistema educativo”. Um facto, também. Outra história que não aparece.

Mas não! O que aparece...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Governo Regional persegue pessoas!

O Orador: Portanto, o Gabinete de Apoio à Comunicação Social também não tem jeito para contar histórias. As histórias são sempre muito sectárias. A história é sempre: “O Governo Regional fez isto, isto e aquilo e depois a seguir a oposição é o pior possível!”. A oposição é sempre, sempre, sempre o mau, é sempre o mau da história. As histórias são repetitivas, é sempre um monólogo...

Deputado Rogério Veiros (PS): São factos!

O Orador: ... e a história termina sempre da mesma maneira: o Governo Regional é o maior, as oposições são o pior possível.

Deputado Rogério Veiros (PS): São factos!

O Orador: E, portanto, meus senhores, não são nada factos.

O que acontece é que o Gabinete de Apoio à Comunicação Social é uma espécie de *Jornal da Madeira*. Não, ainda é pior do que o *Jornal da Madeira*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É um órgão de propaganda pura e simples (pura e simples!), que ninguém acredita na isenção, ninguém acredita que aquele tipo de informação

possa ser considerado uma informação exata, uma informação isenta. Toda a gente sabe que aquilo é pura e simplesmente um exercício de propaganda. De informação não tem nada. O Governo Regional o que tem é ali um instrumento de propaganda que é uma vergonha. E, meus senhores, ou os senhores reformulam o funcionamento do Gabinete de Apoio à Comunicação Social...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Extinguem!

O Orador: ... ou então o PPM apresenta aqui uma proposta de extinção do Gabinete de Apoio à Comunicação Social, porque as coisas como estão não podem continuar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP, não subscrevendo a forma e até alguns considerandos deste voto de protesto, vai, no entanto, associar-se ao voto e vai dar o seu voto favorável. Mas, e até aproveitando...

Deputado Berto Messias (PS): É um voto estalinista! Faz sentido o apoio do PCP!

O Orador: ... (e espero que o Deputado Paulo Estêvão não se importe de eu pegar nas suas últimas palavras), de facto, a questão é esta: se queremos dar, ou se esta Câmara quer (e deve fazer) tentar resolver o problema de que é acabar com aquela gigantesca máquina de propaganda do Governo Regional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça, Sr. Deputado San-Bento!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não sabe o que está dizendo! Qual gigantesca o quê!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos funcionários têm?

Presidente: Srs. Deputados! Sr. Deputado Aníbal Pires, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu vou continuar, Sra. Presidente.

... se, de facto, queremos introduzir rigor e ética no funcionamento...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor faz uma afirmação dessas e não sabe sustentar!

O Orador: ... do gabinete de propaganda no gigantesco gabinete...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira! Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantos funcionários tem?

O Orador: ... de propaganda do Governo Regional, julgo que teremos de avançar e o PCP até subscreverá um projeto de resolução, sem nenhum problema, com o PSD, com o PPM, enfim, com quem estiver disponível para isso, para que, de facto, se olhe para a questão do GaCS de uma outra forma. Mas não pode ser a ação socialista, não pode ser a ação socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Qual ação socialista!

O Orador: E, aliás, sabe que eu gosto mais do *Avante* do que do *Pravda*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Um bom exemplo de isenção, o *Avante*!

O Orador: E muito mais do *Gramma* do que do *Pravda*.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acha que o *Avante* não é preciso?

O Orador: Não foi isso que eu disse, Sr. Vice-presidente, e como o Sr. Vice-presidente,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Acha que o *Avante* não é isento?

O Orador: ... nesta figura regimental, não pode depois retorquir, eu nem sequer vou responder aos apartes de V. Excia.

Oh, Sr. Vice-presidente, o Sr. Vice-presidente não pode...

Presidente: Sr. Deputado, não entre em diálogo.

O Orador: ... falar nesta figura regimental.

Presidente: São apartes. São apartes, Sr. Deputado.

O Orador: E, portanto, eu nem sequer vou retorquir aos seus apartes, porque depois V. Excia. não tem oportunidade de falar e eu, como sabe, respeito muito essas questões.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim! O *Avante* é independente!

O Orador: E, portanto, não vou retorquir. Podemos, numa outra altura, perfeitamente conversar sobre esse assunto.

Agora, esta não é a forma de resolver o problema.

O PCP associa-se, sim, ao voto de protesto, porque considera que aquilo que o GaCS faz é propaganda, não é informação, é propaganda, e portanto associamo-nos a isto. Agora, entendemos é que não nos podemos ficar por um simples voto de protesto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aparte inaudível da Câmara)

Presidente: Hoje tem um desconto, Sr. Deputado, hoje tem um desconto.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Efetivamente, tentou-se aqui comparar, e de alguma maneira, o GaCS a um órgão de comunicação social, mas o GaCS não é um órgão de comunicação social,...

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... o GaCS devia ser um órgão independente, sustentado por dinheiros públicos e que desse informação relevante e adequada à sociedade das ações do Governo.

Agora, o GaCS transformou-se, como o próprio nome indica (já teve outro), mas agora pode fazer a sua metamorfose para “Gabinete de Anúncios de Cordeiro e Sérgio”,...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

... que é no que se está transformando. Efetivamente, é isso que faz: anúncios, anúncios e anúncios.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não deixe os outros Membros do Governo de fora!

O Orador: Eu não sei é se qualquer dia vamos ter a possibilidade de termos os anúncios pagos no GaCS, à semelhança do que há em outros órgãos de comunicação social. Talvez se a gente comprar, possamos dar a resposta àquilo que é.

E o que é antidemocrático é os senhores fazerem acusações e nós não termos o direito de resposta no mesmo sítio e com a mesma oportunidade. E, aliás, também é replicado por outras coisas, que basta pôr na internet “Notícias dos Açores” e é replicado numa série de coisas, exatamente a agenda do GaCS, feita pelo GaCS, com outro nome, disfarçada.

Quando se põe “Notícias dos Açores”, aparecem todas as notícias que vêm no GaCS! Alguém as faz! Isso é pura propaganda política, sustentada com o dinheiro dos contribuintes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos então...

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por ler uma notícia...

Deputado Francisco César (PS): *Açoriano Oriental!*

O Orador: ... elaborada e distribuída pelo gabinete de comunicação oficial do Governo Regional a 17 de junho de 2013:

“Vasco Cordeiro recebeu candidato à Câmara de Ponta Delgada

O Presidente do Governo dos Açores, Vasco Cordeiro, salientou hoje o “cuidado” do candidato do PS/Açores à Câmara de Ponta Delgada de apresentar ao Executivo Regional o “sentido estratégico e de futuro” dos projetos que pretende implementar no concelho.

Deputado Luís Garcia (PSD): Eu também quero ser recebido!

O Orador: *Registo a atenção de partilhar com o Governo dos Açores o sentido estratégico e de futuro dos projetos...*

Deputado Berto Messias (PS): E a Câmara do Nordeste?

O Orador: ... *que esta candidatura defende para o concelho de Ponta Delgada, nas matérias em que estes projetos tocam nas atribuições do Governo, ou seja, nas parcerias que são adequadas para as concretizar”, afirmou Vasco Cordeiro.*” (Fim de citação)

Sra. Presidente e Srs. Deputados:

Os contribuintes açorianos não andam a pagar um serviço oficial para o Presidente do Governo andar a elogiar o candidato de um Partido...

Da parte do Governo, estamos aqui perante um abuso de poder.

Da parte do PS, estamos aqui perante uma aflição de pré-campanha!

Pela parte do Grupo Parlamentar do PSD, permitam-me interpretar e, ao que parece, encerrar este debate esclarecedor, não com respostas conclusivas, mas sim com perguntas inquietantes:

- Porque será que o Presidente do Governo, enquanto Presidente do Governo, sente necessidade de utilizar o serviço oficial de comunicação institucional do Governo Regional para elogiar um candidato autárquico do Partido Socialista?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é inadmissível!

O Orador: - O Presidente do Governo, enquanto Presidente do Governo, vai elogiar “o sentido estratégico e de futuro dos projetos” defendidos pelos demais candidatos ao concelho de Ponta Delgada?

- O Presidente do Governo vai receber e elogiar, através do GACS, todos os candidatos do Partido Socialista aos 19 concelhos dos Açores?

- O Presidente do Governo vai receber e elogiar, através do GACS, todos os candidatos de todos os partidos aos 19 concelhos dos Açores?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, senhor, isso está no GaCS?

O Orador: - Porque será que...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está interpelando e ninguém pode responder!

O Orador: ... só o PS, como se viu neste debate, não reconhece que o gabinete de comunicação oficial do Governo Regional tem uma conduta condenável de favorecimento abusivo da estratégia política do Partido Socialista?

- Porque será que o gabinete de comunicação do governo...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está a falar sozinho!

O Orador: ... tinha 4 redatores em 1996, Sr. Deputado José San-Bento, e tem cerca de 20 colaboradores em 2013,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que vergonha!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Quantos?!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é qualidade!

O Orador: ... incluindo assessores, fotógrafos e até arquivistas?

- Faz sentido o gabinete de comunicação do governo...

Deputado José San-Bento (PS): Não faz sentido é o que senhor está dizendo!

O Orador: ... ter mais elementos a tempo inteiro do que as redações do Açoriano Oriental, do Correio dos Açores, do Diário dos Açores, do Diário Insular e do Incentivo todas juntas? Isso faz algum sentido?

- Quanto é que custa ao contribuinte açoriano ter o governo a fazer propaganda do PS?

Deputado José San-Bento (PS): Não são comparáveis, Sr. Deputado!

O Orador: - Por que será que o PS se contenta – sim, se contenta – com um lapso, em 8 anos, de uma Câmara Municipal, quando nós aqui trazemos dez exemplos em 8 meses do Governo Regional?

- Porque será que o PS parece tão incomodado com a impossibilidade regimental do governo intervir no debate deste Voto de Protesto e não se incomoda nada com o facto de o GACS atacar os partidos da oposição sem lhes dar a oportunidade de contraditório?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PMM)

O Orador: - Só mais uma pergunta:...

Deputado Paulo Estêvão (PPM) e vozes dos Deputados da bancada do PSD:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão e dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José San-Bento (PS): Não acredito que o senhor acredite no que está a dizer!

Deputado Berto Messias (PS): Mais uma pergunta sem o Governo poder responder!

O Orador: A culpa disto tudo também é do Governo da República?

São perguntas que ficam aqui sem resposta.

Como bem diz o nosso povo, “quem pergunta não ofende”...

...Mas há certas atitudes do GACS que são uma ofensa à Democracia nos Açores!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PMM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, pediu a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente. Três minutos.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Andrade, no final da sua intervenção, e depois de fazer um conjunto de questões, afirmou que “são perguntas que ficam sem resposta”.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu gostava de pedir um esclarecimento à Mesa, se o Governo tem a possibilidade regimental de esclarecer as questões...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... que foram colocadas pelo Sr. Deputado José Andrade.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Tome a iniciativa de esclarecer!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O GaCS responde!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sr. Presidente,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, para esclarecer o Sr. Presidente do Governo, de facto, não tem. O Governo não pode intervir nesta fase do debate, assim como as bancadas apenas podem usar da palavra uma única vez.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é que é democracia!

Presidente: Sr. Deputado José Andrade, pede a palavra para?

Deputado José Andrade (PSD): Uma interpelação à Mesa.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados!

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade. Tem três minutos.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

É para interpelar a Mesa sobre o seguinte.

De facto, por causa de um Regimento que o Partido Socialista fez aprovar,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É preciso dois terços para alterar o Regimento! Isso é o cúmulo!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Que vergonha!

O Orador: ... o Governo não tem oportunidade de intervir nesta fase do debate, mas nós não queremos que o Governo não tenha a oportunidade de responder, embora responda, em boa verdade, todos os dias através do GaCS. Mas vamos transformar essas perguntas em requerimento, para que o Governo tenha o prazer de responder uma a uma, como é sua obrigação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Sr. Presidente do Governo, pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Para um protesto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Sobre?

Presidente: Mas um protesto...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sra. Presidente, não pode protestar!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Daqui para a frente vamos passar a usar da mesma figura!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vai protestar sobre o quê?

Presidente: Mas o Sr. Presidente quer protestar referente à interpelação?

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Pode protestar. Só não pode protestar a declarações de voto e a pedidos de esclarecimento.

A figura regimental do Sr. Deputado José Andrade era uma interpelação. Vai fundamentar o protesto.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra. Dispõe de três minutos.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer o seguinte.

Eu admito, obviamente, quer por dever de ofício, quer por convicção democrática, que compete a cada um dos partidos políticos fazer utilização dos instrumentos regimentais que melhor entendem. É um direito que lhes assiste, terá a sua leitura política, mas é um direito inalienável que lhes assiste e, portanto, podemos fazer a leitura política disso. Mas há uma coisa que eu acho perigosa de fazer-se neste Parlamento, e que é confundir duas coisas: aquilo que é a responsabilidade política deste Governo, e ele está aqui para assumi-la naquilo em que é feliz e naquilo em que é menos feliz; e atacar funcionários públicos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah, pois é! Persegui-los!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nomeados pelos senhores!

O Orador: E é preciso não esquecer que muitos, muitos, muitos daqueles que são funcionários do GaCS são funcionários públicos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Criteriosamente escolhidos pelos senhores!

O Orador: O GaCS, nesses casos que o Sr. Deputado se referiu, limitou-se a transcrever aquelas que foram declarações de responsáveis políticos. Sobre elas, cá estamos para assumir a responsabilidade.

Por isso, não poderia deixar, em consciência, de intervir neste debate, para lhe dizer que, pese embora o Sr. Deputado José Andrade possa fazer um voto de

protesto, possa, habilidosamente, transformar esse voto de protesto num requerimento escrito, habilidosamente, fugindo, desta forma, ao debate claro, nesta Câmara,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... pode fazê-lo, mas acho que é importante, para benefício de nós todos, que se separe essas duas linhas.

Cá estamos para assumir a responsabilidade política daquilo em que somos felizes ou menos felizes. Em termos de responsabilizar funcionários públicos por aquelas que são declarações políticas, não me parece, de todo, que seja correto e não me parece, de todo, que o debate a que se acabou de assistir tenha contribuído para isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para um contra protesto, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade. Dispõe de dois minutos.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Não preciso de tanto, porque o Sr. Presidente do Governo praticamente não acrescentou nada.

Eu queria era lembrar aqui apenas o seguinte.

A fiscalização da atividade do Governo é uma responsabilidade do Parlamento.

Nós estamos aqui a assumir a nossa responsabilidade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Com perguntas que não podem ser respondidas!

O Orador: A responsabilidade política do funcionamento do GaCS é do Governo Regional e nessa matéria o Sr. Presidente do Governo acaba de “sacudir a água do capote”.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação deste voto de protesto apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 19 a favor do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Orgulhosamente sós!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para pedir que nos desse de novo o número de elementos do Partido Socialista que votaram contra este voto de protesto, por favor.

Presidente: Faça o favor de repetir a votação, Sra. Secretária, para que não hajam dúvidas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Só a proclamação dos votos.

Secretária: Vinte e oito votos contra do PS.

Presidente: Ficou esclarecido?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Qual é a dúvida?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos para a última apresentação de votos, desta manhã.

Para um voto de pesar,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, para apresentação de um voto de pesar referente ao falecimento de Antero Augusto Medeiros Gonçalves, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):

VOTO DE PESAR

FALECIMENTO DE ANTERO AUGUSTO DE MEDEIROS GONÇALVES

Faleceu no passado dia 26 de maio, Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, natural da freguesia da Matriz, da cidade da Horta.

Antero Gonçalves cedo se destacou na atividade desportiva onde adquiriu um invejável e muito honroso currículo, que o projetou, quer como atleta, quer como técnico e treinador, quer mesmo como colaborador de vários Órgãos de Comunicação Social, para uma dimensão verdadeiramente regional e mesmo nacional.

De 1948 a 1982 foi jogador ou treinador de várias modalidades desportivas do Fayal Sport Clube e no União Micaelense, de Ponta Delgada.

Em 1960 recebeu a Medalha de Mérito Desportivo da Associação de Futebol da Horta.

Foi capitão da Equipa da Horta nos *Jogos Sem Fronteiras*, na Jugoslávia, em 1979.

Frequentou os cursos de treinador nas modalidades desportivas de Andebol e de Atletismo, nas respetivas Federações Nacionais.

Foi coordenador de Atletismo da Delegação de Desportos da Horta, de 1974 a 1984, e em 1985 da Associação de Desportos do Faial.

Foi Campeão de Ténis de Mesa da FNAT.

Para além disso, Antero Gonçalves teve também uma vasta participação na vertente desportiva em vários Órgãos de Comunicação Social, tendo sido correspondente do *Rádio Clube de Angra*, de 1968 a 1975, correspondente da *RDP Açores* e, após a abertura do Centro da Horta, de 1967 a 1989, passou a colaborador desportivo. Foi ainda colaborador ativo e empenhado na *Rádio Local Antena 9*, desde a sua fundação e até próximo do seu falecimento.

Foi membro da Academia Olímpica de Portugal e foi agraciado, em 1987, pelo Governo da República, com a Medalha e Diploma de Mérito Desportivo. Recebeu, a 4 de julho de 2000, o Diploma da Câmara Municipal da Horta por Serviços Prestados ao Concelho.

Antero Gonçalves foi ainda um cidadão empenhado na vida da sua cidade, tendo desempenhado vários cargos autárquicos durante 31 anos consecutivos, nomeadamente o de Presidente da Junta de Freguesia da Matriz, de 1982 a 1993, de vogal da Assembleia Municipal, de 1997 a 2001, e de vogal da Assembleia de Freguesia da Matriz, de 2001 até à data do seu falecimento.

A ilha do Faial e os Açores perderam, assim, uma figura de destaque da nossa vida desportiva e social, que foi um exemplo de participação cívica e de entrega à comunidade.

Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, e que do mesmo se dê conhecimento à sua família, ao Fayal Sport Clube, ao Clube União Micaelense, à PSP da Horta, à Junta e Assembleia de Freguesia da Matriz da Horta e ao INATEL da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2013

Os Deputados Regionais: *Duarte Freitas, António Ventura, António Marinho, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Bruno Belo*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa ao voto. Ontem já tínhamos apresentado um voto do mesmo teor, sendo que Antero Gonçalves, por onde passava, privilegiava e implementava todo o seu *fair play*.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos o período dedicado aos votos. Vamos passar às declarações políticas.

Por parte do PSD, para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não era o PPM?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Desisti! Os senhores não me deixaram!

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O acesso aos cuidados de saúde por parte dos cidadãos assume-se como um direito inalienável consagrado na Constituição.

Cabe ao Estado – e neste caso à Região – proporcionar as condições necessárias que permitam o acesso em condições de igualdade e de equidade a todos aqueles que necessitam de cuidados de Saúde.

A realidade que se vive nos Açores traduz-se por um acesso ainda deficitário em algumas áreas. É bem conhecida a situação que se vive a nível dos Cuidados Primários, com uma larga faixa da população sem acesso a esse mesmo tipo de cuidados, a resposta insuficiente na realização de exames complementares de diagnóstico, mesmo no interior das instituições que constituem o Serviço Regional de Saúde.

No entanto, as Listas de Espera Cirúrgicas assumem contornos preocupantes. Apresentam-se longas, envolvendo milhares de açorianos, que esperam num sofrimento silencioso a sua oportunidade: a oportunidade de verem a sua cirurgia realizada.

Publicou o Governo no portal da Direção Regional de Saúde as Listas de Espera Cirúrgicas nos três Hospitais da Região. De forma subtil, elas referem-se aos doentes que esperam há mais de ano e meio. Ignora os restantes.

Por via disso, os números são bem diferentes dos 2500 constantes desses dados. Mesmo assim, uma análise cuidada do seu conteúdo revela dados dificilmente

factuais e perceptíveis na prática clínica diária, como os que se referem nomeadamente a uma lista quase homogénea para Cirurgia Vascular no Hospital da Ilha Terceira, fazendo com que quase não existam outras áreas cirúrgicas com doentes em espera.

Pelo contrário, bem perto de 8 000 doentes aguardam em Lista de Espera, sendo que a 31 de dezembro de 2012, 6098 se encontravam no Hospital de Ponta Delgada, dos quais mais de 900 esperavam há mais de dois anos.

Não se torna admissível que a Região não consiga dar resposta a quem espera por uma cirurgia a cataratas desde 2004 ou a uma prótese da Anca ou do Joelho – arrastando a dor e a incapacidade – há mais de três anos!

Não se torna admissível uma resposta tão pobre por quem tem a obrigação de ser bem mais célere nas soluções.!!!

Tratam-se de esperas que ultrapassam tudo aquilo que seria humanamente aceitável e clinicamente expectável.

Está na altura de agir!!! Já é tempo de Governar!!!

No âmbito da discussão do Plano e Orçamento para 2013, em março passado, o PSD apresentou uma proposta – aprovada nesta Câmara – de reforçar a rubrica respeitante às Listas de Espera Cirúrgicas, tendo ficado disponíveis 700 000 euros para esse fim.

Eles não se destinavam nem se destinam a contratar quem quer que seja para “limpar” a opção do decisor clínico sobre os doentes inseridos em Lista. Eles destinam-se sim a aumentar o bem-estar daqueles que se encontram há muito há espera que o dia de realizarem a sua cirurgia chegue.

Não somos apologistas de que a desconfiança sobre opções tecnicamente fundamentadas por quem tem a competência de o fazer, sirva de instrumento para “teoricamente” se reduzirem números, que o mesmo é dizer, reduzir cidadãos em espera. Confiamos nos profissionais de saúde, cientes de que a sua

adesão a um código ético e deontológico lhes permite, em cada momento, exercer a sua atividade de acordo com a “legis artis”.

Se é certo que aquela não é a única solução e que se exige uma atitude de devida utilização da capacidade instalada e de medidas conducentes à otimização de recursos humanos, também é certo que, até este momento, nada foi feito.

O Governo não mostra uma estratégia que seja perceptível, de forma clara, ao combate às Listas de Espera Cirúrgicas, deixando quem sofre com esperas inaceitáveis na desesperança de uma solução visível.

Continuaremos atentos e exigentes nesta como noutras matérias, na defesa da acessibilidade dos Açorianos aos cuidados de Saúde e, neste caso particular, à resolução das Listas de Espera Cirúrgicas, que nos envergonham perante o País! Enquanto aqui se esperam anos, lá fora esperam-se meses! Não muito mais do que TRÊS meses!!!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-presidente, Srs. Membros do Governo:

Está na altura de agir!!! Está na altura de governar!!!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Srs. Membros do Governo:

As listas de espera são um problema aqui, no continente, na Europa, no mundo. Quem necessita de ser intervencionado é uma prioridade e é uma preocupação deste Governo e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e não só dos partidos da oposição.

Nós estamos atentos e sabemos das dificuldades que o Sistema Regional de Saúde tem para resolver esse problema, mas o Governo Regional, nos últimos anos, tem feito um esforço grande para que as pessoas sejam intervencionadas o mais depressa possível.

Dou aqui os números, para que os açorianos e as açorianas percebam que esse esforço tem sido feito, que esse esforço tem sido titanicamente dirigido, que se tem arranjado formas para que haja uma redução no aumento de cirurgias. E dou os números para que todos os açorianos e açorianas percebam as listas de espera cirúrgicas daquele programa de recuperação. Desde 2007, foram feitas, até 2011, 2176 intervenções cirúrgicas. Nas cirurgias programadas, desde o ano 2000 ao ano 2001, houve um aumento de 29,3% de intervenções cirúrgicas.

Esse esforço tem sido feito, esse esforço tem sido avaliado, esse esforço tem sido percebido pelas pessoas que têm necessidade de serem intervencionadas cirurgicamente, mas temos um problema, o problema de recursos humanos. Temos o problema de especialidades, sobretudo a anestesia e sobretudo também de gestão dos blocos operatórios, que necessitamos de melhorar, de aperfeiçoar. Esse aperfeiçoamento tem sido feito, mas ainda há mais para aperfeiçoar.

Mas os números não enganam. O aumento das cirurgias tem acontecido ao longo desses anos. O esforço dos profissionais de saúde, na região, tem sido apreciável, mas nós não podemos ficar distraídos e temos que estar sempre com todas as nossas energias para diminuir, cada vez mais, as listas, para que todos os açorianos e açorianas tenham acesso à sua cirurgia, aqui nos Açores, e da melhor forma, com qualidade, com segurança, pois só assim é que conseguimos

arranjar forma de aumentar a qualidade de vida de todos os açorianos e das pessoas que optaram por viver aqui nos Açores.

Este aumento de 29,3%, do ano 2000 para 2011, é um número que é preciso ser registado e é preciso que os açorianos saibam que este esforço tem sido feito e esta progressão positiva tem sido feita.

O ganho em saúde tem acontecido, mas temos consciência, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem consciência de que ainda temos que fazer um esforço maior para que todos os açorianos tenham as suas intervenções cirúrgicas da maior qualidade, com a maior segurança e o mais depressa possível.

Sabemos que não é o ideal, mas o esforço tem sido feito e isso é de registar e é de aplaudir todo o esforço que tem sido feito pela Secretaria e o Sistema Regional de Saúde. Não é perfeito, mas estamos a caminhar no sentido certo e estamos a caminhar com positividade e com ganhos na saúde.

Nós não podemos, nunca, aproveitar a debilidade do sistema. Sabemos quais são as carências, sabemos que há carências de recursos humanos e de especialidades, como disse há pouco, de anestesia, que não há anestesistas, sobretudo para operar 24 horas sobre 24 horas, porque é humanamente impossível, mas o esforço que a Secretaria tem feito tem que ser registado e tem que ser aplaudido. Agora, nós não podemos é ficar distraídos, nem podemos deixar de referenciar as dificuldades que o sistema tem, porque nós temos consciência das dificuldades, como toda a oposição tem, mas também temos feito um esforço e vamos continuar a ter esse esforço para que melhore a saúde aqui, na Região Autónoma dos Açores, e isto tem sido feito pela Secretaria Regional de Saúde, tem sido feito pela Direção Regional e tem sido feito, sobretudo, pelos recursos humanos existente e que optaram por trabalhar aqui, na Região Autónoma dos Açores. E vamos, certamente, daqui a uns anos,

constatar que esses números vão continuar sempre a subir. E se isso acontecer assim dessa forma, nós estamos no caminho certo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Secretários do Governo Regional:

De facto, esta questão das listas de espera é bastante preocupante e é mais uma vertente relacionada com os aspetos da saúde que revela algumas das deficiências da proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que foi apresentada pelo Governo Regional.

Efetivamente, pelos números que existem, os dados de lista de espera, e dos quais cerca de 6 mil dos 8 mil doentes que estão em lista de espera estarão em lista de espera no hospital de Ponta Delgada, revelam, mais uma vez, o erro que é a proposta de centralização num centro hospitalar dos Açores e do encerramento de especialidades e valências nos outros hospitais, no sentido de resolver eficazmente esta situação. Concentra-se precisamente no sítio onde a dificuldade é maior em dar resposta às listas de espera.

Da nossa parte, falamos com muito à vontade.

Recordo aqui que o CDS-PP já apresentou propostas no sentido de aliviar as listas de espera, nomeadamente o Vale de Saúde, que o Governo Regional, apesar de o orçamentar nos respetivos orçamentos anuais, nunca o utilizou devidamente (esta ferramenta), tendo-o subaproveitado e desvalorizado, inclusive, quando podia ser um belo instrumento para ajudar a aliviar as listas de espera.

Nós entendemos que o Serviço Regional de Saúde deve ser efetivamente regional, deve ser um serviço que valorize, acima da eficiência, antes de mais, a eficácia, porque nós vivemos em ilhas. Essa é uma realidade que é que nos distingue e justifica a autonomia e justifica estarmos todos aqui, nesta sala, neste órgão, a defender e a trabalhar pela nossa autonomia. Essa realidade é inultrapassável. E sendo inultrapassável, obriga-nos, efetivamente, a ter alguma duplicação de investimentos e a ter alguns sobrecustos, os ditos custos da insularidade, inclusive no Serviço Regional de Saúde.

Se nós perdermos isso de vista e cairmos na tentação de seguir as recomendações para territórios contínuos da OMS, da Ordem dos Médicos, de uma qualidade técnica excessiva, sobreposta à proximidade e à eficácia, estamos efetivamente a matar o Serviço Regional de Saúde e estaremos efetivamente a contribuir para agravar este problema que aqui foi trazido das listas de espera, entre outros (entre outros), em vez de os aliviar e de os melhorar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, para encerrar o debate, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O esforço que tem sido feito para ultrapassar as listas de espera cirúrgicas, no nosso entender, não tem sido o suficiente e tem que ser maximizado, porque se na verdade o Sr. Deputado Ricardo Cabral invocou um aumento do número de cirurgias realizadas, é também verdade que as taxas de ocupação...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Mas foi ou não foi?

O Orador: ... (as taxas de ocupação) dos diferentes blocos operatórios ainda estão aquém da sua utilização...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Também sabemos isso!

O Orador: ... e que as listas de espera aumentam de forma gradativa, eu diria (e são dados oficiais do Hospital do Divino Espírito Santo), entre 2011 e 2012, o número de doentes em lista de espera aumentou 7%.

Para nós o que nos preocupa são as pessoas e não nos pode deixar tranquilos o facto de haver, no hospital de Ponta Delgada (está no Portal da Direção Regional de Saúde), um doente inscrito a 6 de março de 2008 que ainda não tenha sido intervencionado. O que a nós nos preocupa é que haja, no hospital da ilha Terceira, um doente inscrito a 12 de novembro de 2008 e que ainda não tenha sido intervencionado. E o que a nós nos preocupa é que, no Hospital da Horta, haja dois doentes inscritos a 25 de novembro de 2004 e ainda não tenham sido intervencionados.

E, portanto, Sr. Deputado, ao invés daquilo que os senhores costumam fazer, que é atribuir para a República aquilo que são as vossas responsabilidades,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não, não!

O Orador: ... pois aqui têm um muito mau exemplo.

Sabe que na República o número de doentes...

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor sabe das dificuldades!

O Orador: ... que está à espera de intervenção cirúrgica está há pouco mais de três meses, na esmagadora maioria dos hospitais? E nos hospitais dos Açores os doentes estão há espera há mais de cinco anos por uma cirurgia?

Deputado José San-Bento (PS): Estrangularam as consultas!

O Orador: E é preciso que se faça um esforço suplementar, é necessário que as responsabilidades sejam assumidas por aqueles que têm tido a responsabilidade da orientação da política da saúde na região, mas mais do que isso, que encontrem soluções.

Por vezes elas existem, simplesmente o que tem faltado é a voz de comando e uma “desgovernamentação” completa entre aquilo que são as orientações da

tutela, absolutamente, por vezes, inexistentes, e aquilo que são as políticas seguidas pelos conselhos de administração dos diferentes hospitais dos Açores. E, portanto, nós demos o nosso contributo aquando da discussão do Plano e Orçamento, por esta Câmara unanimemente aceite, e estamos à espera que aquilo que foi consignado no âmbito do Plano e Orçamento seja devidamente utilizado em favor das açorianas e dos açorianos, que sofrem por estar à espera, em tempo indevido, para que resolvam o seu problema. É isso que nós exigimos, a par de outras medidas que os senhores bem sabem quais são, mas que não têm tido nem a vontade, mas, sobretudo, nem a capacidade de as implementar. Refiro-me nomeadamente ao desfasamento dos horários dos anestesistas nos hospitais da região, colocando e rentabilizando as salas dos blocos operatórios...

Deputado José San-Bento (PS): E os enfermeiros!

O Orador: ... durante o período da tarde, permitindo, dessa forma (se essa medida fosse concretizada, coisa que os senhores nunca conseguiram fazer), reduzir de forma substancial as listas de espera cirúrgicas.

Concluindo, estaremos atentos na defesa das pessoas, porque é para as pessoas que nós aqui estamos e fomos eleitos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto agora se há inscrições para as intervenções de interesse regional?

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estevão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estevão (PPM): Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental e, considerando o nosso horário, vamos também interromper aqui os nossos trabalhos.

Eu apenas alertava as Sras. e os Srs. Deputados de que iniciaremos a Agenda com a discussão e posterior votação do ponto 9, conforme foi ontem deliberado em Conferência de Líderes.

Eu pedia também aos líderes e ao Sr. Vice-presidente o favor de se aproximarem da Mesa. Aos restantes colegas, um bom almoço e regressamos às 3 horas.

Eram 12 horas e 37 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Vamos, então, retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Conforme vos indiquei antes do almoço, iniciamos a nossa Agenda com o debate e votação do ponto 9: **Projeto de Resolução n.º 18/X – “Criação do Canal Parlamento/Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes e são os que temos vindo a utilizar no Processo Legislativo Comum.

Neste caso, o partido proponente, que é o PPM, o Partido Socialista e o Governo têm 25 minutos; o PSD tem 20 minutos; o CDS tem 15 minutos; e o Bloco de Esquerda e o PCP têm 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão, para a apresentação do diploma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As chamadas televisões legislativas, um subgrupo da televisão pública, são cada vez mais numerosas e influentes no contexto dos sistemas políticos parlamentares. A primeira televisão legislativa nasceu em 1979, nos Estados Unidos. Na Europa, a França foi o primeiro país a criar um canal parlamentar, logo no início da década de 90 do século XX.

Em Portugal, o Canal Parlamento (ARTV) começou a transmissão em direto dos trabalhos parlamentares, via cabo, em 2002. No início deste ano, o Canal Parlamento iniciou a emissão em sinal aberto, algo que permitiu o acesso universal da população a esta plataforma de divulgação do trabalho parlamentar. Na atualidade, são raros os parlamentos europeus que não possuem plataformas, por cabo ou em sinal aberto, de transmissão televisiva.

Os canais parlamentares permitem a transmissão, sem cortes ou edição, dos trabalhos parlamentares. Deste modo, a atividade parlamentar torna-se mais visível e transparente. A informação a respeito dos assuntos comunitários torna-se mais global e o pluralismo político passa a ter mais espaço de afirmação. Os cidadãos podem, assim, libertar-se de todo o género de tutelas interpretativas e de agendas mediáticas. Escolhem, livremente, o que mais lhes interessa no âmbito da agenda parlamentar em discussão e constroem o seu próprio juízo crítico - com recurso a fontes diretas - a respeito dos assuntos debatidos e dos diversos posicionamentos políticos exteriorizados.

Senhora Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A experiência dos parlamentos que criaram os seus próprios canais parlamentares demonstra que os níveis de fiscalização e de exigência em relação ao trabalho parlamentar, por parte das respetivas comunidades políticas, aumentaram muito. A consequência deste facto foi o aumento, muito

substancial, da produtividade - em termos de discussão política, do número de iniciativas parlamentares e da participação popular no âmbito dos mecanismos consagrados em cada instituição parlamentar – do trabalho parlamentar.

Os canais parlamentares implicaram, assim, mais transparência, mais informação, e mais exigência no âmbito dos sistemas políticos democráticos. Isto provoca, forçosamente, o reforço dos níveis de qualidade do trabalho parlamentar e o incremento do conhecimento mútuo entre os eleitos e os eleitores. Tudo isto é crucial para a sobrevivência e reforço das democracias representativas.

No contexto geral do aumento da visibilidade do trabalho desenvolvido pelos parlamentos de âmbito nacional, os parlamentos regionais não podem ficar para trás. A preservação dos mecanismos de afirmação identitária e de autogoverno depende, fundamentalmente, do prestígio e da visibilidade das suas instituições parlamentares. Esses fatores de valorização estão diretamente relacionados com a divulgação das suas atividades e da sua eficácia enquanto caixa-de-ressonância credível da complexidade e do pluralismo da sociedade que representam.

Nesse sentido, a criação de uma relação assimétrica de visibilidade e de legitimidade entre as instituições parlamentares nacionais e regionais, em detrimento destas últimas, representa um risco para as autonomias regionais. É justamente por isso que os parlamentos dos territórios dotados de autonomia política têm vindo a sentir a necessidade de criar os seus próprios canais parlamentares.

No caso específico dos Açores, a assimetria entre os mecanismos de visibilidade da Assembleia da República e da Assembleia Legislativa tem vindo a incrementar-se. A Assembleia da República usufrui de uma emissão própria por cabo, de uma presença crescente nos grandes canais informativos portugueses e, desde o início do ano 2013, de uma emissão em canal aberto.

A tendência é exatamente a inversa no que diz respeito à Assembleia Legislativa. A divulgação dos trabalhos parlamentares açorianos é cada vez mais residual no espaço televisivo e o enfraquecimento progressivo dos órgãos de comunicação social regionais não permite perspetivar qualquer inversão desta tendência no âmbito da imprensa escrita e das rádios. A criação de um canal parlamento, que transmita em direto e em canal aberto as reuniões do plenário e das comissões da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, constitui uma necessidade premente do nosso sistema político.

Os enormes custos associados à criação de um canal parlamento semelhante ao da Assembleia da República tornam inviável uma solução deste tipo para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, a melhor solução para garantir a transmissão televisiva em direto e em canal aberto dos trabalhos parlamentares, passa pela formalização de um protocolo entre a Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e a Assembleia Legislativa.

Senhora Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Centro Regional dos Açores da RTP faz, atualmente, a cobertura das reuniões plenárias – com diretos ocasionais – e também de grande parte das reuniões das comissões parlamentares. Tem, por isso, uma estrutura logística montada e dispõe de pessoal qualificado que pode garantir a transmissão televisiva, de forma integral, dos trabalhos parlamentares. A esta capacidade do Centro Regional dos Açores da RTP deve juntar-se o contributo dos meios técnicos e humanos que a própria Assembleia Legislativa dispõe no âmbito da transmissão online das reuniões plenárias.

Estes meios terão de ser obviamente reforçados, mas parece evidente que a utilização do sinal e de outros meios logísticos da RTP Açores permitirá desenvolver um projeto de baixo custo.

No que diz respeito à natureza, direção e linhas orientadoras do Canal Parlamento/Açores, importa referenciar o seguinte. O Canal Parlamento/Açores

deverá funcionar numa mancha horária devidamente calendarizada e largamente pré-determinada – nas reuniões do plenário e eventualmente das comissões parlamentares –, integrando, também, os necessários mecanismos de flexibilidade inerentes à imprevisibilidade da evolução dos trabalhos parlamentares. Isto obrigará o Parlamento a melhorar a planificação das suas atividades, nomeadamente no âmbito da calendarização das reuniões das diversas comissões parlamentares.

O futuro protocolo a assinar entre a Assembleia Legislativa e a RTP **assegurar**á a **autonomia de gestão, por parte da Assembleia, do espaço de transmissão que vier a ser contratualizado**. Para esse efeito deverá ser criado, à imagem do que sucede com o Canal Parlamento da Assembleia da República, um conselho de direção que “tomará as decisões relativas à programação do Canal Parlamento/Açores”, composto por um representante de cada grupo e representação parlamentar, deliberando por unanimidade, sem prejuízo do direito de recurso para a Conferência dos Grupos e Representações Parlamentares.

Resta dizer que ficou acordado, em sede de Comissão, que as negociações entre a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Rádio e Televisão de Portugal, S.A., só deverão iniciar-se, como é lógico, a partir do momento que exista uma concreta definição acerca do futuro modelo organizativo e empresarial da RTP-Açores, na sequência dos contactos que atualmente decorrem entre o Governo dos Açores e a RTP.

Disse!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

Deputado Pedro Moura (PS): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sempre foi a favor de todas as iniciativas que visem dar maior visibilidade à atividade parlamentar e aos deputados.

Pensamos que a solução proposta, face à forma como funciona o nosso plenário, é adequada ao prever sinergias com a RTP-Açores.

É claro que isto pressupõe uma ponderada e equitativa negociação, que, desde logo, implica sabermos o futuro próximo da própria RTP-Açores.

Efetivamente, essa negociação deverá salvaguardar a autonomia editorial do Canal Parlamento, bem como ser devidamente harmonizada com a missão de serviço público que a RTP-Açores deve continuar a assegurar e cujo financiamento, em primeira linha, cabe, de acordo com a lei, ao estado.

Quanto ao Canal Parlamento, pensamos que ele deve seguir o figurino do já existente para a Assembleia da República, tendo, essencialmente, uma produção não editada constituída maioritariamente por transmissões em direto.

O seu conselho editorial deve integrar representante de todas as forças políticas com assento parlamentar, devendo deliberar por unanimidade.

Atenta a estreita ligação, constante do objeto desta proposta, entre a RTP-Açores e o futuro Canal Parlamento, a concreta efetivação deste projeto passará pela rápida definição do futuro da RTP-Açores.

Nessa medida, vemos como positiva a proposta de substituição apresentada pelo proponente pelo que iremos votar a favor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José Andrade, tem a palavra.

Deputado José Andrade (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhores Membros do Governo:

O Projeto de Resolução do PPM, de criação do Canal Parlamento/Açores, merece, naturalmente, a concordância do Partido Social Democrata.

Por uma questão de princípio.

Apostamos na valorização do Parlamento e defendemos uma política de proximidade entre os eleitos e os eleitores.

O Parlamento é a fonte de legitimidade e o centro de decisão do nosso sistema político.

É o Parlamento que origina, suporta e fiscaliza o Governo dos Açores.

É o Parlamento que propõe ou acolhe as opções programáticas e os instrumentos orçamentais da governação açoriana.

Começam ou passam por aqui as principais decisões que determinam ou influenciam a afirmação coletiva da Região Autónoma dos Açores nos contextos nacional, europeu e atlântico tanto quanto o quotidiano individual dos açorianos desde Santo Espírito até à Fajã Grande.

Portanto, tudo o que se passa no Parlamento dos Açores interessa a todos os açorianos.

Pelo menos assim devia ser. Mas não é o que parece.

Falta tornar a atividade parlamentar mais atrativa. E é preciso levar o Parlamento para junto das pessoas.

Ninguém reconhece aquilo que não conhece.

O primeiro passo desse longo caminho é mostrar quem somos e o que fazemos.

A sistemática transmissão direta e integral das sessões plenárias do Parlamento dos Açores pode ser um primeiro grande contributo para o conhecimento – e, sobretudo, para o reconhecimento – do principal órgão de governo próprio da Região.

Temos que nos mostrar aos açorianos – numa relação direta, de corpo inteiro, olhos nos olhos – com as nossas forças e as nossas fraquezas.

Naturalmente que essa exposição pública representa também um novo desafio para o próprio Parlamento. Mas temos que estar à altura dessa exigência contemporânea.

Aliás, temos mesmo essa obrigação. De prestar contas do trabalho que fazemos a quem nos elegeu. E devemos para isso cumprir a nossa parte de criar as condições para que o trabalho todo esteja sempre ao alcance de todos.

Isso já é possível em suporte *online* mas será mais eficaz em sinal de televisão. É neste enquadramento que se insere a perspectiva de instalação do chamado Canal Parlamento/Açores.

Se a existência de um Canal Parlamento é já plenamente justificada no contexto nacional da Assembleia da República – que até acaba de crescer da distribuição por cabo para a difusão em sinal aberto – ela ganha pertinência ainda mais acrescida num espaço, como o nosso, de descontinuidade territorial.

A televisão une o que o mar separa.

O Canal Parlamento/Açores pode ser a “bancada do público” que a geografia não permite preencher fisicamente.

Os açorianos devem poder conhecer integralmente o que se passa neste hemiciclo da Horta – o coração político dos Açores – e não faz sentido que acedam melhor à Assembleia da República do que ao Parlamento regional.

Temos, portanto, a obrigação de tomar uma iniciativa.

É certo que a difícil conjuntura que vivemos não permite avançar para projetos megalómanos, de orçamento inoportável.

Mas é verdade que o projeto pode ser – e deve ser – implementado faseadamente, desde logo potenciando os recursos existentes.

Ainda que numa primeira fase, de carácter experimental, se assegure tão só a transmissão direta das sessões plenárias – remetendo para uma fase posterior a gravação integral das sucessivas reuniões das diferentes comissões – devemos

começar por aproveitar e potenciar os recursos existentes nos meios técnicos e humanos da Assembleia Legislativa e, sobretudo, da televisão açoriana.

O Centro Regional da RTP é, naturalmente, o nosso parceiro privilegiado para a criação e funcionamento do Canal Parlamento/Açores, desde logo utilizando o seu suporte de difusão.

Se bem interpretamos o projeto em debate, o Canal Parlamento/Açores não será, naturalmente, uma estação de televisão – e nem sequer, em bom rigor, um canal próprio – mas tão somente um espaço autónomo na emissão assegurada pela RTP/Açores.

É por isso um projeto que interessa a todas as partes – aos Açorianos, ao Parlamento e à RTP.

- Aos Açorianos, porque passam a poder assistir às sessões plenárias do seu Parlamento sempre que quiserem e mesmo que não queiram sempre.

- Ao Parlamento, porque ganha a projeção pública e permanente que precisa e merece, mostrando o seu plenário tal qual ele decorre.

- À RTP/Açores, porque alarga substancialmente a sua programação de conteúdos regionais, pelo menos uma vez por mês, afirmando a identificação açoriana no lugar da emissão de proveniência exterior e reforçando desta forma a sua condição de serviço público.

O primeiro passo é estabelecer uma equipa de trabalho – política e técnica – entre o Parlamento regional e a RTP/Açores para avaliar e quantificar a implementação deste projeto.

É isso que nos é proposto aqui, para reunir a informação concreta que fundamente uma futura deliberação final sobre esta matéria.

Sabemos para onde queremos ir.

Importa agora perceber como podemos lá chegar.

A iniciativa em apreço tem este mérito e merece ser apoiada nesse sentido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, dizer que, obviamente, o Bloco de Esquerda dará o seu voto favorável a este projeto de resolução do PPM, que recomenda à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que crie o Canal Parlamento/Açores, por todas as razões que já foram aqui expendidas, que nós subscrevemos, e que, no fundo, se resumem a proporcionar uma maior ligação entre os eleitores e os eleitos, o mesmo é dizer, uma maior informação e, quiçá, uma maior credibilização do nosso trabalho, do trabalho político, do trabalho desta casa, do trabalho dos deputados em favor das nossas populações.

Estando perfeitamente de acordo com este projeto de resolução, e sendo eu própria e o Bloco de Esquerda uma adepta e adeptos da criação deste parlamento, saudando esta iniciativa do PPM, lamento ter que dizer, neste momento, que aqui, agora, tenho uma sensação de orquestra do *Titanic*. E é com pena que o digo, porque gostava que nós estivéssemos aqui todos entusiasmados com a criação deste Canal Parlamento e com o que ele pode representar de positivo para a classe política desta região e, sobretudo, para a informação e para o exercício da cidadania informada das nossas populações. Mas o meu sentimento é o sentimento da orquestra do *Titanic*, que toca enquanto tudo está a ruir à sua volta.

E vou explicar-me, Sras. e Srs. Deputados.

Nós temos, de facto, tudo a ruir à nossa volta, a começar pelo Governo da República e a acabar na RTP/Açores. E penso que é bom que tenhamos consciência disso. Temos um Presidente da República que tem um Governo mas não o quer, quer toda a gente no Governo e, se calhar, nenhum de nós e nenhuma de nós está livre de um dia destes ser convidado para fazer parte

daquele Governo onde todos têm de estar, mas onde, na realidade, ninguém quer estar,...

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

(Apartes inaudíveis do Deputado Paulo Estêvão e do Vice-presidente do Governo Regional)

A Oradora: ... a não ser o Sr. Presidente da República.

Estamos confrontados com a possibilidade muito real de termos eleições antecipadas no nosso país, provavelmente, queira ou não queira o Sr. Presidente da República, antes de julho de 2014. Temos um grupo de trabalho,...

(Aparte inaudível do Deputado Luís Silveira)

A Oradora: (Eu estou a falar do Canal Parlamento, o Sr. Deputado é que está distraído!)

(Aparte inaudível do Deputado Luís Silveira)

A Oradora: (Estou, estou! Estou a falar do Canal Parlamento e do seu veículo principal, que se chama RTP/Açores, certo?)

Temos um grupo de trabalho, que foi criado em janeiro, com representantes do Governo Regional e da RTP/Portugal, e que, desde janeiro, reuniu uma vez! E, portanto, não tem nenhuma conclusão, nenhuma solução, nenhuma proposta para a RTP/Açores. Temos uma reunião decisiva marcada para o dia 17 deste mês, tanto quanto sei, entre o Sr. Presidente do Governo Regional e o Ministro da tutela, reunião de que todos esperamos saia alguma orientação, pelo menos

no sentido de sabermos o que é que nos espera: há RTP/Açores, não há RTP/Açores, que raio é que vai haver em termos de serviço público de radiotelevisão, na Região Autónoma dos Açores e para estas populações. Temos trabalhadores da RTP/Açores, que estão aqui, nesta sala, que estão ali em cima, que não sabem até quando é que os seus postos de trabalho estão assegurados. Temos trabalhadores da RTP/Açores que, no exercício da sua liberdade, estão a rescindir os seus contratos e a aposentarem-se e a reformarem-se antecipadamente, mas que não vão ser substituídos, ou seja, há falta de recursos humanos, de recursos técnicos, de recursos de equipamentos, falta de instalações. E, portanto, a todos os centros a ruir, na Horta, na Terceira e em São Miguel, acrescenta-se agora o exercício da liberdade de uma quantidade significativa de trabalhadores que se vão embora e não serão substituídos.

E, Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto, o que é que nós estamos aqui a fazer? Com todo o respeito, como todo o entusiasmo pela proposta do PPM da criação deste canal, eu penso que este é o momento de pensarmos mais e de nos preocuparmos mais em defender a RTP/Açores, porque sem ela não há Canal Parlamento, entendamo-nos bem, do que...

Claro que vamos aprovar o Canal Parlamento, mas a sensação que eu tenho é, volto a repetir, a orquestra do *Titanic*. Vamos aprová-lo, mas não sabemos o que é que vai ruir mais à nossa volta do que aquilo que está a ruir.

E não podia deixar de partilhar com as Sras. e os Srs. Deputados esta sensação de alguma incongruência entre aquilo que vou votar, convicta de que estamos a ter uma boa decisão, mas a possibilidade de que ela não venha sequer a ser implementada nos tempos mais próximos, ou, quiçá, de maneira nenhuma, o que seria verdadeiramente lamentável.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar por felicitar o PPM e o Deputado Paulo Estêvão por hoje nos trazer aqui, a esta casa, este projeto de resolução, que visa criar o Canal Parlamento/Açores.

E, de facto, a Sra. Deputada Zuraída Soares acaba, na sua intervenção, de dizer que isto de pouco serve quando não se sabe se vamos continuar a ter RTP/Açores, ou em que modelo, ou como, ou se vamos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não disse que de pouco serve!

O Orador: O facto é que, no entender do CDS, este é um projeto de resolução importante e, sobretudo, importante não só porque permitirá divulgar o trabalho dos representantes do povo açoriano nesta casa, mas também porque, segundo aquilo que está nesta resolução, poderá ser uma mais-valia também para a manutenção do Centro Regional da RTP/Açores. E, por isso, parece-nos que em boa hora este assunto aqui é discutido, e aqui é discutido depois de uma série de diligências que fez a Comissão Parlamentar e em que tivemos oportunidade de perceber que o Canal Parlamento, mesmo a nível nacional, e na Assembleia da República, apesar de não ser visto durante muitas horas consecutivas, como é óbvio, pelas pessoas, é visto por muitos milhares de pessoas, determinadamente naquilo que as pessoas pretendem ver em relação ao trabalho parlamentar que é desenvolvido e, nomeadamente, em relação aos deputados de cada zona por onde são eleitos e em que as pessoas têm mais apetência em perceber qual é o trabalho que desenvolvem.

E por isso (e por isso) achamos que, para além de toda a importância que tem o projeto de resolução na divulgação do trabalho parlamentar e daquele que é o trabalho desenvolvido por aqueles que nos elegem, poderá, e bem, como visa o projeto, ser uma mais-valia para o Centro Regional.

E não temos nenhuma dúvida que esta é uma simbiose onde todos podem ganhar: podem ganhar os açorianos, pode ganhar o Parlamento, pode ganhar o povo açoriano e o Centro Regional. E por isso aquilo a que nós apelamos, ao ser aprovado este projeto de resolução, quer à Sra. Presidente da Assembleia, quer aos restantes membros da Mesa, é o seu empenho para que esta resolução, e após, é certo, a reunião que o Sr. Presidente do Governo Regional manterá com a RTP, SA e em que se vai definir, ou com o grupo de trabalho, peço desculpa,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não tenho reunião nenhuma com o grupo de trabalho, tenho com o Sr. Ministro!

O Orador: Com o Sr. Ministro? Ok.

... ou a reunião que tem o Sr. Presidente do Governo (para ser mais preciso), a reunião que irá ter o Sr. Presidente do Governo com o Sr. Ministro que tem a tutela da RTP, SA, para ser mais preciso, após essa reunião, e após as conclusões que daí saírem, esperemos que, e ao ser aprovado este projeto de resolução, quer a Sra. Presidente, quer a restante Mesa, tenham empenho para que se cumpra o mesmo e que num futuro muito próximo tenhamos o Canal Parlamento nos Açores.

Muito obrigado.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e futuro Ministro “não sei de quê” pode ficar com essa responsabilidade!

Deputado Luís Silveira (*CDS-PP*): Ou o Eng.º José Seguro, também pode ficar!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP apoia esta iniciativa do Partido Popular Monárquico e saúda, até, a disponibilidade do Deputado Paulo Estêvão em ter acolhido uma medida de precaução relativamente à questão do futuro da RTP e da já referida reunião que está agendada entre o Sr. Presidente do Governo e, suponho que será, o Ministro Poiares. Julgo que é ele que tem a tutela.

Deputado Francisco César (PS): A gente já não sabe!

O Orador: Pois, temos sempre aqui algumas dúvidas.

E, de facto, julgamos que esta iniciativa do PPM tem este valor, o valor de apontar para a criação do Canal Parlamento, com todas as virtualidades que já aqui foram referidas e que me escuso de repetir, mas não posso deixar de ter aqui algumas preocupações, designadamente algumas que já aqui foram colocadas pela Deputada Zuraida Soares e que têm a ver, de facto, com a situação que se vive atualmente na RTP/Açores e sobre o seu futuro.

É bom que nos lembremos que, por exemplo, a delegação da RTP/Açores na cidade onde nos encontramos está a atravessar momentos muito críticos e não se vê sequer, da atual direção da RTP/Açores, nenhuma vontade de resolver o problema, quando também é sabido que se houvesse essa vontade, algumas dificuldades que se estão a atravessar aqui na delegação da RTP/Açores, na cidade da Horta (e nós sabemos-lo todos, pelo menos quem passa pelo Canal Parlamento), qual é a situação que se está a viver. Aliás, o realizador do programa, já tinha sido deferido o pedido de saída, mas, entretanto, a RTP pediu-lhe para estar mais algum tempo para cobrir esta sessão plenária, e a verdade é esta. Há aqui um conjunto de circunstâncias, se algumas têm a ver com Lisboa, outras têm a ver com a direção da RTP/Açores. É bom que nós tenhamos consciência disso, porque a atual direção da RTP/Açores, como eu disse no Plenário passado, como questioneei, aquando da audição, está, digamos, a enterrar ainda mais, a fazer o óbito àquilo que é a RTP/Açores.

Agora, eu tenho aqui dúvidas que, de facto, se prendem com as questões que a Deputada Zuraída Soares levantou, e que têm a ver com o seguinte.

Que não se entenda (que não se entenda), de maneira nenhuma, esta questão. A primeira responsabilidade pela RTP/Açores é do Estado, como muito bem referiu o Deputado Pedro Moura. E, portanto, não será aceitável, pelo menos por parte da Representação Parlamentar do PCP, que ancorados nesta iniciativa que aqui vamos aprovar por unanimidade, se transfiram responsabilidades que são do Estado para a região. Isso, por parte da Representação Parlamentar do PCP/Açores, não será, não é aceitável, nem nunca terá o nosso apoio.

Aquilo que cabe ao Estado deve ser assegurado pelo Estado. E, portanto, isto para que fique claro, porque há aqui...

Eu tenho essa preocupação, tenho essa preocupação e estou na expectativa para ver o que é que acontece (se essa reunião entre o Sr. Presidente do Governo Regional e o Ministro Poiães, se ainda for ele e se vier a acontecer), qual será o resultado dessa reunião. Mas – e reitero, novamente –, não é aceitável, a Representação Parlamentar do PCP não aceita que o Estado, em consequência daquilo que hoje, aqui, vamos aprovar, caia na tentação de passar para a região responsabilidades que são suas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, congratular pela aprovação desta iniciativa,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ainda não foi aprovada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos em discussão! Ainda podemos alterar o sentido de voto!

O Orador: ... que, a partir deste momento, será...

Já foi, Sr. Vice-presidente, anunciado o sentido de voto. Eu vou tentar não dizer nada que altere o vosso posicionamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então, sente-se!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É melhor!

O Orador: Aliás, eu estive muito tentado a não falar, estive tentado a não fazer uma segunda intervenção, mas devo dizer-vos que a aprovação deste projeto de resolução é importante para a divulgação dos trabalhos do Parlamento, é muito importante também do ponto de vista do espírito que anima também esta iniciativa, que é o seu baixo custo. É muito importante que algumas críticas que tenho visto em relação a este projeto em que, de facto, falam de um canal autónomo, um canal que poderia vir a ter a mesma estrutura e a mesma despesa que o Canal Parlamento a nível da Assembleia da República. Não é nada disto! Isto não é um projeto de milhões, é um projeto à nossa escala, de acordo com as circunstâncias em que nós estamos e também não significa, está afastada, Sr. Deputado Aníbal Pires, essa sua preocupação em relação a que o Estado possa aligeirar aquelas que são as suas responsabilidades.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acha que sim?! Vamos ver o que acontecerá!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não que esta região esteja disponível!

O Orador: Devo dizer...

Em relação a este projeto, de certeza absoluta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Acha que sim? Vamos ver!

O Orador: Segundo aspeto muito importante.

A alteração que foi sugerida pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é uma proposta que foi acolhida pela Representação Parlamentar do PPM no sentido de que é lógica, é lógica. É evidente que não se pode negociar tendo em conta as incertezas que existem em relação ao projeto televisivo nacional, não só, e também a nível da Região Autónoma dos Açores.

E, portanto, é evidente que aqui o que nós temos que confiar é que...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Em quem é que temos que confiar? No Governo da República?

O Orador: ... o Presidente do Governo Regional...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Governo da República!

O Orador: Não, eu confio no meu Governo! O Sr. Presidente do Governo Regional está ali, está a negociar em nome do Governo, da Região Autónoma dos Açores e eu estou absolutamente convencido que fará o possível e o impossível para conseguir os melhores resultados possíveis para a região. Não tenho nenhuma dúvida em relação a essa questão.

Agora, a Sr. Deputada do Bloco de Esquerda já começou aqui uma emissão alternativa no nosso canal, a primeira emissão alternativa, no nosso canal.

A Sra. Deputada está preocupada com o Governo da República, o que é que vai acontecer com as declarações do Sr. Presidente da República, enfim, com o fim do mundo.

Deputada Zuraída Soares (BE): É capaz mesmo de ser o fim do mundo. Em sanidade mental já é o fim do mundo! Não tenha a mínima dúvida!

O Orador: Mas eu digo-lhe uma coisa (*Risos*). Eu digo-lhe uma coisa, eu digo-lhe uma coisa.

Pode ter a certeza (pode ter a certeza) de uma coisa. Se há um país (e os operadores externos também podem ter a certeza de uma coisa) ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar para os mercados?

O Orador: Não! Para si! Para si!

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Pensei que era para os mercados!

O Orador: Exatamente do lado oposto dos mercados. Estou a falar par si.

A questão é esta.

Se há um país que é confiável, é um país que está aqui há 900 anos, com reis, bons e do piorio,...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: ... com presidentes da república médios e maus.

Nós temos suportado tudo, Sra. Deputada. Eu tenho a certeza (e os mercados deviam olhar para isto), quem está sempre, sempre aqui, ao longo de quase 1000 anos, é Portugal e, portanto, não será o fim. Já passámos por crises muito piores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Estou muito impressionada com isso!

O Orador: É evidente! A Sra. Deputada está preocupadíssima com as declarações do Sr. Presidente da República.

Eu devo dizer-lhe, devo confessar-lhe que eu também.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está?

O Orador: Estou!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

O Orador: Estou preocupado, porque eu acho que aquelas declarações são uma espécie de oráculo indecifrável.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sanidade!

O Orador: Portanto, neste momento, eu tenho grandes dúvidas de como é que vai evoluir a situação política e devo dizer-lhe que,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E os mercados?

O Orador: ... em relação a essa situação, me preocupa, mas eu tenho a certeza que não vem aí o fim do mundo e tenho a certeza absoluta que as instituições democráticas continuarão a funcionar em Portugal...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ao tempo que elas não funcionam!

O Orador: ... e tenho a certeza absoluta que vamos resolver esta crise política e esta crise económica, como já resolvemos centenas de outras crises.

Oiça, Portugal é um país eternamente em crise e Portugal é um país eternamente a sobreviver perante as circunstâncias mais adversas. E, portanto, a

questão aqui é (e vamos focalizar-nos): criámos um consenso político em relação a este serviço, que é um serviço essencial para a democracia, é um serviço essencial para a divulgação e para que as pessoas tenham uma informação o mais completa possível sobre o que aqui se passa, sobre o que os seus representantes aqui estão a fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso está fora de questão!

O Orador: Essa parte é a parte essencial.

O clima de incertezas políticas e económicas e até institucionais existe, Sra. Deputada, existe, mas há uma coisa que fica, de certeza absoluta.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Essa história revolta-me!

O Orador: Nós vamos ter um Governo deste país, vamos ter eleições ou não, não sei se vamos ter agora, se vamos ter em 2014 ou em 2015, mas tenho a certeza que vamos ter um Governo e que vamos ter um Governo Regional e um Governo da República que irão negociar e tenho a certeza absoluta que nós vamos ter também a sobrevivência da RTP e que vamos ter um parceiro com quem negociar. E tenho a certeza que esta decisão política que hoje se toma é uma decisão muito importante, porque é uma decisão tomada por unanimidade e temos aqui uma opção. E, portanto, vamos ver como é que as coisas evoluem, mas estou absolutamente convencido que a partir de agora oferecemos aos açorianos uma mais-valia muito importante para a democracia nos Açores, oferecemos uma mais-valia muito importante para quem quer seguir o trabalho dos parlamentares, dos seus representantes e que aumenta a interatividade entre eleitos e eleitores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Vamos, então, passar à votação do projeto de resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O projeto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme deliberado em Conferência de Líderes, os pontos 7 e 8 da nossa Agenda serão discutidos em conjunto.

Os tempos foram também decididos em Conferência de Líderes e serão utilizados na discussão conjunta das iniciativas e são os seguintes.

O proponente, que é o Bloco de Esquerda, o PS e o Governo dispõe de 35 minutos; o PSD de 30 minutos; o CDS de 25 minutos; o PCP e o PPM de 20 minutos.

Para apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/X – “Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Decreto Legislativo Regional do Bloco de Esquerda, que “Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”, visa, fundamentalmente, a defesa da escola pública, porque para nós a escola pública é um pilar material da democracia e, como tal, um instrumento decisivo para a garantia da igualdade de oportunidades, como uma democracia madura exige.

Consideramos incompatível com a grandeza deste objetivo o desvio de dinheiros públicos para a concretização, manutenção e equilíbrio de gestão de projetos privados com fins lucrativos, que, na prática, mais não são do que negócios para a obtenção de lucro e que, portanto, depauperam os recursos da escola pública.

Cabe aqui dizer, como muitas vezes o temos afirmado, neste como em outros setores, que nada temos a opor à existência do ensino particular com fins

lucrativos. Só que ele, a existir, não pode ser lucrativo à custa das rentabilidades asseguradas pelos dinheiros públicos.

Para além de um escândalo e de uma promiscuidade intolerável, a prática do Governo Regional de apoiar iniciativas com fins lucrativos deste género, ao invés de promover a igualdade de oportunidades, promove a segregação social.

A nossa iniciativa legislativa limita-se a atacar esta mazela da democracia.

Bem entendemos que numa região como a nossa, ultraperiférica e arquipelágica, os incentivos e apoios à iniciativa privada não só devem, como têm de existir, mas consideramos apenas estes apoios para os projetos que criem produtos transacionáveis ou serviços com valor acrescentado.

Não aceitamos que dinheiros públicos sejam dedicados a apoiar projetos concorrenciais com os serviços públicos fundamentais, parasitando o erário público.

Sendo conhecidas estas nossas preocupações, há vários anos, ficamos agradavelmente surpreendidos com a iniciativa do Governo Regional sobre esta matéria. Uma proposta do Governo Regional que vai ao encontro das preocupações do Bloco de Esquerda e que, de forma bastante positiva, vai mesmo mais longe do que o nosso projeto, agora em análise.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa queria apenas fazer um esclarecimento. O CDS dispõe de 23 minutos e não de 25 minutos, como erradamente afirmei.

Passava, então, de imediato, a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura, para a apresentação da proposta do Governo.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É entendimento do XI Governo dos Açores que a legislação existente em matéria de Educação é bastante, é boa e, na sua generalidade, tem provado ser adequada ao bom funcionamento do sistema educativo regional.

Isso não impede, porém, que, após uma avaliação criteriosa dos seus articulados e da respetiva aplicação no terreno, se deva proceder a algumas alterações no sentido de a melhorar, clarificando alguns conceitos e normativos, e de, sempre que possível, rever algumas situações pontuais no sentido de acautelar os direitos das crianças e alunos e as circunstâncias em que decorrem os seus percursos educativos e confirmar as obrigações dos meios e dos agentes educativos – os estabelecimentos, os seus modelos organizacionais, e os dirigentes, professores, educadores e trabalhadores não docentes –, redefinindo, sempre que necessário, as suas relações com a Região.

Neste contexto, o conjunto de alterações que o Governo agora propõe ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 6 de Março, “Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”, tem por objetivo (1) diferenciar, com vista à atribuição de apoios sociais aos agregados familiares, por parte da Região, as crianças que frequentam centros de Atividades de Tempos Livres (ATL), as creches e os estabelecimentos de ensino geralmente designados por pré-escolar face aos alunos dos três ciclos do Ensino Básico e os do Secundário, ou seja, da escolaridade; (2) continuar a garantir a comparticipação financeira do ensino pré-escolar, visando assegurar a gratuidade da componente educativa; e (3) alargar o regime de ensino individual e doméstico a todos os níveis de ensino que compõem a escolaridade obrigatória no sistema de ensino regular (que agora é permitido apenas no 1.º ciclo do básico), satisfazendo-se assim um preceito constitucional.

Assim, as alterações propostas para os artigos 10.º, 16.º e 18.º visam clarificar as relações dos estabelecimentos com a Região no que diz respeito (1) ao

requerimento de autorização de funcionamento, (2) ao encerramento de estabelecimentos, e (3) à suspensão de funcionamento.

A alteração ao artigo 51.º, relativo à Ação Social Escolar, destina-se a confirmar a prática que tem vindo a ser observada, no sentido de as regalias e benefícios sociais previstos no âmbito da ASE serem extensíveis apenas às valências educativas com contratos de associação e aos alunos que as frequentam no ensino regular, nas mesmas condições das escolas públicas e seus alunos, exceto no que se refere ao transporte escolar e à isenção de propinas e taxas.

No artigo 63.º prevê-se, para os docentes das valências educativas privadas que transitem para o ensino público, a contagem do tempo de serviço prestado no ensino particular, designadamente para progressão na carreira, sendo promovido o seu enquadramento na ordem de prioridades da ordenação de candidatos do concurso de pessoal docente da Região, em igualdade de condições com o serviço prestado nas escolas públicas, mediante as condições previstas neste artigo.

Na proposta que submeteu a esta Assembleia, e que a Sra. Deputada acabou de referir, o Governo propunha uma alteração substancial ao artigo 67.º, que se ocupa do financiamento público do ensino particular, cooperativo e solidário, prevendo a diferenciação da atribuição das comparticipações em função do tipo de estabelecimento de ensino: (1) separava-se a educação pré-escolar dos outros níveis de ensino: na situação atual, o 1.º ciclo tem o mesmo regime do pré-escolar; a separação proposta justificava-se pelo facto de o pré-escolar ser de oferta universal mas não obrigatório, enquanto o 1.º ciclo integra o ensino obrigatório, configurando assim duas realidades diferentes; nestes termos, mantinha-se o mesmo tipo de apoio que tem vindo a ser prestado às crianças do pré-escolar, e regulávamos, com outra filosofia, os apoios aos alunos da escolaridade obrigatória; e (2) a atribuição da comparticipação passava a

ocorrer através da distribuição dos alunos por escalões de rendimento líquido *per capita*, nos mesmos termos dos estabelecidos para o regime de ASE.

Porém, depois de um vasto processo de auscultação no terreno – o que permitiu a receção de contributos formais e informais, entre os quais se contam os do Grupo Parlamentar do PS –, e tendo em conta que, neste momento, não existe na rede pública a oferta suficiente para absorção de todas as crianças do pré-escolar, ao contrário do que acontece com a escolaridade, onde a oferta excede a procura, o Governo entendeu não prosseguir com esta alteração ao modelo de funcionamento do ensino particular, cooperativo e solidário.

Finalmente, no artigo 111.º alarga-se a possibilidade de frequência do ensino individual e doméstico a todos os níveis de ensino que constituem a escolaridade obrigatória no sistema de ensino regular e são definidos os critérios e as condições do seu funcionamento.

Em suma, e para além dos aspetos meramente técnicos e administrativos, esta Proposta de Alteração que o Governo apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores visa introduzir mais justiça na atribuição dos apoios da Região às famílias dos alunos dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Básico e aos do Secundário que frequentam o ensino particular, cooperativo e solidário, e que deles necessitem, orientando-se a afetação dos fundos públicos com critérios de equidade e de justiça social, apoiando-se quem menos pode e quem mais precisa.

Tudo isto, no entanto, sem deixar de reconhecer os serviços relevantes que têm sido prestados por estas instituições de ensino, cujos alunos continuarão a usufruir de um justo apoio público.

Gostaria de salientar nesta apresentação o facto de este projeto de decreto legislativo regional subir a Plenário em conjunto com uma proposta do Bloco de Esquerda que versa a mesma matéria.

É útil e bom que assim seja, uma vez que permite uma discussão articulada de ideias que, pese embora as suas diferenças, perseguem o mesmo objetivo: reconhecer o papel desempenhado pelos estabelecimentos de ensino particular, cooperativo e solidário no Sistema Regional de Educação e introduzir algumas alterações que visam o aperfeiçoamento do princípio da justiça social aplicável ao setor.

No seu articulado, este projeto da Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda limita a atribuição de apoios no âmbito da Ação Social Escolar aos agregados familiares de crianças ou alunos matriculados em valências educativas com contratos celebrados com a região que sejam complementares às escolas públicas. E no caso dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, de cariz lucrativo (e a expressão é do documento), que ministrem a educação pré-escolar a um nível ou círculo de ensino regular, ou o ensino profissional e profissionalizante, quando conferente de habilitação ou qualificação profissionais, ou ainda o ensino artístico, se em regime de ensino articulado, apenas quando existe ou nas localidades onde a rede escolar pública (e eu aqui, já agora, refiro que o texto do Bloco de Esquerda tem um lapso, faltando o advérbio “não”) ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Evidentemente!

O Orador: ... possui capacidade para acolhimento de todas as crianças e alunos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que bem, Sr. Secretário, mas que bem!

O Orador: Eu sou filósofo, Sr. Deputado.

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Também prevê que o financiamento decorrente deste tipo de contrato seja sempre inferior ao investimento público necessário ao suprimento das

limitações da Rede Escolar Pública das respetivas localidades e apenas reconhece o direito às prerrogativas das pessoas coletivas de utilidade pública, aos estabelecimentos de ensino solidário, ou seja, às IPSS, Santas Casas e Casas do Povo.

Na perspetiva do Governo, a exclusão dos setores particular e cooperativo da atribuição de tais prerrogativas constitui uma diferenciação de tratamento injustificada quando essas entidades têm como fim exclusivo a educação e o ensino, uma vez que participam enquanto atores e executores de uma responsabilidade de interesse geral, o que se revelou particularmente evidente (e eu gostaria de salientar isso) enquanto a rede escolar pública regional não dispunha dos meios necessários para garantir o acesso universal dos cidadãos à educação e ao ensino.

É nosso entender, as instituições de ensino particular, cooperativo e solidário – todas elas – desempenham um papel importante na história do sistema educativo regional e não devem, por isso, ser vistas, como parece que o são, pelo Bloco de Esquerda como meros complementos acidentais, ou seja, como entidades a quem se recorre quando delas temos necessidade e que são descartadas quando deixam de ser úteis.

Embora a rede escolar pública tenha capacidade para absorver todos os alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos do básico, bem como do secundário, não o tendo ainda para o pré-escolar na sua totalidade, o Governo entende que é justo que os alunos cujos agregados familiar optem por escolas do ensino particular, cooperativo e solidário, possam usufruir, com as necessárias adaptações, de benefícios atribuídos pela Ação Social Escolar, ou outros, aos alunos do sistema público.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão, então, abertas as inscrições para o debate sobre estas duas iniciativas.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos...

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Muito obrigado!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fica-lhe muito bem defender o ensino!

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Fica bem, não fica?

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

Antes de mais, obviamente que a nossa visão é aqui um bocadinho diferente, pelo menos da proponente de uma das propostas em apreço, do Bloco de Esquerda, desde logo por um princípio base: nós não entendemos que o público e o privado não possam coexistir e que o público e o privado, em qualquer modalidade, seja de ensino, seja de qualquer outro percurso da atividade económica ou social, não possam existir ou coexistir e que não tenham ambos um papel a desempenhar e que não mereçam ambos uma atenção das entidades públicas.

Nas áreas da Ação Social vêm, desde logo, à cabeça as instituições privadas de solidariedade social, bem como outras entidades, como a igreja, organizações de outra natureza que praticam ação social, que praticam serviço público, ao

fim e ao cabo, com dinheiros privados também, mas também com alguns apoios públicos, em coexistência com os órgãos públicos ou oficiais.

Na área da saúde, há muito tempo que é preciso, embora seja necessário melhorar, reconhecer o papel que a coexistência entre o público e o privado faz a favor das populações, sobretudo em alturas e em momentos em que o serviço público tem mais dificuldade em dar resposta efetiva às solicitações que o mercado e que os cuidados de saúde assim necessitam.

Portanto, a nossa visão é uma visão de coexistência, de coabitação, se possível, em alguns casos, e um reconhecimento mútuo da importância dos dois planos, do público e do privado, até porque poder-se-ia dizer (como se diz em algumas situações) que competindo aos órgãos públicos, ao Governo, ao Estado, no global, assegurar a universalidade de um serviço de educação de um sistema educativo global para todos os educandos do país (neste caso da região), neste caso a garantia dessa universalidade não passa necessariamente por escolas públicas. Pode passar por escolas privadas, como pode, através de outros casos, com concessões que são feitas em serviços públicos, em diversas matérias, por entidades privadas.

Portanto, existem várias formas e vários modelos que podemos aqui articular.

Nós não temos como visão dogmática que deva ser exclusivamente o privado nestas coisas, também não concordamos com a visão dogmática oposta, que deva ser exclusivamente um serviço público e que existindo o privado, que ele visa, tão só, o lucro nestes casos. Aliás, no caso da educação, é talvez daqueles onde o lucro é a última matéria que preocupa muitas dessas instituições, até porque não tem, ou, efetivamente, quando o tem, tem muito pouco, porque as dificuldades são semelhantes às do setor público, beneficiando, às vezes, de outros incentivos ou de outros apoios, que muitas vezes são do próprio setor privado.

Portanto, nós estamos muito satisfeitos com a mudança que foi aceite ou que foi anunciada como aceite pelo Governo Regional e o recuo na questão do financiamento às entidades privadas, até porque é um custo muito mais baixo,...

Deputada Zuraida Soares (BE): É impressionante!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E no mercado?

O Orador: ... (muito mais baixo), supomos nós, muito mais baixo do que o custo de ter aqueles alunos no público. E digo que supomos nós, porque quando questionamos o Governo Regional em relação a esta matéria, em sede de Comissão, o Governo Regional não me soube responder na altura quanto é que custava cada aluno no setor público ao erário público, mas sabe efetivamente que cada aluno, no ensino particular, cooperativo ou solidário, custa 100 euros num ciclo, 200 noutro, porque esses são os valores tabelados do protocolo. E custa apenas isso.

Também quando perguntámos ao Sr. Secretário, no momento em que este assunto foi discutido na Comissão, qual seria o número de alunos no universo global dos alunos dos Açores abrangidos, essa resposta não nos foi dada. Foi-nos, entretanto, transmitida. Sabemos agora, pela mão do Governo, que são 1100 alunos os que seriam abrangidos por esta alteração e sabemos, inclusive, o custo. O Governo forneceu esses dados na altura, mas não quis deixar de referir isto aqui, porque, hoje de manhã, da bancada do Partido Socialista, houve insinuações que às vezes a oposição vem para aqui só falar por falar e vem mal preparada. Gostava de deixar aqui este exemplo de um Secretário que vai a uma comissão para discutir um assunto e não leva o mínimo de informação relativamente ao assunto que vai discutir, nomeadamente informação quantificável, sobretudo quando estamos a falar de uma redução de custos, que era isso que se pretendia ou que, alegadamente, se pretendia.

Portanto, a crítica que a bancada do Partido Socialista lançou à oposição, de manhã, eu devolvo-a.

Além destes aspetos, gostaríamos aqui de referir ainda que, efetivamente, o Governo alega que tem capacidade instalada, neste momento, para absorver todos estes alunos. Nós compreendemos isso, compreendemos que o Governo até tem excesso de capacidade instalada, porque inclusive fecha escolas públicas e tem tido uma opção, que, a nosso ver, se calhar também não é a mais correta, de concentração em escolas (já vem de anteriores governos, não vem deste), de concentração em mega escolas, fugindo à escola de proximidade, concentrando, muitas vezes, diversas faixas etárias no mesmo espaço, em medidas que, no nosso entender, também não são as mais benéficas.

Porém, convém aqui referir (e o Sr. Secretário fez questão de referir isso) que muitas destas instituições de solidariedade, particulares ou cooperativas de ensino, asseguram um papel de interesse público nos Açores, há muitos anos, muitas delas antes até de existir autonomia, antes até de existirem estes órgãos que estão aqui sentados hoje, e que, com razão, diz o Sr. Secretário, e nós concordamos e sublinhamos, não pode o Governo servir-se dessas instituições quando serviu os interesses do Governo de alargarem a base de educação como deve ser, nos Açores, e agora que, por acaso, não precisam, também deixar essas instituições penduradas numa altura em que a crise é global,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Deputado, se for assim, a bicha para invocar o passado é grande!

O Orador: ... (e toda a gente reconhece que a crise é global). Ainda ontem ouvimos o Bloco de Esquerda querer aumentar o salário mínimo regional, porque reconhecia que a crise atinge também os Açores (o complemento regional). A crise também se estende a essas instituições, também a crise se estende aos professores que estão requisitados no ensino público, nessas instituições, e também era preciso avaliar, efetivamente, e convém fazer essa

avaliação, de qual será o custo de reintegração destes professores na rede pública e qual será a possibilidade de reintegração, porque é sabido também, neste momento, que há um excesso de oferta de professores para todos os ciclos, excesso de oferta esse que também acaba por ser extensível aos Açores e que também seria um contributo adicional para a crise que, neste momento, vivemos.

Portanto, no meio de algumas coisas que talvez começaram mal, é de louvar o facto do Governo Regional ter sabido ouvir e ter ouvido, lido e estado atento aos pareceres e às questões que foram levantadas pelas entidades que foram contactadas para emitirem pareceres e se pronunciarem sobre esta matéria, muitas delas com justeza e com clareza, sem preconceitos ideológicos, que depois permitem que, de facto, o Governo reavalie a situação e repense a sua estratégia nesta matéria, pelo menos no imediato e no curto a médio prazo.

Relembraria aqui, apenas, uma coisa, e não vou falar aqui, nesta fase (talvez seja preciso mais à frente), nos resultados, nos bons resultados, no bom desempenho que estas escolas costumam ter, mas gostaria de lembrar aqui uma coisa. Os contributos dos encarregados de educação que têm os filhos no ensino particular, solidário ou cooperativo são contributos duplos. Por um lado, contribuem diretamente para o funcionamento dessas escolas, mas por outro contribuem também com os seus impostos para o funcionamento da escola pública, com uma vantagem adicional para o erário público, é que contribuem sem porem lá os gastos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Nas bichas dos hospitais, por exemplo! Devem ser os primeiros a serem atendidos, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, não existem custos operacionais dessas crianças no sistema público - não existem custos operacionais dessas crianças no sistema público. E isto, apesar de parecer de somenos, não o é, por isso é que eu chamei a atenção aqui de nós não termos recebido a informação do custo unitário por

aluno do sistema de ensino público, porque ajudaria a perceber um pouco estes valores ou estes dados com valores mais atualizados.

Por outro lado, e para referir aqui um último aspeto, que tem a ver com o seguinte. Nós estamos a falar de uma comparticipação e de um apoio que é dado às instituições particulares, neste caso, que não é atualizado desde 2002. Portanto, a própria inflação já reduziu bastante o valor que, em 2002, tinha sido decidido pelo Governo Regional atribuir. E este aspeto, por si só, já é uma penalização suficiente, se não excessiva, do apoio para o ensino particular, solidário e cooperativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura** (*Luiz Fagundes Duarte*): Obrigado, Sra. Presidente.

Só para responder a algumas perguntas concretas e observações que foram feitas pelo Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

Em primeiro lugar, os dados que eu, de facto, quando fui à Comissão, não tinha comigo foram posteriormente enviados ao Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, que acusou a receção. Portanto, os dados foram fornecidos.

Sr. Deputado, falou em custos e falou em números que não foram especificados. Eu gostaria de lhe dizer, neste momento, este sistema particular, cooperativo e solidário conta com 3460 alunos, o que implica um encargo total anual para a região de 3 milhões 755 mil 250 euros.

A rede escolar pública, como disse, nos ciclos da escolaridade e do secundário, tem capacidade para absorver todas as crianças ao sistema. Todas as crianças dos Açores são bem-vindas ao sistema público, no entanto, são opções dos pais terem-nas, pelas mais diversas razões, em instituições privadas. A região colabora nestes valores que indica, na sua formação, mas gostaria que ficasse bem claro que é uma colaboração, é um esforço que a região faz, mas envolver,

integrar essas crianças no sistema público, provavelmente, com o fator escala, não atingiríamos esses valores.

O Sr. Deputado também referiu, e agradeço que o tenha feito, que o Governo ouve. Este Governo ouve.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ouve!!!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Com “h”! (*Risos*)

O Orador: Eu tenho ouvido todos, todos os diplomas têm sido trabalhados. Têm sido ouvidos, têm sido postos à discussão e grande parte das propostas e sugestões que são apresentadas são integradas na legislação que vamos produzindo.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação aos diplomas que estamos a discutir, queria dizer o seguinte.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, que está em vigor (às vezes parece que não está, mas está em vigor), ao Estado e à região cabe garantir uma rede de oferta de ensino público e o seu financiamento e daí cabe-lhe também garantir qualidade a essa rede de oferta de ensino público, isto é, garantir qualidade à escola pública. E cabe também apoiar o ensino particular e cooperativo, até em iguais moldes, quando há ausência de oferta da rede pública, isto é, quando, digamos, é supletiva a oferta do ensino público.

Ao que julgamos saber, para o ensino obrigatório, para a escolaridade obrigatória, a região dispõe de uma oferta que serve, está ajustada, em alguns casos, até, eventualmente, sobredimensionada para as necessidades do ensino público. E, portanto, estar a desenhar aqui, ou melhor, ter um modelo de apoio

ao ensino particular, cooperativo e solidário em que se põe em pé de igualdade, em paridade, o financiamento público ao ensino privado, não nos parece, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, muito correto, até porque tem havido, ao longo dos últimos anos, algum desinvestimento na escola pública, e não estou a falar em infraestruturas, embora eu possa falar, porque sabemos, por exemplo, que é necessário uma escola nova nos Arrifes, sabemos, por exemplo, que a escola da Ribeira Grande, a escola básica do 2º ciclo, é necessária a sua construção, mas nem sequer me vou debruçar muito sobre a questão das infraestruturas, uma vez que tem havido um esforço da região para que as infraestruturas tenham qualidade e sejam adequadas às necessidades, com alguns exageros que por aí houve.

Mas, pondo essa questão de lado, a verdade é esta. Tem havido um forte desinvestimento na escola pública e que depois se traduz nos resultados que são obtidos, embora eu também não queira entrar exatamente por esse caminho dos resultados obtidos a nível da avaliação externa. Mas a verdade, Sr. Secretário, é que se inicialmente a proposta do Governo trazia uma alteração que repunha justiça e, digamos até, que tinha a cobertura da Lei de Bases do Sistema Educativo, a verdade é que, face aos desenvolvimentos que houve e ao recuo do Governo relativamente a esta matéria, me parece que ficamos aqui numa situação que onde são desviados dinheiros públicos para a atividade privada quando essa atividade privada, com certeza que deve existir, mas deve existir em função da procura, em função das leis do mercado e não com o apoio dos dinheiros públicos. Aliás, não caberá hoje perguntar, mas podia-se questionar, eventualmente, o facto de se ter definido como prioridade de interesse regional a construção de um determinado equipamento na ilha de São Miguel, mais concretamente na cidade de Ponta Delgada, e que agora, para a sobrevivência desse investimento, que foi feito à custa de dinheiros públicos, esteja a canalizar apoio público para o seu funcionamento.

E, portanto, isto é muito claro, Sr. Secretário. De facto, esta discussão que vai tender, aliás, já percebemos até pela intervenção do Deputado Nuno Melo Alves, para ser despida de qualquer ideologia, mas a verdade é que se trata aqui de uma questão...

Deputada Zuraida Soares (BE): Preconceito ideológico!

O Orador: ... de preconceito ideológico. Portanto, a questão é que esta discussão é, efetivamente, uma discussão ideológica.

O Sr. Secretário e o seu Governo ou estão de um lado, ou estão do outro. Inicialmente parecia que estavam de determinado lado. Estavam do lado até da legalidade, isto é, do lado da Lei de Bases do Sistema Educativo, que, sendo antiga, é aquela que está em vigor. Mas depois, Sr. Secretário, nada como...

Não foi ouvir, Sr. Secretário, não foi ouvir, foi ceder às pressões das instituições particulares, das instituições privadas, que fazem da sua atividade, que é a educação, um negócio. Que o façam. Não temos nada contra, mas, então, que atuem em função das leis do mercado, porque me parece...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Quando é do PCP, ouvimos, quando é dos outros, cedemos!

O Orador: E o Sr. Presidente quer dizer-me que isto não é uma cedência do Governo Regional?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Se quiser eu depois peço a palavra para explicar!

O Orador: Pronto! Então, o Sr. Presidente depois explique, porque certamente aquilo que sucedeu foi exatamente a cedência do Governo Regional às pressões feitas pelas instituições privadas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não cedeu às pressões?

O Orador: Não, nós não fazemos nenhuma pressão,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem que explicar, Sr. Deputado!

O Orador: ... nenhuma, nenhuma, nenhuma!

E a questão é esta e a discussão tem de centrar, embora as tentativas não vão ser essas, vão ser de despir esta discussão das questões ideológicas, mas elas são ideológicas, Sr. Secretário, e, Sr. Secretário, um Governo PS (eu não digo Governo do Partido Socialista, porque considero que estou a errar quando digo Partido Socialista, é PS, porque V. Excias. são sociais democratas) ...

Mas ainda assim, Sr. Secretário,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): O que vai nessa cabeça!

O Orador: ... ainda assim, Sr. Secretário, mesmo colocando-os como sociais-democratas, penso que deveriam ter em atenção isto.

A obrigação da região é o investimento na escola pública, não é canalizar dinheiro público para as instituições privadas quando na região existe uma rede pública que é suficiente para as nossas necessidades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (*PSD*): Obrigada, Sra. Presidente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Membros do Governo:

Na Constituição da República Portuguesa que **juramos** cumprir e fazer cumprir, a 5 de novembro de 2012, quando aqui tomamos posse,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Nem todos!

A Oradora: ... está determinado que a educação é tendencialmente gratuita e em igualdade de circunstâncias para todos, sem violação do princípio da igualdade consignado no artigo 13º do mesmo diploma.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Bem lembrado!

A Oradora: Os documentos agora em apreço, mais concretamente o ponto 2 do artigo 67º que regula o Financiamento, representa uma clara violação do

princípio da equidade e justiça social e põe em causa o funcionamento do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Todo o aluno tem um custo, quer frequente o ensino público quer o ensino privado, custo este que, e para que seja cumprido o princípio da equidade, deve ser financiado pelo Orçamento da Região. Cabendo aos pais decidir, livremente, qual dos ensinos os seus filhos deverão frequentar...

Deputada Zuraida Soares (BE): E os contribuintes que paguem!

A Oradora: ... e, caso optem pelo particular, pagar a propina correspondente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E eu sou obrigado a pagar isso, Sra. Deputada? Os meus vão para a escola pública!

A Oradora: É isso que defendemos, é isso o que tem sido prática na Região. Enquanto o Projeto do Bloco de Esquerda, que defende a alteração deste modo de financiamento, resulta de uma questão filosófica e de princípio, na qual não nos revemos, mas conseguimos compreender. A Proposta inicial do Governo Regional corresponde a profunda alteração de pensamento e de prática política,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há quem lhe chame isso! Há quem lhe chame cedência! Não é por acaso que a Sra. Deputada Judite Parreira o refere!

A Oradora: ... que rompia de forma radical com aquilo que até agora tinha sido a orientação do Governo e a posição política do PS.

Esta profunda e radical inflexão do pensamento político do PS e da prática do Governo chegou a esta Assembleia, depois de aprovada em Conselho de Governo.

Esta profunda e radical inflexão do pensamento político do PS e da prática do Governo foi, aliás, confirmada na reunião da Comissão dos Assuntos Sociais, realizada há dias, e na qual o Sr. Secretário Regional da Educação confirmou, de viva voz, a inflexão de orientação política, afirmando que os pais que

queriam ter os seus filhos no ensino particular, que pagassem, pois o Governo apenas iria apoiar os alunos das famílias carenciadas de acordo com os atuais escalões da Ação Social Escolar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pois é, Sr. Secretário! Que chatice!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem lembrado!

A Oradora: Portanto: até maio passado, o PS e o seu governo apoiavam o ensino particular e cooperativo; apoiavam os alunos lá matriculados, apoiavam e incentivavam os investimentos realizados classificando até alguns deles como Projetos de Interesse Regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: De maio passado até à passada 3^afeira, o PS e o seu governo já achavam que esses apoios teriam de terminar e que ao Estado não competia apoiar os alunos que estivessem no ensino particular, cooperativo e solidário.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas, repentinamente, este mesmo PS e este mesmo Governo, na passada 3^afeira, voltaram a pensar e a defender o que pensavam e defendiam antes de maio passado, e a dizer o contrário do que diziam há dias.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Não há memória de desorientação e de desnorte equiparados a estas duplas cambalhotas!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

A Oradora: Eu repito, não há memória de desorientação e desnorte equiparados a estas duplas cambalhotas! Não há memória de uma desorientação, de um desnorte e de um desgoverno como o deste governo,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): A senhora não tem televisão em casa?

A Oradora: ... que ora emite propostas “irrevogáveis”, ora as retira com a maior ligeireza; que ora defende uma coisa; ora defende o seu oposto;...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

A Oradora: ... para logo a seguir voltar a defender a inicial.

Há neste processo uma clara desautorização do secretário da Educação. O senhor foi claramente desautorizado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Demita-se, Sr. Secretário!

A Oradora: ... e isso em política tem consequências!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: O senhor foi atentamente ouvido em sede de comissão para depois o grupo parlamentar do PS lhe “puxar o tapete” e obrigar a vir aqui defender o oposto do que há dias defendia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Depois foi o frenesim com que tentaram remediar o mal-estar provocado por esta mal avaliada, inconveniente e despropositada proposta, que fez com que a Direção Regional da Educação andasse a enviar ofícios em branco às escolas, numa pressa de abafar o eco da opinião pública, numa ânsia de evitar movimentos anunciados de diretores de escolas, de pais e de encarregados de educação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois, pois!

A Oradora: Em suma, de evitar que, à escala, se criassem movimentos semelhantes aos que recentemente se criaram em relação ao documento da Saúde.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ora aí está!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Demita-se o Secretário!

A Oradora: Doeu, foi?

Senhor Presidente e senhor Secretário, creio que têm de tirar ilações de tudo isto que aconteceu.

Politicamente o que aconteceu tem de ter consequências: tanto parecer, tanta pressa, tanta reunião, tantas deslocações, tantos custos, para, afinal, serem os senhores a tomar a iniciativa de defender que tudo volta a ficar na mesma. Não sei se os açorianos vão compreender!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem razão. Está a falar do Governo da República?

A Oradora: Pela nossa parte, achamos que a manutenção do atual sistema de financiamento foi a melhor e a mais adequada solução para uma Proposta de DLR injusta...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Deputada!

A Oradora: ... e penalizadora para muitas famílias açorianas, e que não devia sequer ter sido apresentada.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso, permita-me senhor Vice-presidente que termine com...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Assim não pode ser!

A Oradora: ... uma expressão por si utilizada, no primeiro dia desta sessão legislativa: é que este também é um caso para dizer que, **a montanha não pariu um rato, a montanha não pariu coisa nenhuma!**

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, PPM e do PCP: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem! Agora em vez de 8% vai ter 7!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, peço desculpa.

A Sra. Deputada pediu a palavra para? Uma interpelação?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental.

Regressamos a um quarto para as cinco.

Eram 16 horas e 33 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 16 horas e 05 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Tem a palavra, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à Proposta de Decreto Legislativo Regional, aqui colocada à discussão nesta casa, e em relação à essência do próprio documento e do seu conteúdo, o Partido Socialista assume que são medidas que consideramos pertinentes e de colocação ao debate. Numa época de grande contenção das despesas públicas, o ensino público assume-se como um pilar de desenvolvimento, e onde o seu financiamento tem de continuar a ser uma prioridade, com padrões de qualidade e respostas educativas e sociais.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Concordo!

O Orador: Sendo que a proposta em causa, inclui o financiamento a instituições de ensino de cariz privado e particular que em bom rigor, no momento atual, já constituem uma oferta suplementar ao ensino público, também consideramos que o total desinvestimento nestas instituições seria, numa situação de dificuldade como a que nós vivemos atualmente, um eminente problema social...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tens de dizer isso ao Sr. Secretário!

O Orador: ... e contrário àquilo que o Partido Socialista Açores tem vindo a desenvolver recentemente face ao agravamento das condições sócio económicas que o país tem vivido, com um constante apoio às famílias e às empresas.

Nos tempos difíceis em que vivemos, é de extrema importância pensar na sociedade como um todo e em todo o trabalho desenvolvido pelo ensino particular, que, ao longo dos anos, proporcionou, e ainda propicia, condições de ensino às nossas crianças e jovens. E só por isso o Partido Socialista entendeu por bem manter o artigo 52º que diz respeito à redução das mensalidades a suportar pelas famílias, bem como o modelo de financiamento no artigo 67º. De

realçar o entendimento do Governo às propostas de alteração do Partido Socialista, às quais nos congratulamos.

Com esta postura mantêm-se postos de trabalho, e estamos mais uma vez ao lado das nossas famílias e das nossas crianças e jovens, mantendo a sua defesa e proteção às medidas de austeridade que vêm de outras paragens, cada vez mais desorientadas.

Gostava também de enaltecer a posição do Bloco de Esquerda, pela sua posição em sede de comissão de Assuntos Sociais, que numa lógica de estabilidade, aguardou a entrada do documento do Governo, para que se pudesse discutir em conjunto.

Importa ressaltar neste diploma as alterações que o PS propõe aos artigos 90º e 91º, onde é incluída a obrigatoriedade, nas escolas profissionais, a abertura de procedimento concursal para a contratação de pessoal docente, assim como, e desde que participadas pelo público em mais de 50 %, cumprir as regras relativas ao procedimento concursal para efeitos de recrutamento.

Este documento revê também a modalidade do ensino doméstico, previsto na Constituição e constituindo uma mais-valia no acesso à educação por todos e para todos, clarificando e regulando melhor as condições em que o mesmo pode ocorrer.

Diria que o Partido Socialista assume-se, mais uma vez, ao lado das famílias, dos jovens e das crianças dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: E faz-me alguma confusão, digamos, e considerando a intervenção da Sra. Deputada Judite Parreira, que, em bom rigor, me sensibilizou e me comoveu com a grande componente artística que implementou. Desde já, dou-lhe os parabéns! Mas gostava de lhe dizer que não é isso que os açorianos e açorianas esperam do maior partido da oposição.

Esperamos que façam parte das soluções e não que continuem a insistir em fazer parte dos problemas.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E digo isto por quê? Quando o Partido Socialista apresenta algo nesta Câmara há, da parte do Partido Social Democrata, uma clara demonstração de esquizofrenia política.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já não se usa esse termo!

O Orador: E digo-lhe por quê? Porque se fazemos, é porque fazemos; se não fazemos, é porque não fazemos; se apoiamos as famílias, é porque apoiamos as famílias; se não apoiamos, é porque não temos sensibilidade social!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tem que dizer isso ao Sr. Secretário!

O Orador: Sra. Deputada, está na altura de se associarem àquilo que nós defendemos para os Açores, que é um pacto de estabilidade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo Alves.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários:

Só aqui duas ou três observações em relação a algumas das intervenções que foram aqui proferidas.

Uma, para comentar também os números que o Sr. Secretário divulgou, nomeadamente de serem 3460 alunos abrangidos pelo privado. Isso é correto, só que nesta medida só estariam contemplados 1119, que são os tais do 1º, 2º, 3º ciclos e secundário, que seriam excluídos os da pré, que não estavam para ser excluídos, por não ser obrigatório, nas palavras do Sr. Secretário, na Comissão.

Segundo aspeto, para comentar outras intervenções que aqui foram feitas. Efetivamente também há aqui uma componente ideológica, porque se o PCP

considera que não deve haver desvio de dinheiros públicos para atividades privadas, é legítimo nós considerarmos que não deve haver desvio de atividades privadas para atividades públicas, ou seja, toda a lógica redistributiva, toda a lógica dos impostos seria posta em causa. No entanto, não é essa a nossa posição. Nós não somos dogmáticos com esta matéria. Nós entendemos por bem que coexistam modelos redistributivos, modelos de apoio aos carenciados e inclusive uma escola pública (inclusive uma escola pública!). O que nós não entendemos é que essa escola seja a única que é aceitável e seja a única que o Partido Comunista, neste caso, e o Bloco de Esquerda, também, aceitem financiar ou contemplar como fazendo parte de um sistema educativo.

Aliás, recorrendo à Lei de Bases do Sistema Educativo,...

Deputada Zuraida Soares (BE): O Sr. Deputado está vendo mal!

O Orador: ... a função de interesse público, podendo ser definida também para as escolas privadas particulares e cooperativas, ou cooperativas e solidárias, permite, ou prevê-se na Lei de Bases do Sistema Educativo, que essas instituições também possam ser financiadas desde que desempenhem uma função de interesse público e não sei qual é a função de maior interesse público (talvez só a da área da saúde) que a educação, porque isso, efetivamente, é um interesse público.

Nós não estamos apenas preocupados com o desinvestimento no ensino público, nós estamos preocupados quando há desinvestimento no ensino. Ponto parágrafo! Porque é isso que nos preocupa, é que o Estado deixe como legado aos seus cidadãos jovens uma base de formação, uma base de educação que têm que ter, uma ferramenta essencial para o resto da vida deles, e por isso é que também concordamos com a medida que foi tida na República do alargamento do ensino obrigatório para 12 anos da escolaridade obrigatória, porque isso permite alargar, de facto, essa base de preparação que todos os cidadãos devem ter. Se ela é ministrada exclusivamente pelo setor público, ou pelo setor

privado, ou um misto das duas, bom, aí é que existem as diferenças e a nossa resposta é que sim, que deve ser um sistema misto e que o misto é passível de ser contemplado. Aliás, nós não defendemos, por um lado, a gratuidade das propinas no ensino universitário, mas, por outro lado, que os privados, ou aqueles pais e encarregados de educação que queiram ter, por diversos motivos, os seus filhos em instituições de carácter solidário e cooperativo ou particular, que depois se desenrasquem em ensino obrigatório.

Nós distinguimos as situações e é por isso que entendemos por bem e positivas estas alterações que o Governo acabou por reconhecer também como sendo úteis, e o próprio Partido Socialista. E ficamos, obviamente, satisfeitos com esse reconhecimento e esse equilíbrio e essa não cedência a uma matriz dogmática que radicalize uma posição que, em nosso entender, não deve ser radicalizada. Acaba por beneficiar a proposta do próprio Governo Regional e, certamente, beneficiar o ensino nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A minha primeira palavra é dirigida ao Sr. Secretário Regional da Educação.

Não vou expressar, Sr. Secretário, solidariedade, porque acho que este tipo de atitude normalmente se faz entre a mesma ostentária e, quanto muito, dentro do mesmo campo ideológico, mas gostava de manifestar um apreço político. E a razão desse apreço político que lhe quero expressar é pela dificuldade que o trouxe aqui, a esta tribuna, para nos apresentar um diploma depois da humilhação a que foi sujeito pelos deputados do grupo parlamentar do partido que suporta o seu Governo.

Efetivamente o Sr. Secretário veio aqui na posição de apoio facial invertido, e aqui esteve, durante longo tempo, expondo o contrário daquilo que queria fazer,

o contrário daquilo que pensa. E, portanto, tenho que lhe reconhecer pelo menos alguma estoicidade para aguentar tanto tempo e aparentando convicção para nos dizer aquilo que aqui disse.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E desta vez o Ventura ainda não falou!

O Orador: Se não, vejamos.

No dia 27 de junho, o Sr. Secretário apresentou à Comissão de Assuntos Sociais aquilo que era a linha de orientação do Governo relativamente ao ensino particular, cooperativo e solidário, e essa linha de orientação podíamos assim resumi-la: era matar o ensino particular, cooperativo e solidário da região. Matar pela razão de que retirando esse financiamento era absolutamente impossível essas instituições sobreviverem.

No dia 5 de julho, depois do grupo parlamentar do seu partido lhe ter permitido essa apresentação, lhe ter permitido expressar nesses termos aquilo que era a linha política do Governo para o ensino particular, cooperativo e solidário, mesmo assim, ainda no dia 5 de julho, aquele grupo parlamentar fez-lhe mais uma partida, Sr. Secretário. Fez-lhe mais uma partida aprovando um relatório onde manda em tudo exatamente como estava e nos termos em que o senhor nos apresentou em sede de Comissão dos Assuntos Sociais.

Passado um fim de semana, passados dois dias, o que é que aquele grupo parlamentar lhe fez, Sr. Secretário? Obrigou-o a aceitar uma política...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Está a fazer um *fait divers*!

O Orador: ... que não são alterações, não se trata de uma alteração, trata-se de uma inversão da política educativa do Governo Regional em matéria de ensino particular, solidário e cooperativo. Não é uma alteração, é uma inversão, porque vai exatamente no sentido inverso. Obrigou-o a aceitar a proposta.

Mais! Provavelmente até obrigou a secretaria de V. Excia. a enviar aos estabelecimentos de ensino um ofício circular que, supostamente, levava em anexo um ofício a dizer o que é que se ia passar, sendo que o anexo nunca

chegou – pelo menos nesse dia não chegou! E talvez tenha obrigado o Gabinete de Apoio à Comunicação Social também a difundir mais uma nota de imprensa a favor e em benefício de interesses partidários a dizer que o Governo Regional, no contexto da discussão das propostas de alteração do Estatuto do Ensino Particular, que estão em debate esta semana, na Assembleia Legislativa, decidiu aceitar a proposta de alteração do PS.

Ora, foi exatamente a única auscultação que o senhor fez sobre esta matéria: foi ao Grupo Parlamentar do PS. Foi ao Grupo Parlamentar do PS!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Isso é o que o senhor pensa!

O Orador: Porque, como sabemos, esta proposta foi para as instituições no dia 25 de junho, com uma celeridade enorme para que os pareceres fossem entregues até dia 2 de julho. E o que o PS verificou depois de inclusivamente ter aprovado o relatório onde nada diz, há apenas uma intervenção no relatório de um deputado do Partido Socialista... Uma! E não contesta nada das linhas de orientação que o senhor nos apresentou.

E, portanto, estamos aqui em presença de uma pirueta absoluta.

Mas o senhor, hoje, tem que explicar aqui em que termos é que agora defende esta proposta.

(Apartes inaudíveis e risos de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Claro!

Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*): Nós é que fizemos a proposta?

O Orador: E eu vou explicar, vou dizer por quê. Porque o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues utilizou aqui um epíteto que é o da esquizofrenia política.

Oh, Sr. Deputado, parece-me que esquizofrenia são aqueles casos em que a pessoa perde a noção da realidade e que,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Faça um diagnóstico!

O Orador: ... portanto, perdendo a noção da realidade, é capaz de dizer uma coisa e o seu contrário sem qualquer problema.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sem pestanejar!

O Orador: Ora, o Sr. Secretário, das duas, uma, ou relativamente...

Deputada Zuraida Soares (BE): Tipo Paulo Portas!

O Orador: ... a esta matéria nós vamos ter um Secretário da Educação,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está a falar de Paulo Portas?

O Orador: ... tal como em relação à universidade, que pensa uma coisa e, como secretário, faz outra, mas no caso da universidade, que já aqui discutimos, uma vez em que o senhor se defendeu que como cidadão podia ter uma opinião, o problema agora é diferente, porque agora o senhor tem duas opiniões como secretário e eu quero saber qual é que prevalece: se é a que hoje, aqui, nos diz, de que afinal está tudo bem e que aceita a proposta do PS; ou se é aquela que o senhor nos apresentou na Comissão, que dizia que retirando esse financiamento ao ensino particular, solidário e cooperativo, fazia a reposição da justiça social. Portanto, o senhor é a favor da justiça social que era, no seu entender, retirar o financiamento a essas instituições, ou é pela injustiça social daquilo que agora diz aceitar do Partido Socialista?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas há mais.

O senhor também dizia que o apoio substancial só deve ocorrer em situações em que o sistema público não seja capaz de responder às necessidades da população, o que não se verifica na região. Acabou de nos dizer que afinal há situações na região onde a rede pública já não satisfaz. Em que é que ficamos?

Eu fico pelo Secretário Fagundes Duarte do dia 27 de junho da Comissão ou pelo que diz hoje, aqui, o Secretário Fagundes Duarte?

Há aqui uma dupla personalidade e eu tenho que saber em qual delas tenho que acreditar.

Mas há mais.

E há mais para o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

O senhor enche o peito, vem-nos dizer que afinal,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sou da nataçãõ, é normal que enche o peito!

(Risos da Deputada Catarina Moniz Furtado)

O Orador: Eu também sou capaz de encher o peito, mas é para outras coisas!

... vem-nos dizer que então o Governo Regional vai manter o financiamento do ensino privado! Oh, Sr. Deputado, mas quem é que quis acabar com o financiamento? Foi algum partido...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Foi, foi!

O Orador: ... deste lado da oposição? Foi o PSD que quis acabar?

Foi o Governo do seu partido, foram os senhores deputados que, em sede de Comissão, concordaram com isto (concordaram com isto!).

Deputado Berto Messias (PS): E como é que o PSD vai votar relativamente a esta proposta?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai dizer já a seguir! Queres passar já à votação!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Queres passar para a votação?

O Orador: Diz que vai manter os apoios. Mas o senhor é que quis acabar com os apoios! O senhor é que, na Comissão, esteve mudo e calado, esteve mudo...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quanto concordamos é porque concordamos, quando não concordamos é porque não concordamos! Lindo!

O Orador: ... quando o Secretário da Educação fez uma proposta de sentido inverso (de sentido inverso!). Vem agora dizer, atirar os foguetes de que o Governo Regional vai manter o financiamento ao privado! Mas os senhores é que quiseram acabar.

Vou terminar.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que interessa é ser sempre contra!

O Orador: E vou terminar até aceitando o desafio do Sr. Deputado Berto Messias sobre o sentido de voto do PSD.

O PSD vai votar contra a proposta do Governo Regional e a favor da proposta do PS.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Depois desse filme todo, vai votar a favor!

Os senhores não defendem o ensino, querem é fazer mossa ao Governo do PS!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: ... e Srs. Membros do Governo:...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

A Oradora: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Eu ia começar por dizer que este Plenário, desde terça-feira, tem sido fértil em situações em que, deliberadamente, ou não, isso fica por provar, mas deliberadamente, ou não, se têm treslido diplomas, têm-se treslido pareceres e têm-se dado, a quem nos acompanha, inclusive aos deputados e às deputadas que não terão lido de uma forma completa nem os diplomas, nem os pareceres, uma ideia errada daquilo que está em causa e por acaso o debate treslido, Sr. Presidente (eu vou explicar o que é que entendo por...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Eu já percebi!

A Oradora: Ah, pronto!

Tresler é ler o que não está lá ou então exatamente o contrário, não ler o que lá está. É tresler. E é isso que tem acontecido e mais uma vez está a acontecer aqui e agora com este projeto de decreto legislativo regional do Bloco de Esquerda.

Toda a gente tem estado interessada, fundamentalmente o PSD, e já lá irei (também percebo bem porquê), em discutir a proposta do Governo, as propostas de alteração do Partido Socialista, ignorando que, por acaso, há uma outra proposta que entrou nesta casa em fevereiro e que também está em discussão.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): É verdade!

A Oradora: E o único deputado que se referiu a ela de uma forma crítica, mas completa, foi o Deputado Nuno Melo, mas enganou-se naquilo que disse. É por isso que eu faço questão de o ajudar a não tresler, porque, Sr. Deputado, o nosso projeto, naquilo que lá diz, nós não estamos a excluir a possibilidade de financiamento a empresas com atividades na área da educação. Não estamos, não, senhor. O que nós estamos é a limitar esse financiamento a situações muito concretas.

E quais são essas situações muito concretas?

Nós não excluimos a possibilidade de se financiar o ensino privado lucrativo. Lucrativo, que é uma palavrinha que também tem faltado neste debate. É o

ensino cooperativo, particular, privado, mas toda a gente tem feito questão de não referir que há o lucrativo e há o não lucrativo.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): É porque não há lucros!

A Oradora: Lucrativo é importante neste debate, Sras. e Srs. Deputados. Não é para branquear esta palavra. E, portanto, volto a repetir. A nossa proposta não exclui a possibilidade de se financiar o ensino privado lucrativo, com algumas condições.

Quais são essas condições?

Logo que não constitua - o ensino privado lucrativo - uma duplicação de esforços relativamente ao esforço que está a ser feito na escola pública para as mesmas valências, para as mesmas áreas, para os mesmos níveis de ensino, e desde que esse investimento no ensino privado lucrativo não ultrapasse o custo que ele próprio teria no ensino público.

Sras. e Srs. Deputados, a mim parece-me absolutamente razoável e muito pouco radical e muito pouco preconceituosa esta posição do Bloco de Esquerda. E vou dizer também por quê.

A visão dogmática é uma coisa, é o que é, mas há outra coisa que se lhe opõe: chama-se escassez de recursos. Escassez de recursos é aquilo que nós, dia após dia, nesta região e, infelizmente, no país inteiro, dizemos que não temos. Nós não temos recursos, falta dinheiro, falta capacidade de investimento. Não podemos garantir aquilo que as pessoas precisariam e têm direito, por quê? Porque não há dinheiro.

Então, Sras. e Srs. Deputados, neste sentido, o Bloco de Esquerda não tem a mínima dúvida: a prioridade máxima é a escola pública, porque a escola pública é que garante a igualdade de oportunidades e a não segregação social. E, portanto, toda a prioridade, porque, como dizia ontem o Sr. Vice-presidente, isto de governar uma região é um bocadinho parecido com governar uma casa, quando não há dinheiro para luxo, tem que haver dinheiro para o essencial, e o

essencial numa democracia é a escola pública. E, portanto, a prioridade deve ir para a escola pública. E, depois, se houver possibilidade, pois, com certeza, investir, ajudar, apoiar, dissemo-lo na minha primeira declaração, o ensino privado, o ensino cooperativo, o ensino solidário e mesmo o privado lucrativo. Mas é se houver e se sobrar. E, Sras. e Srs. Deputados, enquanto não houver dinheiro nesta região para garantir pequenos-almoços a todos os estudantes, a todas as crianças, a todos os jovens durante o tempo letivo ou durante as férias, não há dinheiro para o ensino privado lucrativo. Esta é a posição do Bloco de Esquerda.

E, já agora, deixem-me dizer-vos também uma outra coisa relativamente a dois argumentos.

Eu fico sempre muito espantada quando de repente, quando se fala em lucro, em empresas que visam o lucro, com toda a legitimidade (têm um negócio, montar um negócio), as palavras “empreendedor” e “empreendedorismo”, que abafam os discursos de todos os partidos e do Governo Regional também, desaparecem. Então, já não há empreendedores? Onde é que estão os empreendedores, aqueles que arriscam, aqueles que conseguem farejar a oportunidade de negócio, aqueles que vão à luta, aqueles que fazem levantamentos de mercado? Não há empreendedores?

Agora só pode haver rendas? Não há dinheiro para a escola pública, mas há dinheiro para garantir rendas?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Rendas a quem?

A Oradora: Para garantir propinas em colégios privados?

Mas como é, Sras. e Srs. Deputados?

E, depois, um argumento absolutamente surreal.

Se nós já financiamos determinado tipo de instituições há uns anos largos, no passado, temos que continuar a fazê-lo.

Eu temo que o Governo Regional um dia destes seja contactado por uma instituição do século XVIII ou XIX, que eventualmente foi, com certeza, apoiada e vai dizer: “Oh, faz favor. Está na altura de nos apoiar, porque no século XIX já nos apoiaram”. Portanto, este argumento é surreal e...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É mesmo! Esse é mesmo surreal!

A Oradora: ... não é possível compreendê-lo.

Finalmente, o PSD.

Nós ontem falámos aqui, durante horas, de coerência, de rigor, de isenção, de transparência e, por acaso, nesse momento, estávamos, e estava o Bloco de Esquerda virado para o Partido Socialista. Permitam-me, Srs. e Srs. Deputados, que me vire agora para o PSD, porque é tão engraçado.

Os senhores estão a fazer uma blague, uma guerrilha, um momento hilariante relativamente ao Secretário Regional da Ciência, Educação e Cultura, mas não é por causa do Secretário. Os senhores vão aprovar a proposta que queriam. Os senhores salivavam pelas propostas de alteração do Partido Socialista! O que os senhores não queriam era a proposta do Secretário Regional;...

Deputado Joaquim Machado (PSD): É evidente! Mas tem dúvidas sobre isso?

A Oradora: ... o que os senhores não queriam era a proposta do Governo. E, portanto, agora atiram-se ao Secretário para esconder...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: Não, eu vou dar a novidade, Sr. Deputado, dou-lhe a novidade.

Apenas por uma razão: é para esconder que quando se trata de defender os interesses instalados, o PSD esquece a coerência,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não!

Deputado Luís Garcia (PSD): Estamos a ser coerentes!

A Oradora: ... o rigor, a transparência, e isenção e dá o braço ao Partido Socialista,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não!

A Oradora: ... e dá o braço ao CDS. E lá se vai a coerência, Sras. e Srs. Deputados.

Não adianta estarem a fazer picadinho do Secretário – não adianta –, porque o Secretário fez-vos o maior favor que existe na vida: pôs o Partido Socialista a fazer uma proposta de alteração que defende os mesmos interesses que os senhores defendem, que ataca a escola pública,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, senhora!

Deputado Luís Garcia (PSD): Ataca a escola pública?

A Oradora: ... que não defende a escola pública, mas que defende os interesses instalados lucrativos, nesta região.

PS, PSD e CDS no seu melhor!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Coerência!

A Oradora: Não seja o governo de salvação nacional, mas que é uma coligação curiosa, é.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria começar por cumprimentar a Deputada Judite Parreira pela intervenção que fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Foi, de facto, uma excelente intervenção, apenas teve um senão, que foi a interpretação que fez relativamente ao princípio constitucional que referiu no início da sua intervenção. Todo o resto, de facto, subscrevo, embora

depois “não bata a bota com a perdigota”, porque depois do seu discurso, do discurso do Deputado Joaquim Machado, ficaríamos com a ideia de que não estaríamos satisfeitos com aquilo que se vai passar daqui a pouco, porque afinal de contas, como a Deputada Zuraída acabou de dizer, V. Excias. salivavam...

Deputado Berto Messias (PS): É próprio do PSD. Diz uma coisa e faz outra!

O Orador: ... por esta, enfim, por este recuo do Partido Socialista.

Depois, queria também tecer aqui algumas considerações sobre aquilo que disse o Deputado Nuno Melo Alves.

Oh, Sr. Deputado, nós não temos nenhum dogma relativamente...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não têm?!

O Orador: ... à iniciativa privada.

Nós aquilo que propomos é uma economia mista, com um setor público, com um setor privado, um setor cooperativo. Portanto, sobre isso não há nenhum dogma. Agora, há uma questão que nos diferencia, de facto. Desde logo, e antes que me esqueça, a questão dos impostos.

Como V. Excia. muito bem sabe, quando nós olhamos para as receitas e para a cobrança de impostos percebemos perfeitamente quem é que contribui mais, se é o trabalho, se é o capital, e no caso da Região Autónoma dos Açores o trabalho – o trabalho! – contribui com cinco vezes mais...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Uma questão financeira!

O Orador: ... para a receita pública do que...

Exatamente! Eu agradeço! E sabe que eu sou um bom aluno. Eu sou um bom aluno!

O trabalho contribui com cinco vezes mais do que o capital para a receita pública da região.

O problema depois tem a ver com a aplicação que se faz daquilo que é a receita pública. E, portanto, V. Excia. sabe que relativamente à questão das opções que

são feitas depois na distribuição, as coisas não são bem assim. O capital normalmente beneficia e beneficia com o dinheiro do trabalho.

Relativamente à questão do ensino, e V. Excia. referiu a Lei de Bases do Sistema Educativo, é verdade. Prevê-se o apoio ao ensino privado. Certamente, quando ele é supletivo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos em 2013, não estamos em 1991!

O Orador: ... quando não há rede pública e quando o ensino privado substitui o ensino público.

Agora, não é menos verdade uma outra coisa: que o CDS-PP, há muito tempo, há muitos anos, e o PSD também, querem, e tentaram, e fizeram, e foi aprovado, uma revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, no tempo de um governo de Durão Barroso. Foi aprovado na Assembleia da República, mas depois foi vetado pelo Presidente da República, que, na altura, se não me falha a memória, era o Dr. Jorge Sampaio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso rever essa peça!

O Orador: E nessa revisão que V. Excias. fizeram, de facto, consagraram lá o que efetivamente querem, que é a paridade entre o ensino público e o ensino privado, coisa que não é aceitável. E não é aceitável por quê? Porque sendo, de facto, a educação e o ensino um bem público, a verdade é que a iniciativa privada não o faz *pro bono*. A iniciativa privada faz da educação um negócio! Faz da educação um negócio, e como qualquer negócio deve submeter-se às leis do mercado, que V. Excias., grandes defensores dessa teologia do mercado livre, enfim, apregoam aos quatro cantos do mundo. Apregoam isso, mas depois estão sempre de mão estendida à espera do dinheiro, do trabalho, do dinheiro dos contribuintes. Para quê? Para garantirem a renda, para garantirem o negócio!

Pois, é contra isso, Sr. Deputado, que nós estamos.

Mas há aqui uma outra questão, para que fique claro (para que fique claro!).

A proposta original, quer do Governo, quer a proposta do Bloco de Esquerda, não acabava com o apoio ao ensino privado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acaba, acaba!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não acaba!

O Orador: Não, não acaba com o apoio...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acaba, acaba!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não acaba!

O Orador: ... ao ensino privado, apenas introduz algumas alterações, quer a proposta do Bloco de Esquerda, quer a proposta inicial do Governo Regional. Não acaba!

Já se falou aqui em várias figuras da ginástica artística, com as piruetas, com os mortais, com os *flic flac* à retaguarda, enfim, com aquilo que V. Excias. quiserem, mas, de facto, aquilo que o PSD (o PPM, penso que ainda não opinou ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já estou inscrito!

O Orador: ... sobre esta questão, portanto não sei o que é que vai dizer, o PPM), mas o PSD e o CDS, aquilo que têm tentado fazer passar é que a proposta do Bloco e a proposta original do Governo acabavam com os apoios ao ensino privado.

Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP): Acabavam, acabavam!

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Acaba, acaba!

O Orador: Olhe, Sr. Deputado, deixe-se de tretas! Não sei qual é a figura, se isto se enquadra em alguma figura, mas deixe-se de tretas e, sobretudo, Sr. Deputado, Srs. Deputados, não enganem as açorianas e os açorianos, porque aquilo que se pretendia era apenas disciplinar esses apoios, coisa que o Partido Socialista não conseguiu segurar. Infelizmente, não conseguiu segurar e porque

esta discussão é, de facto, uma discussão entre a esquerda e a direita, o Partido Socialista não ficou do lado esquerdo, passou-se para o lado direito.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, que aqui já não há mais lugar para ninguém!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Pedi a palavra para transmitir à Câmara, e nomeadamente...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que vão tirar aquela propositazinha!

O Orador: ... ao Sr. Deputado Joaquim Machado, e dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista congratula-se e saúda...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Congratula-se! Pensei que ia retirar a proposta!

O Orador: ... a abertura que o Governo tem ao diálogo, a abertura que o Governo tem ao debate e a isto chama-se, Sr. Deputado (penso que o senhor não conhece esse conceito, mas vai ficar a conhecê-lo, com certeza, ao longo desta legislatura), democracia.

Em relação ao relatório da Comissão, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer que o que se passa na Comissão é aquilo que fica no relatório.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fez foi aquilo que os senhores não fizeram nem em sede de Comissão, nem aqui, que foi propostas de alteração ao meu documento.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Vice-presidente do Governo (Sérgio Ávila): Isso é uma vergonha!

O Orador: E gostava de lhe dizer também, gostava de dizer aqui, nesta casa, que a escola pública...

Deputado José Ávila (PS): Dá trabalho!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É só blá-blá-blá-! Falam, falam!

O Orador: ... não está em risco e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista,...

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: ... o Partido Socialista orgulha-se do trabalho que tem sido feito na educação, ao longo dos últimos anos, pelos governos do Partido Socialista.

E gostava de lhe dizer, Sr. Deputado Joaquim Machado, que o que o senhor devia fazer aí era elogiar o Sr. Secretário Regional da Educação...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Pela cambalhota que ele deu!

O Orador: ... por ele ter abertura ao diálogo, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por dar cobertura ao capital!

O Orador: Eu hoje já ouvi aqui dentro algumas alusões ao desporto, com *flic flacs* à retaguarda, com natação, e eu gostava de lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado. Sabe por que é que eu encho o peito de ar?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para respirar!

O Orador: Eu encho o peito de ar por duas razões, por duas razões!

A primeira, porque sou profissional na área da natação e a maior parte das minhas aulas são dadas com os meus alunos e atletas com a cabeça debaixo de água, logo tenho que falar mais alto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas põe o ar para fora?

O Orador: Mas também encho o peito de ar, e em nome deste grupo parlamentar, para lhe dizer o seguinte: nós acreditamos, ao contrário dos senhores que não acreditam em nada do seu Governo da República, do CDS-PP/PSD – não acreditam! –, nós acreditamos aqui, nos Açores, no nosso Governo, no Governo do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E acreditamos que o Governo está ao lado das nossas crianças e jovens desta região.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Finalmente o PPM vem a debate!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não me diga que o Sr. Deputado vai para a natação?!

O Orador: Eu devo dizer que em relação às questões,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor diga! Não se acanhe!

O Orador: ... no âmbito da educação, com o Partido Socialista, tenho uma grande dificuldade, porque tenho sempre a sensação, meus senhores, que quando discuto com o Partido Socialista estou a discutir com Fernando Pessoa e os seus heterónimos,...

(Risos das bancadas)

... porque os senhores têm aqui diferentes personalidades e diferentes projetos. Eu diria que o Sr. Secretário da Educação é o Ricardo Reis (é o Ricardo Reis!).

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Eu fui editor dele!

O Orador: Eu espero que este não seja o ano da morte de Ricardo Reis,...

(*Risos das bancadas*)

... porque, Sr. Secretário, se o Sr. Secretário deixar de o ser, eu temo que vamos ter a Sra. Diretora Regional da Educação a subir, finalmente, à hierarquia que pretende há muito tempo e deixando dois cadáveres políticos no caminho.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Oh, Paulo, respeitinho!

O Orador: Mas devo dizer-lhe o seguinte.

Eu vi, eu assisti, na Comissão Parlamentar, o Sr. Secretário a apresentar as suas ideias e o projeto do Governo Regional que tinha aprovado na minha ilha, na ilha do Corvo. Entusiasmadíssimo! De tal forma, que o Sr. Deputado Aníbal Pires dizia, “Viva, viva! Assim é que é!”. Todo entusiasmado! E, de facto, houve um determinado momento em que eu até lhe disse, na reunião: “Oh, Sr. Deputado, passe já então o cartão de filiação,...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): E a Deputada Zuraida, não estava lá?

O Orador: ... passe já a folha de filiação!”. O Sr. Deputado apresentou-se com um corpo ideológico absolutamente em convivência total...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Caiu completamente!

O Orador: ... com o PCP.

E, de facto, as críticas que agora lhe fazem, quando o Sr. Secretário cede em todas as matérias e faz exatamente o contrário daquilo que tinha dito, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues diz que o senhor mostra uma grande aceitação em relação às propostas. Isto não é uma negociação, Sr. Secretário, isto é uma rendição.

O senhor foi derrotado do ponto de vista ideológico, o Sr. Secretário foi derrotado do ponto de vista político...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é o que senhor diz!

O Orador: ... e o senhor não aceitou, o Sr. Secretário não aceitou nem negociou nada, o Sr. Secretário assinou um armistício, o Sr. Secretário assinou um ato de rendição total e absoluto. A sua derrota política, nesta matéria, é total, porque as suas palavras estão gravadas na Comissão.

Nós temos aqui o relatório. Aquilo que disse não corresponde em nada com o recuo absoluto que o Sr. Secretário está a ter nesta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi completamente desautorizado! Demita-se, Sr. Secretário!

O Orador: Mas eu devo-lhe dizer que, em relação às alterações que foram propostas, eu estou de acordo e vou votar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh!

O Orador: ... a favor, ao lado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ao lado do PS!

O Orador: ... de uma forma camarada,...

Deputado Miguel Costa (PS): Camarada não!

O Orador: ... do Partido Socialista. Vou votar ao lado do Partido Socialista nesta matéria. Vou, vou! E vou votar contra a proposta do Governo Regional, porque a proposta do Governo Regional não é só a derrota do Sr. Secretário Regional da Educação,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque eu presumo, aliás, tenho a certeza que nesse Conselho do Governo o Sr. Presidente do Governo também estava a presidir,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ora aí está!

O Orador: ... também estava, entusiasticamente, a presidir àquele projeto marxista.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Leninista!

O Orador: E o que é que acontece?

Àquele projeto marxista!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Leninista!

O Orador: E o Sr. Presidente do Governo Regional também é um dos grandes derrotados pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Daí a maioria!

Deputado Berto Messias (*PS*): Extraordinário!

O Orador: O senhor sai daqui completamente desautorizado do ponto de vista político. Afinal quem manda no PS, afinal quem manda no Partido Socialista, Sr. Presidente do Governo? Quem manda no Partido Socialista?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Os socialistas!

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Carlos César!

O Orador: E por isso...

Olhe, eu não tenho muitas dúvidas de quem é, mas devo-lhe dizer que há, em relação a esta questão, uma coisa que me preocupa e que é preciso assegurar.

Se olharmos, e termino já, Sra. Presidente, para o ranking das provas finais de português do 4º ano, nós verificamos que os primeiros resultados (o primeiro, que é a Cooperativa de Ensino da Colmeia, o segundo, o Colégio Gente de Palmo e Meio, o terceiro, que é o Colégio de Santo António, e assim sucessivamente) são colégios particulares.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Ensino privado!

O Orador: E a mim preocupa-me esta questão, porque eu quero que fique absolutamente assegurado que os apoios públicos são dados a estas instituições e que a entrada dos alunos, dos filhos dos açorianos nestas instituições não é barrada por motivos económicos e sociais ou políticos; eu quero ter a certeza absoluta...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ficaram do lado errado! Que vergonha!

O Orador: ... que não existe uma seleção daqueles que são mais favorecidos do ponto de vista social e económico ou que, e essa situação também pode ocorrer, têm as melhores notas. Porque, depois, se selecionam só os melhores, é evidente que depois sobem também no ranking.

E eu estou preocupado com essa questão. Eu considero que os apoios sim, mas nós temos que ter a garantia que estas instituições não colocam cláusulas barreira que tenham a ver com o aproveitamento escolar anterior dos alunos, que tenham a ver com a sua situação social, que tenham a ver com a sua capacidade económica. Esta questão, para mim, é absolutamente crucial. Esta é que é a questão ideológica, Sr. Deputado Aníbal Pires. Esta questão é uma questão de igualdade de oportunidades e esta questão, para mim, ainda não está clara.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor sabe lá o que são igualdades de oportunidades!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção neste debate, a minha palavra vai para o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Fica bem a solidariedade!

A Oradora: ... que, de facto, teve a grande nobreza...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nobreza a um republicano?! É uma ofensa!

A Oradora: ... de dialogar e trabalhar com o Grupo Parlamentar do PS no sentido de acatar e de concertar...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Acatar! Muito bem!

A Oradora: ... posições daquilo que internamente os socialistas que mandam no PS, como disse, e bem, o Sr. Presidente do Governo, acharam por bem, na altura económica que nós atravessamos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se estávamos desconfiados, agora confirmámos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Oradora: Porque a verdade é que aqui já se falou muito, mas descentrou-se muito o debate do essencial.

Saiu-se do diploma, saiu-se de tudo o resto para aquilo de particular que interessava.

Importa aqui, e o Deputado Lúcio já tinha feito este apelo, perceber os *timings* de todo esse processo.

A Sra. Deputada Zuraida Soares e a sua Representação Parlamentar tinham dado entrada de um projeto de diploma, do mesmo teor, há bastante tempo, deste e de outros que ainda serão analisados durante este período de plenário e ainda outros que, com todo o respeito,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Em política quem justifica já está a perder!

A Oradora: ... e pacientemente, a Sra. Deputada aguarda que sejam abordados. Isto foi uma abordagem feita dessa forma, um entendimento tido em Comissão, uma vez que havia o compromisso, que vem desde a campanha eleitoral (às vezes é preciso lembrar estas coisas), de haver um pacto de estabilidade para a educação durante esta legislatura. E é um bocado nesta fase, e com base nisso, que estamos aqui, hoje, a discutir, em dois pontos da nossa agenda, projetos do mesmo âmbito, no caso, do Governo e de partidos aqui desta Câmara.

Portanto, é preciso enquadrar tudo isso.

E é com base nisso que, de facto, entrou uma proposta do Governo Regional para o ensino particular, cooperativo e solidário, que não se resumia a alterar os critérios (e nisso o Sr. Deputado Aníbal Pires tem razão). Para já, não acabava, mas não se resumia a alterar os critérios de financiamento, ia mais além e punha outras regras e possibilitava também o ensino doméstico a outros níveis, que, até agora, não eram possíveis na nossa região. Mas ninguém se quer lembrar disso, porque, para o que interessa aqui, nas oposições, não vale a pena recordar.

Como se pretende um pacto de estabilidade, e sabemos que estamos numa fase de contração económica e de grande instabilidade, não sei se alguém deu conta,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Até ao dia 5 de julho não estávamos!

A Oradora: ... mas a 2000 km daqui nada é verdade! Ontem até me ri, porque os comentadores diziam, “Bem, estamos a dizer isso aqui, hoje, mas amanhã, se calhar, não é verdade o que estamos a dizer”. Mas isto não tem nada a ver com ninguém daqui de dentro,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Tal e qual ao Secretário Regional!

A Oradora: ... nem com nenhum partido que aqui esteja representado, que tenha indiciado estas conversas.

E é nesta premissa que o Grupo Parlamentar, em conversação, estreito diálogo, permanente, em equipa com o Sr. Secretário, e daí o meu louvor à capacidade de diálogo, sem prepotência nenhuma e sem finca pés, mas com humildade e nobreza,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nobreza novamente?!

A Oradora: ... entra em acordo de que de momento estes critérios não seriam oportunos para...

Deputado Jorge Macedo (PSD): De momento! Até às eleições!

Deputados Luís Garcia e Jorge Macedo (PSD): De momento!

A Oradora: ... as questões...

Sim, um momento que é uma legislatura. Pronto! Qual é o problema?

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

A Oradora: Ah!

Eu falava do pacto de estabilidade, Sr. Deputado Joaquim Machado. Se o senhor não ouviu, eu não falo para *sound bite*. O senhor estava a apanhar o *sound bite*, eu não falo para *sound bite*!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda vai para santa!

A Oradora: Daí que aqui não há recuos de parte nenhuma. Não há recuos do Sr. Secretário, não há recuos do PS. O que há é um entendimento, porque semelhante a este diploma, com as propostas que temos (o PS apresentou propostas de alteração para esse diploma, o PS já deu entrada na Mesa a propostas de alteração do diploma que vamos discutir a seguir e o PS já deu entrada a propostas de alteração para o diploma de Autonomia e Gestão das Escolas)... Portanto, não é novidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, de uma forma normal e reiterada, alterações às propostas que nos chegam do Governo. É uma prática desta casa,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Oh, Lúcio, é que a ensinaste a dar a cambalhota para trás?

A Oradora: ... é uma prática desta e de outras legislaturas nós apresentarmos o nosso contributo, que o Governo acolhe, que o Governo trabalha connosco para bem dos açorianos, das açorianas e, neste caso, os açorianos e açorianas especiais, que são os jovens, as crianças, os homens, os açorianos que farão dessa região o futuro.

Não posso deixar de dizer,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que é sorte é que têm aí um professor de ginástica! Ginástica no bom sentido!

A Oradora: ... não posso deixar de me referir (é pena que não esteja na sala) ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão, talvez por uma questão da sua formação na área da história, tem a prática e a facilidade de fazer umas rábulas de vários números à maneira que lhe convém. A mim, que sou de biologia, faz-me lembrar algo relacionado com a minha área,...

Deputado Costa Pereira (PSD): A história dá para isso!

A Oradora: ... que eu me vou conter e não verbalizar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não diga!

A Oradora: De qualquer maneira, o nível do Sr. Deputado, o nível das intervenções do Sr. Deputado Paulo Estêvão é, apenas, de lamentar.

Deputado Berto Messias (PS): Ele não está na sala.

A Oradora: Lamentar, porque a postura que ele tem tido...

Deputado Berto Messias (PS): Atenção que ele não está na sala.

A Oradora: Eu já disse que ele não está na sala, mas eu não posso deixar de me referir ao que ele disse quando esteve.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

A Oradora: Mas eu vou limitar-me a isso. Mas é pena, porque os rankings que eu gostaria de falar, que também foram cá trazidos por ele e que são caros a muitos deputados desta casa, é pena que o Sr. Deputado Paulo Estêvão não tenha tido em conta as realidades e não tenha visto os rankings das escolas públicas e privadas dos exames nacionais do 11º ano que saíram ontem e veria que as escolas públicas estão muito mais bem classificadas do que as privadas, na nossa região.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso é conforme os exames!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me diga que vai demitir aqui publicamente o Sr. Secretário?!

O Orador: Para intervir e participar neste debate, que tem sido, na minha modesta opinião, particularmente rico nas leituras daquele que é o posicionamento do Partido Socialista, do Governo e de cada um dos partidos da oposição.

Em primeiro lugar, permitam-me que vos diga o seguinte.

Reconheço às Representações Parlamentares do PCP e do Bloco de Esquerda uma divergência de fundo substantiva em relação à proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e à recetividade que o Governo demonstrou em relação a essa proposta.

Podemos concordar, podemos não concordar, mas é algo que do ponto vista substantivo se percebe que há essa divergência.

Em relação ao Grupo Parlamentar do CDS-PP, justiça seja feita, que se prende em relação àquilo que é, do ponto de vista substantivo, a sua concordância com esta solução.

Mas no que diz respeito ao Grupo Parlamentar do PSD, já não é assim. Não se percebe, porque afinal concordam, mas criticam o Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas afinal concordam e criticam o Governo?!

Bom, aqui chegados, há três certezas que me parece resultarem deste debate.

A primeira delas é: este Governo está aqui para ouvir, para dialogar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sempre!

O Orador: ... para acolher, para refletir as propostas que no seu entender são propostas meritórias e em benefício das açorianas e dos açorianos.

Deputado Ricardo Cabral (PS) e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É assim na educação, é assim na saúde, é assim no orçamento regional, é assim, aliás, bem demonstrado pelo facto de numa legislatura com sete meses, oito meses,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu vou buscar um lençol porque um lençol não chega!

O Orador: ... já terem sido aprovadas propostas de todos os partidos da oposição.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: E, portanto, desse ponto de vista, estamos esclarecidos em relação a esta certeza.

Segunda certeza. Faça o Governo o que fizer, faça o Governo o que fizer, será sempre criticado, será sempre apoucado,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Essa é que é a questão!

O Orador: ... será sempre atacado pelo PSD-Açores. Será sempre atacado, diria eu, quase que à machadada, pelo PSD-Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(Risos do Deputado Artur Lima)

Terceira certeza que resulta deste debate em concreto. As instituições do ensino privado, cooperativo e solidário, os trabalhadores dessas instituições, os alunos, as famílias açorianas...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Olhe o filme, Sr. Presidente! Olhe o teatrinho!

O Orador: ... que têm jovens nesse tipo de ensino sabem que podem contar com este Governo...

Deputado Luís Garcia (PSD): Qual? Este ou o outro?

O Orador: ... do Partido Socialista, com o Governo do Partido Socialista e com o Partido Socialista para abertamente debater, acolher, analisar, aceitar as propostas que se demonstrem mais eficazes e mais benéficas para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E quis o Grupo Parlamentar do PSD fazer, aí, sim, o teatrinho do receio do Governo de recuar, do medo do Governo de recuar. O Governo recuou! Oh, Srs. Deputados, deixem-me que vos diga que eu não tenho receio absolutamente nenhum...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... de recuar naquilo que são posições, propostas, iniciativas, medidas do Governo Regional. Não tenho absolutamente receio nenhum sempre que isso for, no entendimento também do Governo, em benefício das açorianas e dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Só há um receio que a postura do PSD me incute, que é a de não ser capaz, quando concordo com a proposta de outro partido, dizer pura e simplesmente, “Tem o meu apoio, vou votar a favor”. Este é que é o grande receio.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária e Srs. Secretário do Governo Regional:

Em primeiro lugar, deixe-me dar as boas-vindas ao Sr. Presidente do Governo à parte substantiva da questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Isto é que é uma simpatia!

O Orador: Seja bem-vindo ao nosso clube.

Em segundo lugar, permitam-me dizer o seguinte.

Efetivamente, a proposta, ao mudar, ao pretender mudar, tal como a proposta do Bloco de Esquerda, o meio de financiamento e ao condicionar o financiamento ao número ou à falta de disponibilidade no ensino público, obviamente que, havendo excesso de vagas no ensino público regional, na prática acaba por matar essa possibilidade de financiamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso não é verdade! Oh, Sr. Deputado, sabe que não é verdade!

O Orador: É verdade, sim, senhor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sabe que não é! Alguém pede a um aluno para se matricular no ensino particular?

O Orador: E vou exemplificar.

Eu desafio, aqui, faço aqui o seguinte exercício.

Se, por sinal, fechasse alguma destas escolas numa ilha e não houvesse vagas no ensino público nessa ilha,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vamos agora para o drama!

O Orador: ... se o Governo Regional não iria construir uma escola nessa ilha, não iria ampliar as instalações que tinha nessa ilha para albergar esse novo afluxo de estudantes, ou se, então, iria pegar neles e fazer como se fazia antigamente com os alunos das Flores, do Corvo, de outras ilhas, que saíam para irem estudar fora, e ia pô-los a estudar em outra ilha.

É óbvio que fechar uma escola privada para investir numa pública pode parecer correto numa visão ideológica, mas não nos parece nem racional, do ponto de vista financeiro, nem nos parece adequado, do ponto de vista pedagógico e até da utilidade para o próprio ensino público –, para o próprio ensino público!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para já essa situação que V. Exa. esta a aludir não se verifica na região!

O Orador: Nós não fazemos isto. Para nós isto não é uma birra como meninos de escola, em que dizem, “Se tu fores amigo daquele, já não podes ser meu amigo!”. Não, nós entendemos o público e o privado como sendo serviços públicos geridos de forma diferente e com titularidades diferentes, porque ambos prestam um serviço,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Vocês querem é a renda do Orçamento da Região!

O Orador: ... que é o da educação e do ensino.

Não, não! Não é a renda do Orçamento da Região, Sr. Deputado. Isso é um mito, isso é um mito e isso é o seu preconceito ideológico em relação a esta

matéria, porque não se trata de uma renda, trata-se, de facto, de usar o que está disponível no setor público e no setor privado a favor da região e de fazer com que os dois se complementem, efetivamente.

E, portanto, esta matéria, por nós, merece, efetivamente, o nosso apoio. Nós não temos também, nem tivemos, nem apoiamos, por exemplo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi assim que se foi caminhando para a situação que se vive neste país!

O Orador: ... as decisões de investimento que o Governo Regional teve, ao longo de anos, em que fechou escolas públicas, concentrando em outras maiores, em que deixou zonas rurais, contribuindo para o seu despovoamento e para a distância maior, contribuindo para que os alunos ficassem fora das suas freguesias, das freguesias onde estão os pais. Nós não tivemos mão nessa política escolar! Essa política escolar é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional. Mas essa política escolar teve erros e teve erros que resultaram, se calhar, neste excesso de oferta que agora existe e em vez de o Governo Regional, naquela altura,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Álamo Meneses!

O Orador: ... ter utilizado mais as valências que já existiam no setor privado, em vez de gastar dinheiro a construir novas no setor público e a financiar, se calhar, algumas novas no privado, onde, se calhar, não era necessário, em vez de se ter feito isso, de aproveitar isso, criaram-se situações que até prejudicam socialmente muitas das nossas ilhas e muitas das nossas freguesias e muitas das nossas localidades. E essa é que é a questão: é que havendo a possibilidade de gerir e de trabalhar num sistema conjunto, de complementaridade, essa deve ser a solução e não outras soluções radicais de encerramento do privado a favor do público. Os dois não são, necessariamente, como eu lhe disse, inimigos, nem devem ser, são áreas complementares que devem trabalhar em conjunto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para uma intervenção.

Presidente: Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar aqui um registo no âmbito deste debate que extravasa em concreto aquilo que estamos a debater, mas que também é importante refletir, em termos políticos, para a situação que vivemos nos Açores.

E aquilo que é importante aqui reter é o seguinte.

A intenção do Governo Regional, por muito que diga que a sua preocupação são as pessoas e as famílias, a intenção do Governo Regional na reestruturação da saúde era cortar,...

Deputado Berto Messias (PS): Oh, Sra. Presidente, mas o que é que isto tem a ver?

O Orador: ... a intenção do Governo Regional naquilo que propôs para o ensino privado era cortar, a intenção do Governo Regional naquilo que se prepara para as IPSS é cortar. O que os senhores estão a tentar...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente!...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o que é isto?

O Orador: ... fazer a vários níveis é cortar, não querendo reconhecer as dificuldades financeiras que têm, mas tentando garantir os cortes que o orçamento regional precisa por dificuldades da vossa gestão.

E é isso que o senhor pretende disfarçar quando fala de pessoas e de famílias.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Já passou, Sr. Deputado!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso era o que vocês queriam!

O Orador: Os senhores acham que defendem as pessoas e as famílias quando querem cortar naquilo que é o ensino privado; os senhores acham que defendem as pessoas e as famílias quando querem cortar na saúde dos açorianos; os senhores acham que defendem as pessoas e as famílias quando querem cortar nos apoios à solidariedade social.

É isso que os senhores querem! Não, os senhores querem cortar por aí, porque não conseguem reconhecer as vossas dificuldades financeiras.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Quanto a nós, entendemos que se deve continuar a dar o apoio ao ensino privado, que se deve continuar a dar o apoio à saúde de proximidade e aos cuidados primários de saúde...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): O senhor não devia ter mexido nisso!

O Orador: ... e que se deve continuar a dar os apoios necessários às IPSS, que são o braço armado da Segurança Social nos Açores.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Oh, senhor, estamos a falar da educação!

Deputada Zuraida Soares (BE): E a escola pública, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não interessa!

O Orador: E isto é claramente uma opção política que no momento em que o Sr. Presidente do Governo Regional refere as pessoas e a preocupação com as famílias fica aqui claro uma diferença: nós, do princípio ao fim, somos a favor dos apoios às famílias e às pessoas; os senhores dizem que são, mas a primeira pulsão que têm é cortar, cortar na saúde, cortar no ensino privado, cortar nas

Instituições Particulares de Solidariedade Social. É essa a vossa pulsão, porque, não conseguindo reconhecer as dificuldades financeiras,...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto é a coisa mais incrível!

O Orador: ... pelos vistos, se calhar, não têm outro remédio. Mas vão-nos encontrar aqui, deste lado, sempre prontos a defender as pessoas e as famílias,...

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é para si!

O Orador: ... verdadeiramente superiores.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Devia ter deixado o Deputado Joaquim Machado falar!

Presidente: A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): Estou certo de que o Sr. Deputado Joaquim Machado ia ser mais assertivo!

Deputado Lucio Rodrigues (PS): O senhor é que devia ter falado!

Deputado Berto Messias (PS): Foi desautorizado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições. Penso que estamos, então, em condições de passar à votação.

Em primeiro lugar, vamos votar na generalidade o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/X – “Altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE. As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS; 19 votos contra do PSD; 3 votos contra do CDS-PP; 1 voto contra do PPM; 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido chumbado, vamos, então, passar à votação na generalidade da proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra...

(Pausa)

Nós votámos...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O PSD anda a reboque do PPM!

Deputado Miguel Costa (PS): É melhor repetir a votação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

(Pausa)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É melhor repetir!

Presidente: Eu vou repetir a votação para dar hipótese...

Nós estamos a votar a Proposta de Decreto Legislativo Regional na generalidade.

Vou repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos a votar. Agradeço um pouco de silêncio.

(Pausa)

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Eu estou à espera que deixem a Mesa continuar a votação.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

(Pausa)

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Secretária: O Decreto Legislativo Regional...

(Apartes inaudíveis da bancada)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não percebo o motivo de tanta agitação!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Mas nós percebemos!

(Risos das bancadas)

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 3 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do BE; 1 voto a favor do PCP; 19 votos contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos, então, passar à votação na especialidade.

(Pausa)

A Mesa recebeu propostas de alteração subscritas pelo Partido Socialista, nomeadamente para os artigos 2º e 3º da proposta apresentada pelo Governo Regional.

Vamos, então passar à votação. Vamos votar o artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Podemos votar?

Artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos, então, às propostas de alteração para o artigo 2º, à proposta do Decreto Legislativo Regional.

Pergunto se posso fazer a votação em conjunto de toda a proposta de alteração, se querem votar artigo a artigo?

Artigo a artigo?

(Pausa)

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, por parte do Grupo Parlamentar do PS não há problema de votar os 10º, 16º, 18º, 51º e 63º tudo em conjunto.

(Pausa)

Presidente: Podemos, então, colocar à votação, neste caso em particular, os artigos 10º, só para...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): 16º, 18º, 51º, 63º.

Presidente: A Mesa coloca, então, à votação conjunta os artigos 10º, 16º, 18º, 51º e 63º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos, então, passar à votação da proposta de alteração do Partido Socialista para o artigo 67º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS; 19 a favor do PSD; 3 a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do PPM; 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Passemos, então, agora à votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o artigo 83º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos, então, agora votar a proposta de alteração apresentada pelo PS para o artigo 86º.

Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente:

A nomenclatura usada agora relativamente ao artigo em causa, os níveis são apenas 1, 2 ou 4.

Por lapso foi o terceiro. Não sei, mas se a câmara concordar, depois, em redação final, seria retirado.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isto é como o petróleo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Toda a gente tem o seu petróleozinho!

A Oradora: Tem a ver com a normalização da Europa.

Presidente: Pergunto se a Assembleia concorda com a indicação da Sra. Deputada Catarina Furtado.

(Pausa)

Sendo assim, quando baixar à Comissão para redação final, a Mesa fará essa advertência para a respetiva correção.

Vamos então votar o artigo 86º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passo agora a propor a votação da proposta de alteração do PS para o artigo 90º.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Para pedir um esclarecimento ao proponente, ao Partido Socialista, neste caso, e fazer um comentário a esta proposta de alteração, nomeadamente ao nº 4, em que obriga as escolas, neste caso as escolas profissionais privadas, a procederem a contratações pelo mesmo procedimento público.

Achamos que esta norma é um bocadinho excessiva na medida em que retira toda e qualquer margem de vantagem que possa ter o setor privado, neste caso.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): São as regras da legislação comunitária!

O Orador: Sendo as regras dos fundos comunitários, estará previsto na legislação comunitária. Assim eles obedecerão a elas.

Estando aqui neste normativo, achamos que é excessiva esta exigência da parte do Governo Regional.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer discriminação?

O Orador: Não queremos discriminação.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Falta de transparência!

O Orador: Queremos efetivamente que as normas não sejam aplicadas.

Deputado Berto Messias (PS): Quer que retiremos este ponto?

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Quer que se retire?

O Orador: Estamos a justificar o nosso sentido de voto.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ajuste direto! Falta de discriminação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Miséria!

Deputado Berto Messias (PS): Há falta de transparência, Sr. Deputado!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Aqui está a incoerência do CDS-PP. Quer retirar este ponto? Se quer, diga!

A Orador: A questão da alteração ao artigo 90º e ao artigo 91º tem a ver com uma opção do Partido Socialista...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Percebemos! Uma opção do Partido Socialista!

A Oradora: ... em querer que sejam introduzidos nas escolas profissionais os critérios concursais para o pessoal docente, similar ao que acontece no público. É uma forma de contribuir para a redução de excesso de professores que possam estar no desemprego e que, com horários completos, possam desempenhar as funções para as quais estão habilitados profissionalmente a fazê-lo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é falta de transparência!

A Oradora: Portanto, é uma alteração bastante estruturante, creio eu, e bastante importante para a classe docente que normalmente ou neste momento possa estar em situação precária.

Em consonância com essa alteração feita ao 90º, no 91º diz-se em que termos esse concurso deve ser feito. As regras estabelecidas relativamente ao artigo 91º têm a ver com as regras concursais. Define-se em que termos é que o concurso público deve ser feito.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): És contra o 90?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, somos!

O Orador: Ainda não estamos a votar o 91º, mas uma vez que a Deputada Catarina Furtado respondeu em relação ao artigo 91º, gostaria aqui de relembrar, no que toca ao artigo 91º, que existem escolas profissionais que têm financiamento municipal e que o financiamento municipal conta com

comparticipação pública, uma vez que é dinheiro público, não é dinheiro privado.

Portanto, entendemos que esta norma será positiva no sentido de restringir quem recebe mais 50% de apoios ao seu financiamento de dinheiro do Orçamento da Região, que é o que este diploma abrange, mas consideramos já negativo se for considerado nesse valor de 50% do respetivo orçamento a comparticipação municipal ou até de outras entidades públicas que contribuam para estes valores.

Existem escolas profissionais municipais que têm uma comparticipação, de facto, elevada dos próprios municípios.

Portanto, é um dinheiro público efetivamente, mas não é um dinheiro regional, é um dinheiro do município.

Não sendo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E as juntas de freguesia também participam?

O Orador: Estamos a falar de normativos regionais em relação ao funcionamento destas escolas.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O dinheiro dos municípios não é público!

O Orador: Achamos que é uma interferência e que é uma ingerência...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): As juntas é privado!

O Orador: É privado mas não é gerido pelo Governo.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sim, sim!

O Orador: É público mas não é gerido pelo Governo. Acho que a transparência aqui tem que ser grande e o dinheiro que é das câmaras, é das câmaras, o que é do Governo, é do Governo.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ora aí está!

O Orador: Não é a mesma coisa. Se querem confundir isto, isso é o vosso critério.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Nós não confundimos. Portanto, nós não confundimos, também não vamos votar favoravelmente esta alínea.

Ademais, voltando ao artigo 90º....

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Melhor cara traga o dia de amanhã!

O Orador: ... o artigo 90º obriga, independentemente do que diga o 91º,...

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): As câmaras têm assembleias municipais para decidir isso!

O Orador: ... a abrir um procedimento concursal para efeitos de celebração de contrato a tempo inteiro e obriga independentemente do que diga o 91º.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, pensei que tinha sido clara na primeira intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi!

A Oradora: Relativamente ao que se introduz, a intenção do PS com essa introdução é tornar obrigatório o procedimento concursal para efeitos de celebração do contrato. Obviamente que sabemos que há horários que são completos e outros que são fracionados.

Relativamente ao financiamento público, financiamento público, como o Sr. Vice-Presidente já disse em aparte, é financiamento público, tem que estar da mesma forma sujeito aos processos. Aliás, as câmaras municipais também

põem a concurso as suas obras de uma forma nítida e transparente, com financiamentos públicos.

Deputada Zuraida Soares (BE): As que põem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação da proposta de alteração do PS para o artigo 90º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 1 voto a favor do BE; 1 voto a favor do PCP; 1 voto a favor do PPM e 2 votos contra do CDS-PP.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 91º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 1 voto a favor do BE; 1 voto a favor do PPM; 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos agora votar o artigo 103º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente, dentro deste primeiro artigo da Proposta de Decreto Legislativo Regional, vamos votar o artigo 111º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 1º da Proposta de Decreto Legislativo Regional com as alterações que lhe foram introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração do PS para o artigo 2º da proposta.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Não é uma proposta de alteração para o artigo 2º. É um aditamento.

Presidente: É um aditamento ao artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está bem. Percebi que era uma proposta de alteração.

Presidente: Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O aditamento anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do PPM; 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Peço desculpa, tenho que fazer um esclarecimento. A Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado tinha razão. Eu quando pus à votação o artigo 1º, com as alterações que lhe foram introduzidas, naturalmente nós já tínhamos até votado esse artigo 1º.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós percebemos!

Presidente: Sim, mas convém esclarecer, porque todos estão a acompanhar nas suas bancadas e, portanto, é preciso que fique claro.

Nós, o que votámos, foram as alterações ao artigo 2º e agora coloquei à votação um aditamento ao artigo 2º.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Um aditamento ao artigo 2º!

Presidente: Exatamente. Portanto, vou colocar, agora, sim, à votação, o artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional com estas alterações que lhe foram introduzidas.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, se me permite, nós já votámos o artigo 2º, na sua globalidade. O que agora o Partido Socialista tem é um aditamento de um novo artigo que, para nós, faz sentido que venha antes do artigo 3º da proposta e daí destaco a numeração de 2º-A, que é uma norma transitória. Depois o que se segue é o artigo 3º, que é uma norma revogatória. Portanto, o que votamos é um aditamento, o 2º-A.

Presidente: Sim. A minha questão é que eu, ao colocar o artigo 2º à votação depois destas alterações, é porque nós votámos as alterações do Partido Socialista ao artigo 2º da proposta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Está votado, creio eu.

Presidente: Sim, mas tenho que votar o artigo 2º da proposta apresentada pelo Governo com todas estas alterações.

Eu, por engano, é que fiz referência ao artigo 1º quando não era o artigo 1º.

Portanto, estou a repetir a votação para que fique esclarecido.

Vamos então votar o artigo 2º da Proposta de Decreto Legislativo Regional do Governo com as alterações que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do PPM; 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 2 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do PPM; 1 voto contra do BE e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, mais uma vez peço desculpa.

Presidente: Não tem que pedir.

A Oradora: Concluimos o artigo 2º, muito bem, mas ainda não votámos o 2º-A.

Peço desculpa, mas é assim: o aditamento 2º-A não tem nada a ver com o artigo 2º da proposta.

Deputado Berto Messias (PS): É um acrescento, um aditamento.

A Oradora: É um novo artigo à proposta.

Presidente: Eu já tinha feito a votação antes de votar o artigo 2º, mas se entenderem posso colocar à votação novamente. Já tinha era sido votado porque, erradamente, fiz uma referência ao artigo 1º. Portanto, votámos o artigo 2º, o aditamento, e depois fizemos a votação ao artigo 2º com as alterações introduzidas.

Votámos, assim, a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 3º.

Penso que posso colocar à votação em conjunto os artigos 4º e 5º da Proposta de Decreto Legislativo Regional, uma vez que não há propostas de alteração para estes dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS; 19 votos a favor do PSD; 3 votos a favor do CDS-PP; 1 voto a favor do PPM; 1 voto contra do PCP e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para uma declaração de voto? Tem 5 minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto é curta e endereço-a diretamente ao Sr. Secretário Regional da Ciência, Educação e Cultura.

É assim, Sr. Secretário, como é difícil ser de esquerda num Partido Socialista com esta sensibilidade dominante.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Ficou claro, com esta votação final global, qual é a sensibilidade dominante no Partido Socialista. De facto, o Sr. Presidente do Governo Regional, há bocado, referiu que quem manda no Partido Socialista são os socialistas e então pode-se concluir que este Partido Socialista e os seus dirigentes se colocaram do lado direito, à direita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bom lado!

O Orador: Não ficaram do lado nem das açorianas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Olhe que não!

O Orador: ... nem dos açorianos, nem do povo açoriano.

Resolveram mudar-se. Enfim, eu não tinha muitas dúvidas sobre isso.

O Sr. Secretário eventualmente tinha, mas depois, enfim, deste episódio que lhe aconteceu hoje, hoje ou nos últimos dias, terá tempo para refletir, mas a verdade é esta, e a votação foi clara e inequívoca: o Partido Socialista, o PS, votou ao lado do PSD, do PPM...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e do CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E muito bem!

O Orador: A direita parlamentar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, não havendo mais inscrições, vamos dar por encerrados estes dois pontos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma declaração de voto tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD naturalmente manifesta o seu apreço pela aprovação deste diploma nos termos exatos em que ele aqui acaba de ser aprovado.

Naquilo que era essencial, designadamente naquilo que diz respeito ao financiamento do ensino particular, cooperativo e solidário, naquilo que permite a sobrevivência deste ensino, nós naturalmente não poderíamos deixar de estar ao lado de uma proposta que facilita exatamente a permanência deste tipo de ensino. Essa permanência garante liberdade às famílias de fazer escolha de onde os seus filhos podem efetivamente realizar a sua educação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Paguem-na!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor pagou!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Os meus estão numa escola pública!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não!

O Orador: Tinha sido possível, o consenso sobre a alteração do Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário não fosse a circunstância do Governo e do PS, durante um certo tempo, terem andado exatamente em sentido inverso daquele que agora acabamos de aprovar.

Mas chegou-se ao bom termo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a bolsinha?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor está muito enganado!

Deixe-se de brincadeiras e não vá por esse caminho!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vou pelo caminho que eu quiser!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, eu até continuava, mas parece que há ali um caso de polícia e eu não quero entrar nele.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Veja lá com quem se mete! É muito complicado! Comigo não se brinca!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda há bolsas para tirar cursos!

Presidente: Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado, faça o favor.

O Orador: Chegou-se a bom termo e chegou-se a bom termo porque Vasco Cordeiro, Presidente do PS, impôs uma política diferente a Vasco Cordeiro, Presidente do Governo. Era dispensável esta incerteza.

O PS e o Governo deviam, isso sim, pedir desculpa pela angústia e pela incerteza que causaram durante estas poucas semanas, mas ainda assim deixaram aflitas muitas famílias, funcionários, professores e educadores de infância desses estabelecimentos de ensino particular, cooperativo e solidário que, com muito esforço e com grande dedicação concorrem também para construir o futuro dos nossos filhos, que o mesmo é dizer, o futuro dos Açores.

Deputados Jorge Macedo e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sem encher muito o peito de ar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até porque não tem grande peito!

O Orador: ... pode fazer falta para outras situações, gostaria, em nome da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, afirmar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assim como o Governo, congratulam-se com a aprovação deste diploma no sentido de que mais uma vez o Partido Socialista esteve nesta casa ao lado de todas as açorianas e de todos os açorianos, dos jovens, das crianças desta Região e das suas famílias.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Gostava também de dizer que os Deputados do Partido Socialista ouvem tudo o que se diz nesta casa. Aqui, ninguém tem uma orelha maior do que a outra, nem uma mais pequena que a outra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Eu tenho uma maior que a outra!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As coisas que ainda têm para ouvir!

O Orador: Aqui, ouvimos tudo o que se diz nesta casa. Agora, gostava de vos dizer que os conselhos que vieram da bancada do PSD no sentido de pedirmos desculpa, não. Devia de haver, da bancada do PSD, um pedido de desculpa a todos os açorianos por todo o festival que foi feito durante a discussão deste documento e no fim a sua aprovação.

Deputados Berto Messias e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Tinha mais que ver!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós queremos expressar a nossa satisfação por, de facto, ter havido aqui uma recetividade em relação a uma proposta que foi apresentada pelo Governo e que, felizmente, era tão irrevogável como outras decisões que temos visto recentemente na política nacional.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor disse irrevogável!

O Orador: Sim. Disse irrevogável! Exatamente: irrevogável!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E isso quer dizer o quê?

O Orador: Ela era tão irrevogável quanto outras e isso satisfaz-nos bastante, porque ...

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O homem ainda não saiu e vocês já o estão a pôr porta fora!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): O Sr. Deputado Nuno Melo Alves está a pensar em voz alta!

O Orador: ... efetivamente...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Isso quer dizer o quê no léxico do CDS-PP?

O Orador: ... as medidas foram alteradas.

Agora, só lamentamos é que tenha sido necessário fazer alterações nesta casa, porque a proposta do Governo se tivesse vindo no sentido que nós achamos melhor e que esta casa acabou de aprovar, teria sido poupado a estas alterações e às acusações que aqui foram feitas por alguns partidos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tudo está bem quando acaba bem.

Deputado Francisco César (*PS*): Fala sempre depois do PS!

O Orador: A verdade é que, em relação a esta matéria, a proposta inicial do Governo era muito diferente do que aquela que veio agora a ser votada.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Muito diferente?! Era o oposto!

O Orador: Portanto, nesse sentido, nós tivemos aqui um recuo total do Governo Regional nesta matéria, isto é inegável e não há forma de dizer o contrário.

É evidente que isto começa a ser, do ponto de vista político, muito difícil para o Sr. Presidente do Governo Regional, porque o Sr. Presidente do Governo Regional preside às reuniões do Conselho de Governo e depois vai a proposta da saúde ser completamente obliterada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Não é verdade, Sr. Deputado! Não diga o que não sabe!

O Orador: Agora traz aqui a alteração ao Estatuto do Ensino Particular que foi completamente obliterada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e isto começa a ser, Sr. Presidente do Governo Regional, um problema político muito grande para V. Exa.

Em relação ao Sr. Secretário Regional, como ele agora não tem oportunidade de usar da palavra, retire as consequências políticas, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, não há mais intervenções. Vamos fazer um pequeno intervalo. Regressamos às 19.

Eram 18 horas e 47 minutos.

Presidente: Vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 13 minutos.

Também por decisão da Conferência de Líderes, os pontos 10 e 11 da nossa Agenda de Trabalho serão discutidos em conjunto e os tempos são os que utilizámos no debate anterior.

Para apresentação do **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8 /X – “Altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Na realidade, o Bloco de Esquerda entregou este Projeto de Decreto Legislativo Regional, que altera o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, nos

primeiros dias de fevereiro deste ano, mas o certo é que, de então para cá, não alterámos em nada o nosso pensamento sobre esta matéria, nem de maneira nenhuma temos alguma revisão ou crítica a fazer à proposta que apresentámos. Por isso também, e porque pretendo que nenhum Sr./a Deputado/a caia na tentação de novamente tresler aquilo que está escrito nas iniciativas legislativas do Bloco de Esquerda, eu vou passar a ler alguns dos considerandos do corpo da nossa proposta no sentido de contextualizá-la e justificar, no fundo, por que é que pretendemos que as coimas e alguns tipos de sanções sejam absolutamente banidas do Estatuto do Aluno.

A última revisão do Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário (portanto, aquela que está em vigor) estabelece coimas e sanções acessórias, sob pretexto de contribuir para o reforço da autoridade do(a)s professore(a)s e da responsabilização dos pais e encarregados de educação. No entanto, tais medidas não se compaginam com as boas práticas de prevenção do insucesso e abandono escolar.

A igualdade de oportunidades, enquanto princípio da escola inclusiva, assumido pelo sistema educativo regional, encontra-se lesado pela possibilidade da aplicação de coimas que variam entre os €20 e €300 e de sanções acessórias que levam à suspensão de direitos da ação social, tais como a alimentação e transporte.

A aplicabilidade de coimas, na prática, sanciona, tão somente, os agregados familiares com menos recursos financeiros e reforça a reprodução, nas escolas públicas da Região, da desigualdade social.

As sanções acessórias prejudicam, exclusivamente, o(a)s aluno(a)s provenientes de agregados familiares com rendimentos pecuniários mais débeis.

A irresponsabilidade dos pais e encarregados de educação relativamente à situação escolar dos respetivo(a)s educando(a)s não é característica única das famílias com poucos recursos financeiros, mas, por outro lado, é sinal de

desestruturação, com origens e fatores diversos (falamos, por exemplo, na violência doméstica, dependências, desemprego, na pobreza etc.). Contudo, o atual Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário prossegue medidas punitivas que carecem de evidências científicas que comprovem os seus efeitos benéficos, no incremento do interesse dos pais e encarregados de educação e no reforço da autoridade do(a)s docentes.

As sanções acessórias retiram um conjunto de apoios que permitem debelar as desigualdades sociais e só contribuem para o insucesso e abandono escolar, não garantindo a responsabilização dos pais e encarregados de educação, nem o reforço da autoridade do(a)s docentes.

A revogação das coimas e sanções acessórias que constam do atual Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário não implica a total inoperância relativamente às consequências da negligência dos pais e encarregados de educação, pois o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos prevê a aplicação de processos mais pedagógicos e justos, quanto a nós. Por exemplo: o diagnóstico da situação escolar, familiar e social do(a) aluno(a) (primeira fase do Plano Individual de Trabalho) e a obrigatoriedade, nos casos de ultrapassagem do limite de faltas injustificadas, da participação da equipa multi-disciplinar de apoio sócio-educativo e a articulação com os serviços locais de educação e a comissão de proteção de crianças e jovens.

Em suma, a atual proposta de alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário pretende, através da devida harmonização entre o presente diploma e o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, devolver a resolução da negligência parental às equipas multidisciplinares de apoio socioeducativo e aos serviços locais de educação e às comissões de proteção de crianças e jovens e pôr fim ao reforço, imposto pelo atual Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário, das desigualdades sociais nas escolas.

É esta a fundamentação que nós consideramos suficiente para justificar a nossa proposta legislativa, neste caso, e que está à consideração das Sras. e dos Srs. Deputados neste momento.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para apresentação do **Decreto Legislativo Regional n.º 11/X – “Proposta de Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário”**, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação Ciência e Cultura.

Secretário Regional da Educação, Ciência e Cultura (*Luiz Fagundes Duarte*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, convém sempre recordar, pode orgulhar-se de ter um bom edifício legislativo em matéria de Educação, que é conveniente reforçar naquilo que for necessário, mas que é sobretudo necessário consolidar como condição de estabilidade do sistema.

Dizem os números estatísticos conhecidos de todos nós que ainda muito há para fazer neste setor, sobretudo no que diz respeito ao aproveitamento escolar das nossas crianças e alunos em geral, mas isso não passa por alterações legislativas de fundo: passa, sim, pelo aproveitamento ao máximo das potencialidades que a legislação que, ao longo dos últimos anos e das várias legislaturas e dos vários governos, foi sendo produzida, pode produzir.

Os problemas do sistema educativo que têm sido identificados assentam particularmente nas escolas e nos seus modelos de funcionamento e a solução deles não pode esquecer o contexto económico, mas sobretudo social e cultural, das comunidades em que as escolas se inserem. E, no entanto, parafraseando Galileo Galilei, ela move-se: a escola pública é, cada vez mais, o retrato a cores, e sem qualquer tipo de “Photoshop” ou daquela velha técnica estalinista...

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: ... de o poder instituído apagar do retrato quem achava que nele estava a mais, da nossa sociedade. Porque pela nossa escola pública passam, inevitavelmente, todos os nossos cidadãos, numa fase crucial do seu desenvolvimento como pessoas – pelo que tudo o que se faça nas nossas escolas terá sempre consequências no viver da nossa sociedade.

A proposta de alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário que o Governo traz a esta Assembleia não tenciona introduzir nenhuma reforma de fundo no sistema, mas tão só introduzir algumas pequenas alterações que a prática aconselha, feitas não no sentido de “desfazer” o que está feito, e bem, mas sim de o melhorar – numa tentativa de dar o seu contributo para uma melhoria geral do sistema e do seu impacto junto da população infantil, juvenil e jovem.

Tais alterações, que deverão ser articuladas com as que propomos para outros diplomas, nomeadamente os que versam o Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, que acabou de ser aprovado por esta Assembleia, o Regime de Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo Regional, já em sede desta Assembleia e agendado para este plenário, e, muito em breve, a Ação Social Escolar e a avaliação das Escolas e do seu Pessoal Docente.

Nesta matéria, o trabalho do Governo é sistémico, porque entendemos que tudo o que se passa com uma escola ou com ela relacionado interfere com o todo que elas constituem e, por isso, todas as propostas de alteração legislativa que aqui trazemos só fazem pleno sentido se vistas no seu conjunto.

As propostas sobre o diploma agora em causa são poucas, mas não são despiciendas:

Começamos por retirar deste diploma aquelas matérias que, pela sua natureza operacional e funcional, devem integrar um outro, o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica dos Alunos, o famoso RGAPA, que, em nome da estabilidade, provavelmente deixará de ser uma Portaria, que é por natureza efémera, para passar a ser um Decreto Regulamentar Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também efémero!

O Orador: Após uma análise dos resultados produzidos pelo sistema de coimas e contraordenações previsto no diploma que agora propomos que seja alterado, o Governo verificou que, apesar das boas razões que levaram oportunamente à sua instituição, os resultados ficaram muito aquém dos esperados e, em alguns casos, colocaram às escolas novos problemas de difícil e demorada solução: até hoje, apenas 3 das 40 Unidades Orgânicas do sistema público recorreram a este tipo de procedimentos e sem quaisquer resultados visíveis:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso foram os marxistas! Escolas marxistas!

O Orador: Vou dar alguns exemplos:

A EBI Canto da Maya aplicou duas: num dos casos, como o encarregado de educação não pagou, a escola teve que o ameaçar com a participação ao Ministério Público, até agora sem êxito, uma vez que não tem mecanismos próprios para dar continuidade ao processo por si iniciado; no outro, o encarregado de educação aceitou pagar – mas solicitou o pagamento em dez prestações mensais.

A EBS de Vila Franca do Campo aplicou duas, que, não tendo sido pagas por falta de recursos dos encarregados de educação, não tiveram seguimento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É a ação do rendimento mínimo!

O Orador: Finalmente, a ES da Ribeira Grande aplicou 13, três das quais foram pagas a pronto, enquanto as dez restantes foram pagas a prestações.

Daqui se poderá ter uma ideia das condições sociais e económicas dos agregados familiares objeto das coimas, o que nos leva a concluir que, prosseguindo com este tipo de procedimentos, estaríamos não a incluir mas a excluir um determinado setor da nossa sociedade que é, por maioria de razões, aquele que não pode ser excluído da escola pública.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é o contrário do que o Governo dizia o ano passado!

O Orador: Por isso, decidimos retirar da lei este mecanismo que, obviamente, se revelou inútil e de difícil aplicação.

No que diz respeito às medidas que têm por objetivo a responsabilização dos alunos pelos seus atos, introduzimos algumas medidas concretas relacionadas com: (1) a incapacidade de alunos que foram objeto de medidas disciplinares sancionatórias superiores à da repreensão escrita para representarem os seus colegas nos órgãos de gestão das escolas no ano letivo em curso; (2) a definição dos equipamentos de uso proibido no espaço escolar de função letiva (salas de aula); (3) o controlo da assiduidade e a aplicação e justificação de faltas, e respetivas consequências; (4) o desaparecimento, em nome de uma desburocratização de procedimentos que têm sobrecarregado os professores, em prejuízo do seu verdadeiro trabalho, que é acompanhar os alunos, dentro e fora da sala de aulas, do Plano Individual de Trabalho (o TIP), que se revelou ser, na prática, um instrumento de cariz administrativo mas não pedagógico.

Finalmente, realço (5) as medidas que são aqui propostas relacionadas com a boa convivência escolar e que levará a que, em casos de agressão de alunos, professores ou pessoal não docente, estes não tenham que conviver diariamente com o seu agressor.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Esta proposta do Governo nasce do bom senso que nos aconselha a que valorizemos e reforcemos o atual edifício legislativo, de que nos orgulhamos de

ser herdeiros, nele introduzindo alguns melhoramentos que o consolidam e, na nossa opinião, o melhoram.

Não é intenção do Governo voltar a esta matéria: a nossa preocupação, após este processo, será a de, em colaboração íntima e direta com as escolas e com os pais e encarregados de educação, tal como fizemos na preparação deste diploma, tomar medidas concretas que contribuam, de um modo decisivo, para a melhoria dos resultados escolares das nossas crianças e jovens, em nome do futuro – porque é do futuro que queremos tratar.

Por isso, lançámos já um conjunto de medidas de carácter prático dirigidas para os alunos do 1.º ciclo do Básico, que, estamos certos, produzirão os resultados que todos desejamos. Mas, como sabemos, a educação é uma história interminável. E nós ainda estamos, nessa história, pelos primeiros capítulos.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que estamos a apreciar, o da iniciativa do Governo Regional, poderemos dizer que terá sido expurgado de algumas normas que, em altura própria e quando aqui foi discutido o Estatuto que está em vigor, foram motivo do nosso voto contra. Elas, eventualmente, podiam não ser adjectivadas de estalinistas, mas aproximavam-se muito de algumas práticas que caracterizaram o regime fascista em Portugal, também é verdade. Estou a referir-me, designadamente, àquilo que diz respeito aos alunos, designadamente à sua representação nos órgãos de escola e às associações de estudantes.

O Sr. Secretário disse que não houve aqui um tratamento no “Photoshop” relativamente a algumas matérias, mas, Sr. Secretário, gostava de lhe dizer que, infelizmente, notam-se, neste diploma que V. Exa. aqui traz, resquícios das velhas práticas fascistas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma ofensa ao Sr. Secretário!

O Orador: ... designadamente, aquilo que V. Exa. tem no ponto 2 do artigo 23º, salvo erro.

Lembraria a V. Exa., e certamente terá isso na memória, as lutas estudantis no fim da década de 60 em Portugal e parte daquilo que esteve na origem dessas lutas. É que V. Exa. aquilo que vem aqui propor, de novo, é uma pena assessória a alunos, não lhes permitindo acederem à representação para a qual foram eleitos.

Portanto, Sr. Secretário, por muito que V. Exa. se escude nessa maquilhagem, esses resquícios estão cá e é lamentável, Sr. Secretário, vindo de uma pessoa que pelos visto é considerado, até aqui pela minha colega Deputada Zuraida Soares, como uma pessoa de esquerda.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem é que disse isso?

O Orador: Não disse há pouco que o Sr. Secretário era uma pessoa de esquerda?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não! Disse que é difícil ser de esquerda como é difícil...

O Orador: Ah! Peço desculpa!

Deputada Zuraida Soares (BE): Está tudo a tresler neste plenário. Virá tudo escrito!

O Orador: Peço desculpa. Então se não é de esquerda, faz sentido. Percebo que V. Exa. não se socorreu do “Photoshop”, mas maquilhou a coisa e deixou cá os resquícios das práticas fascistas, Sr. Secretário, e isso é lamentável para um Governo do PS e para uma personalidade como V. Exa.

Mas não é só isso, Sr. Secretário, esta coisa da liberdade é um valor que nós devemos prezar muito.

Independentemente de outras intervenções que venha a fazer, não posso deixar de aludir, nesta primeira intervenção, a uma outra questão que tem a ver com a filosofia que está subjacente a este Estatuto, mas também a outras peças legislativas produzidas pelo Governo do Partido Socialista, designadamente aquelas que vamos apreciar depois de concluirmos este ponto da agenda. Não há dúvida nenhuma que a filosofia que está transversal a estes diplomas procura e contraria aquilo que são os próprios títulos de alguns diplomas.

Procura cercear a liberdade das escolas, a diferença das escolas, quando neste Decreto Legislativo Regional (neste, no caso concreto do Estatuto do Aluno), ao invés de atender ao contexto do território e da geografia humana onde a escola está inserida, V. Exa. tudo pretende normalizar e não atende aos contextos. Isso, na minha opinião, é cercear aquilo que é a autonomia das escolas, é cercear a liberdade de ensinar, é cercear, no fundo, a liberdade de aprender.

Para já fico-me por aqui, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A proposta de Estatuto do Aluno que o Governo Regional nos apresenta tem virtudes, novidades e algumas imperfeições que, do nosso ponto de vista devem ser reparadas e para as quais o PSD/Açores apresenta propostas de solução, no nosso entender.

A primeira constatação que importa fazer é a de que o PS anda à deriva, sem rumo, sem uma ideia consistente e perene quanto a direitos e deveres dos

alunos, quanto à responsabilização dos respetivos encarregados de educação e ao papel da Escola e da comunidade educativa neste domínio. Em oito anos este é o quarto Estatuto do Aluno que o nosso Parlamento discute e define.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Porventura até haverá alunos que durante a sua escolaridade obrigatória já foram obrigados a respeitar outras tantas vezes esta inconsistente variedade de disposições, cuja variação não concorre nem para a eficácia da prevenção da indisciplina, nem para a exemplar punição dos atos ilícitos, quando estes infelizmente acontecem.

O último desses quatro diplomas não chegou a vigorar em dois anos letivos. Para sermos mais exatos durou apenas 19 meses – muito pouco tempo, convenhamos.

Mas estranhamente, ou talvez não, pôr fim ao ainda vigente estatuto do aluno é a primeira virtude do documento que agora apreciamos: trata-se, verdadeiramente, de uma certidão de óbito político do anterior governo e particularmente da anterior Secretária Regional da Educação. A proposta que o secretário Fagundes Duarte aqui nos apresenta põe fim à obstinação do então Presidente do Governo e da antiga Secretária da Educação quanto à aplicação de coimas e contraordenações, uma “medida que não produziu efeitos nem no funcionamento da Escola, nem no comportamento dos alunos; pelo contrário, até criou atritos”. E essa não é uma conclusão do PSD/Açores, é o atual Secretário Regional da Educação quem o afirma. Em resumo, “não era uma medida de grande ou qualquer utilidade” (também disse o Sr. Secretário) e, portanto, a sua expurgação, mais do que um ato de coragem política era uma exigência cívica e, repito, é uma virtude. Agora, não sei o que diria a Secretária Regional da Educação Cláudia Cardoso se aqui estivesse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas ela devia estar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pisgou-se!

O Orador: E, olhando para a bancada do Partido Socialista onde a então Secretária Regional da Educação hoje tem assento como Deputada, verifico a sua ausência, uma ausência, de resto, colmatada no espaço físico, simpaticamente, pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Berto Messias (PS): Não seja deselegante!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora não está cá! Tenha coragem! O senhor não diz que é um cavalheiro?!

Deputado José Ávila (PS): Mas temos outros deputados cá!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que coincidência a Sra. Deputada não estar aqui hoje!

O Orador: Fisicamente, muito simpaticamente substituída, mas apesar da ocupação do espaço pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado, simpaticamente de forma politicamente indisfarçável.

Não sei nem quero fazer nenhum juízo de valor sobre as razões da ausência da Sra. Deputada Cláudia Cardoso...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora não está cá!

O Orador: ... mas em política também o que parece é.

Aliás, o diploma que agora revogamos não prosseguiu nenhum dos seus objetivos, na altura considerados inovadores, isto é, não agilizou nem simplificou os procedimentos disciplinares, nem lhes eliminou as formalidades excessivas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é alguma coisa?! É não ter argumentos!

O Orador: A alegada inovação do anterior governo regional consistiu tão só em não ser eficaz, mas isso também não era inovador, já era rotina.

E quanto ao reforço da responsabilidade dos pais e encarregados de educação, relativamente ao dever de assiduidade, pontualidade e disciplina dos seus educandos, e ao percurso educativo dos seus filhos, estamos conversados.

(Aparte inaudível do Deputado Francisco César)

O Orador: Às vezes há professores que são capazes de aturar péssimos alunos durante muito tempo, mas é uma das nobrezas da função docente, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: O senhor sabe bem do que é que eu estou a falar.

Deputado Francisco César (PS): Pois sei!

O Orador: O diploma não foi útil aos Conselhos Executivos, não foi útil para os pais e não foi profícuo para os alunos.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Olhe que o vão mandar calar outra vez!

O Orador: Ao eliminar outras disposições, como a burocracia inútil dos Planos Individuais de Trabalho (os conhecidos PIT), o Governo dá também razão às críticas aqui feitas há menos de dois anos pelo PSD/Açores.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Assim a Dra. Berta volta mais depressa! Está a fazer isso porque hoje é o seu último plenário!

O Orador: Portanto, a grande virtude deste diploma é reparar o que nessa altura teimosamente o que o governo de Carlos César, de Vasco Cordeiro, Secretário da Economia, e de Cláudia Cardoso, Secretaria da Educação, impuseram ao PS e o PS impôs ao sistema educativo regional.

Deputado Berto Messias (PS): As voltas que o senhor dá para fazer guerrilha ao Governo e ao PS!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aproveite que amanhã é o último dia que o senhor estará aí!

O Orador: Como atrás se disse, este diploma tem também novidades que, todavia, não são originais.

Vice-presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não sei como é que vai ser a vice-presidência da Assembleia!

O Orador: Desde logo, quarenta e cinco artigos apenas mudam de numeração. E aqueles artigos que inovam no texto são copiados do diploma nacional que rege esta matéria.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*): O que aliás os senhores também fizeram!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Onde V. Exas. copiaram também!

O Orador: Curiosamente, ou talvez não, a transposição de normativos fez-se, nalguns casos, de forma atabalhoada, deixando de fora o que é essencial. A título meramente exemplificativo, refiro aqui as disposições relativas ao reforço da autoridade do professor e à especial proteção que o docente deve gozar relativamente aos crimes cometidos contra a sua pessoa...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*): Ah, sim?

O Orador: ... ou o seu património, no exercício da profissão ou por causa dela. Esta matéria, como outras, onde se impõem aperfeiçoamentos, é objeto de propostas de alteração feitas pelo Grupo Parlamentar do PSD/Açores, que depois detalharemos na especialidade.

Em resumo, podemos dizer que esta proposta de diploma do Governo enterra, esperamos que definitivamente, a teimosia do Governo anterior, uma teimosia que o governo anterior impôs ao PS e, repito, o PS impôs ao sistema educativo regional, ao mesmo tempo que elimina burocracias desnecessárias à função docente e inconsequentes para o sucesso educativo.

Portanto, com essa expurga, melhora efetivamente um diploma que já na sua versão ainda em vigor o PSD tinha aprovado.

Portanto, vamos aprovar este diploma, porque ele melhora substancialmente, agora uma coisa é indesmentível ele enterra a política do Governo Regional anterior em matéria de Estatuto do Aluno.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Enterrar, enterrar, enterrou-se o senhor!

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aproveite que em setembro já não vai estar cá!

E agora com 2 meses de experiência na defesa, vamos ver como fica!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): As coisas com que o senhor se preocupa! Tanta continha para pagar, Sr. Vice-presidente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por realçar a importância do documento que está em apreço. Aliás, de momento ainda estamos com dois documentos, o Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo Bloco de Esquerda e a proposta do Governo.

Creio que a Sra. Deputada Zuraida já terá tido o entendimento de que este diploma que hoje nos é trazido pelo Governo vai muito mais além do que a Sra. Deputada tinha a intenção no seu Projeto de Decreto Legislativo Regional, porque, como disse o Sr. Secretário, e bem, a Região há muito é reconhecida, mesmo a nível nacional, em área de educação, pelo seu bom edifício legislativo e claro que, e como disse também o Sr. Secretário, é de aproveitar e potenciar essa boa legislação e essa boa prática sem prejuízo de termos, de facto, o sentido de responsabilidade e sentido de humildade, quando necessário, de reconhecer o que é que precisa ser ajustado.

É neste pressuposto e foi com este pressuposto que eu ouvi a apresentação do Sr. Secretário à proposta que, hoje, aqui nos é posta em apreço.

É neste sentido que o Partido Socialista se manifesta dizendo que, de facto, concorda (aliás, pelos dados que foram dados pelo Sr. Secretário) que os pressupostos que levaram a alteração recente, é certo, nesta casa, deste mesmo diploma, os pressupostos que estavam na base, disse-nos a experiência de um ano, porque para tal era suficiente, que não tiveram o objetivo ou não alcançaram o objetivo pretendido, que era sobretudo, e no que toca às coimas, dissuasor.

É preciso dizer que as coimas eram o fim de linha, tinham um efeito dissuasor, mas não atingiram esse objetivo.

Vem também na sequência do que já várias vezes o Sr. Secretário da Educação nos disse, que é intenção deste Governo, sempre que possível, desburocratizar e aliviar toda a carga burocrática das escolas na sua componente do trabalho docente e individual ou na componente do trabalho coletivo dentro de uma escola.

Esta é uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que vem integrar o por mim já citado e o que se pretende para a educação do pacto de estabilidade para esta legislatura e vem nos prazos que foram estipulados (este que acabámos de trabalhar há pouco e ainda o que temos mais em agenda) que era, no primeiro semestre, ou pelo menos nesta sessão, que ficasse tratado e abordado decentemente.

Assim, é feita aqui uma revisão a este Estatuto retirando-lhe aquelas normas que no entender, e bem, do Governo, não atingiram os pressupostos.

Assim, é com agrado que o Partido Socialista vê esta proposta novamente nesta casa e mais uma vez não se coibiu de apresentar um leque de propostas subscritas também pelo Bloco de Esquerda que vêm na senda de ir ao encontro do que nos parece ter sido a premissa, na sequência do que disse o Sr.

Secretário, subjacente a essas alterações feitas num Estatuto tão importante, num regime tão importante como é aquele que rege a convivência numa comunidade educativa entre os alunos e os restantes membros desta mesma comunidade, pelo menos no que toca ao espaço escolar.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Tive a oportunidade, ainda em sede de comissão, de dizer que votaria favoravelmente este diploma. Considero que é adequado.

Grande parte das propostas que o Partido Socialista apresenta, estou a favor, mas devo dizer o seguinte: há um percurso político que nós temos aqui que referenciar, é que todos os partidos da oposição chamaram a atenção para o erro que isto significava na anterior legislatura. Chamámos a atenção.

Eu tive o cuidado de dizer, no anterior debate, que as coimas e as contraordenações não são algo com que eu esteja, do ponto de vista teórico, inteiramente em desacordo, depende é das condições sociais, porque estas coimas e contraordenações existem em vários países da Europa Ocidental.

Deputado Berto Messias (PS): A opinião do seu parceiro de coligação não é essa!

O Orador: As coimas e contraordenações existem em vários países da Europa Ocidental, em vários sistemas educativos.

O que era preciso, e penso que disse na altura, era ter em conta as condições sociais que a Região estava a passar. Portanto, considero que as condições sociais e também o próprio funcionamento das escolas não favoreciam a introdução deste tipo de resposta.

Portanto, nós tivemos a oportunidade de referenciar isso, eu com esta posição, e os outros partidos, não só referenciar a situação social, mas também questões de princípio.

A minha divergência aqui tem a ver com o contexto social que nós estamos a passar e também com a estrutura de funcionamento das escolas. A questão era esta.

Portanto, acho que foi um erro e ainda bem que o Partido Socialista, em relação a esta matéria, alterou a sua posição. Agora o que eu acho também, e termino Sra. Presidente, é que no sistema educativo, e para a melhoria do sistema educativo, o que é decisivo não são alterações permanentes da legislação. Nós estamos a ter um enorme conjunto de alterações dos últimos governos do Partido Socialista. Cada secretário que chega altera documentos absolutamente decisivos e eu penso que o problema do sistema educativo açoriano não está aí. Nós temos que estabilizar a produção legislativa e temos que resolver problemas de funcionamento concreto.

Em relação a esta matéria, acho que as alterações que são agora propostas são efetivamente positivas e por isso é que eu vou votar favoravelmente, mas nós temos que estabilizar o sistema educativo e temos, fundamentalmente, que parar com alterações sucessivas. As pessoas nem se apercebem o que é que isto significa para o funcionamento de uma escola alterar constantemente a legislação e as práticas. Isto tem que parar, tem que se estabilizar e eu penso que o documento que agora vamos votar resolve uma parte muito significativa dos problemas.

Portanto, temos agora um documento que deve ser estabilizado e deve ser utilizado durante os próximos anos, agora o que não podemos fazer é alterar, porque cada secretário que chega quer deixar uma marca de produção legislativa. Não pode ser.

Vamos olhar para outros sistemas educativos e temos a oportunidade de olhar para uma legislação que existe há 10, 15 anos, 20 anos. O problema não está na produção legislativa e os sucessivos secretários da educação não necessitam de ter um grande conjunto de iniciativas para mostrar trabalho, o problema está no funcionamento concreto.

Portanto, é necessário parar com esta corrida à produção de legislação, constantemente, constantemente, introduzindo um fator de instabilidade no sistema (esta é minha opinião), apesar de neste caso concreto esta proposta, esta alteração, ser uma alteração necessária e recolher o apoio político do PPM.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Melo Alves, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Melo Alves (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Só duas ou três observações curtas e rápidas em relação a este diploma. Por um lado, uma preocupação em relação ao RGAPA, que está neste momento como Portaria e que prevê, o Governo, que passe a ser um Decreto Regulamentar. Entendemos, ou achamos que seria útil, se o RGAPA viesse a esta casa como um diploma a apresentar aqui, precisamente por dispor sobre matérias que, sendo embora do âmbito administrativo, acabam por ter um impacto, quer neste diploma, quer noutros, e se calhar seria útil a sua valorização em termos legislativos e a sua apreciação também por este Parlamento.

Por outro lado, referir aqui que efetivamente alguns dos aspetos que estão a ser expurgados foram aspetos que comprovadamente não resultaram, nomeadamente as coimas, e não resultando é uma melhoria que obviamente é útil, como aqui já foi referido.

Por outro lado, referenciar e destacar uma coisa que tem a ver com a limitação do uso dos *gadgets* e dos meios eletrónicos na escola, não só pelo efeito

perturbador que eles têm por si, mas acho que é uma medida importante na medida em que desincentiva, ou melhor, na medida em que o uso desses aparelhos muitas vezes incentiva a outros comportamentos para efeitos de publicação no *YouTube*, para efeitos de divulgação, esses sim, mais graves e mais gravosos, e também contemplados aqui, muitas vezes até quase do foro criminal, que são incentivados muitas vezes pela sua publicitação e pelos ditos 15 segundos de fama que os alunos envolvidos acabam por ter.

Portanto, é um aspeto que na nossa opinião é importante e está aqui bem salvaguardado.

Por último, uma pequena nota apenas para dizer o seguinte: se é verdade, como aqui já foi referido várias vezes, que temos um bom edifício legislativo, falta apenas uma coisa no âmbito escolar, é que os resultados escolares também sejam tão bons quanto o edifício legislativo que, neste momento e infelizmente, não são.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estamos praticamente junto das 20 horas. Eu vou encerrar os trabalhos. A Mesa convida-vos a todos a nos acompanharem numa viagem pelo circuito das visitas guiadas da Assembleia, que decorrerá dentro de momentos e que começará no *hall* de entrada da nossa Assembleia.

Queria também apenas informar os líderes e o Sr. Vice-Presidente que poderíamos fazer uma breve reunião amanhã de manhã, a um quarto para as dez, só para definirmos algumas questões para o nosso dia de sexta-feira.

Deputada Zúrida Soares (BE): Sra. Presidente, eu, como elemento da Comissão de Política Geral, tenho reunião às 9 e meia.

Portanto, não vou poder estar.

Presidente: Não há problema. Reuniremos então no intervalo da manhã.

Até já.

(Eram 19 horas e 59 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Deputados/as que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

José António Vieira da Silva Contente

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a.

As redatoras: Sónia Isabel Maciel Nunes e Maria da Conceição Fraga Branco